UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

ELISA MARIA BARBOSA DE AMORIM RIBEIRO

ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E RELAÇÕES INTERGRUPAIS:

A convivência entre cotistas e não cotistas e suas influências na formação acadêmica.

Salvador

2015

ELISA MARIA BARBOSA DE AMORIM RIBEIRO

ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E RELAÇÕES INTERGRUPAIS:

A convivência entre cotistas e não cotistas e suas influências na formação acadêmica.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos

Co-orientador: Prof. Dr. Adriano de Lemos Alves Peixoto

Salvador

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ELISA MARIA BARBOSA DE AMORIM RIBEIRO

ANÁLISE DE REDES SOCIAIS E RELAÇÕES INTERGRUPAIS:

A convivência entre cotistas e não cotistas e suas influências na formação acadêmica.

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr Antonio Virgílio B. Bastos - *Orientador*
Universidade Federal da Bahia

_____

Prof. Dr. Adriano de Lemos A. Peixoto – *Co-orientador*
Universidade Federal da Bahia.

_____

Prof. Dr. Garcia Vivas Miranda
Universidade Federal da Bahia.

_____

Prof. Dr. Hernane Borges de Barros Pereira
Universidade do Estado da Bahia & Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC.

_____

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima
Universidade Federal de Sergipe.

_____

Prof. Dr. Penildon Silva Filho
Universidade Federal da Bahia.

Salvador,

Novembro de 2015

À minha mãe Enedilze, professora da minha vida.

Aos gestores e professores das universidades públicas que desejem criar uma cultura de inclusão.

“Eu sonho com um país onde a educação prevalecerá.”

Malala Yousafzai

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me permitido ingressar no doutorado e pelas pessoas que colocou no caminho para torná-lo menos árduo.

A Bradson, parceiro da vida, e aos meus filhotes, Benjamim e Bernardo, pelo amor que me ajuda a seguir em frente.

À minha família, mãe, irmãos e sobrinhos, vocês me fazem saber quem sou. Quando estou perto de vocês parece que estou dentro de um abraço.

À família de Bradson pelo carinho e cuidado constantes conosco.

Ao meu orientador Professor Antônio Virgílio Bastos pelo acolhimento, escuta cuidadosa e pela competência que me surpreende sempre e me mostra o tanto que ainda tenho a aprender.

Ao meu co-orientador Professor Adriano Peixoto, por estar presente em cada etapa deste trabalho, desde a escolha do tema. Você provocou reflexões, me ajudou a escrever e me fez crescer.

Ao Professor Garcia Vivas Miranda por sempre me fazer acreditar neste trabalho e por esculpir delicadezas com as minhas dúvidas.

À Professora Ana Cecília Bastos, minha orientadora de iniciação científica, foi com você que tive certeza que queria trilhar este caminho.

Aos bolsistas e parceiros deste trabalho: Flávia Cruz, Felipe Cayres, Josiane Souza, Lara Tereza, Lorene Amaral, Ludmila Oliveira, Monalisa Arruda e Verônica Souza, pelo grande e competente auxílio e pelos momentos de descontração. Sem o engajamento de vocês teria sido muito difícil.

Às amigas, Rebeca Granjeiro e Carolina Aguiar, bom demais poder contar com vocês para as coisas sérias e para as besteiras necessárias para colorir a vida.

Às amigas Ana Paula Barreto, Andréa Gomes e Ilena Rafaela por se manterem tão presentes na minha vida mesmo que longe geograficamente.

À amiga e vizinha Sheila Xavier pela companhia e apoio com os meus pequenos.

À Olga Sá Ferreira pela contenção das angústias e por me ajudar a prosseguir.

Aos alunos participantes do estudo, muito obrigada por disponibilizarem seu tempo e pelo engajamento em responder o questionário da pesquisa.

Aos coordenadores e funcionários dos cursos pesquisados por abrirem suas unidades e dar suporte para a nossa pesquisa.

Ao programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e à Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD), por prover os recursos necessários à realização desta pesquisa.

Aos professores da banca que se dispuseram avaliar e contribuir com o meu trabalho.

Vocês e outras pessoas queridas que não citei aqui formaram uma rede de solidariedade que me permitiu trilhar este percurso.

Quando eu estava na iniciação científica eu sonhava em fazer o doutorado, pensava nele como a conclusão de um processo, um grande final. Mas eu descobri que ele é um grande começo. Começo de muitas inquietações e perguntas que nasceram com sua conclusão.

Vou continuar precisando de todos vocês. Mais uma vez, obrigada.

RESUMO

As universidades públicas brasileiras têm aderido à política afirmativa de cotas para inserir grupos minoritários. Apesar da inserção assegurada pelo vestibular, observamos que o processo de inclusão dos cotistas na universidade ainda está por acontecer. Torna-se preciso conhecer impactos da adesão às cotas e compreender como atores universitários têm convivido. Este estudo parte da premissa da Análise de Redes Sociais (ARS) de que o lugar ocupado pelo estudante na rede de interações provê ou restringe o acesso a recursos que viabilizam sua formação acadêmica. Tem como objetivo analisar o processo de integração de cotistas e não cotistas, explorando possíveis relações entre este processo e a formação acadêmica dos alunos. O processo argumentativo desta tese se desenvolve em quatro estudos. O primeiro estudo, de caráter teórico, explicita contribuições da psicologia social na compreensão de mecanismos psicossociais subjacentes a fenômenos estudados com ARS, principalmente os relativos à formação de laços e relações intergrupais. O segundo analisa o grau de integração entre cotistas e não cotistas em nove cursos da Universidade Federal da Bahia, de acordo com a concorrência, semestre, área de conhecimento e natureza da relação. Esta análise, com 1086 estudantes distribuídos em 25 turmas, demonstra haver baixa integração entre os dois grupos (alta homofilia), principalmente nos cursos de alta concorrência e nas redes de amizade e informação. A partir desta visão ampla do comportamento das relações nas redes das turmas, passa-se a observar influências da posição dos estudantes na rede e aspectos da formação acadêmica. Assim, no terceiro estudo, são observadas as relações entre a posição do aluno e influências desta posição no coeficiente de rendimento e no comprometimento institucional. Tais análises indicam a presença de diferenças importantes entre cotistas e não cotistas nos cursos de alta concorrência: os não cotistas mais populares nas redes de amizade são os de maior coeficiente de rendimento; os não cotistas com menos relações com cotistas são os menos comprometidos com a UFBA; e os cotistas com mais relações com não cotistas são os que possuem maior coeficiente de rendimento. O quarto estudo foca na percepção dos estudantes sobre o grau de integração entre os dois grupos, possíveis motivos associados à falta de integração, bem como nas sugestões destes para ampliar a interação entre os grupos. A separação entre os grupos e os impactos disso no cotidiano universitário são percebidos pelos estudantes. Os professores e a gestão da universidade são considerados centrais para ampliação da integração entre os grupos. O conjunto de estudos aponta para importantes diferenças no modo de inserção de cotistas e não cotistas. Isto se configura um importante desafio para a UFBA que, como organização, necessita gerir a diversidade que instituiu por meio das cotas.

Palavras chave: redes sociais, integração social e acadêmica, cotistas.

ABSTRACT

Brazilian public universities have joined affirmative action for minority groups. Despite the insertion assured by the vestibular, it is observed that the process of inclusion of affirmative action students at the university is yet to happen. It's necessary to know the impacts of affirmative action and understand how university actors have been interacting. This study adopts the premise of Social Network Analysis (SRA) that the place occupied by student in the network provides or restricts access to resources that enable their education. We aim to analyze the integration of affirmative action students and regular students by exploring possible links this integration with their academic education. The argumentative process of this thesis is developed in four studies. The first study has a theoretical character, it explicits contributions of social psychology in the understanding of psychosocial mechanisms underlying the phenomena studied in SRA, especially those related to the formation of bonds and intergroup relations. The second study analyzes the degree of integration between affirmative action students and regular students in nine courses of the Federal University of Bahia (UFBA), according to the competition, semester, knowledge area and nature of the relationship. This analysis, with 1086 students allocated in 25 classes, shows that there is low integration between the two groups (high homophilia), especially in highly competitive courses and in friendship and information networks. From this broad view of the behavior of relationships in the classes networks, we began to observe how the position of each player in the network relates to aspects of academic education. In the third study, we observed relationships between the position of the student on the network and its possible influences on this grade point average (GPA) and institutional commitment. These analyzes indicate the presence of significant differences between affirmative action students and regular students in the high competition courses: the regular students most popular in friendship networks are the highest GPA; regular students with fewer relationships with affirmative action students are the least committed to the UFBA; and the affirmative action students with more relations with regular students are those with higher GPA. The fourth study focuses on students' perception of the degree of integration between the two groups, possible reasons associated with the lack of integration and suggestions to increase interaction between the groups. The separation between the groups and its impact on the university everyday life are perceived by students. Teachers and university management are considered central to expanding the integration between groups. All the studies point to significant differences in insert mode of shareholders and not shareholders, which sets an important challenge for the UFBA that, as an organization, need to manage the diversity that instituted.

Key Words: social networks, social and academic integration and affirmative action students.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 2.2 - MODELO DE ANÁLISE DAS VARIÁVEIS ESTUDADAS 62
FIGURA 2.3 - PORCENTAGEM DA FREQUÊNCIA SIMPLES DA PRESENÇA DE HOMOFILIA OU HETEROFILIA NAS TURMAS PARA CADA TIPO DE LAÇO PESQUISADO. 64
FIGURA 2.4: MÉDIAS DE E-I INDEX POR SUBGRUPO E TIPO DE LAÇO 65
FIGURA 2.5 - ÍNDICES MÍNIMOS DE E-I INDEX POR SUBGRUPO E EM CADA TIPO DE LAÇO (MAIORES ÍNDICES DE HOMOFILIA) 66
FIGURA 2.6 - MÉDIAS DE E-I INDEX POR CURSO DAS REDES DE AMIZADE 68
FIGURA 2.7 - MÉDIAS DE E-I INDEX POR CURSO DAS REDES DE INFORMAÇÃO 68
FIGURA 2.8- REDES DE AMIZADE DO PRIMEIRO SEMESTRE DA ÁREA DE HUMANAS 68
FIGURA 2.9- REDE DE AMIZADE DO PRIMEIRO SEMESTRE ÁREA DE EXATAS 69
FIGURA 2.10 - REDE DE AMIZADE DO PRIMEIRO SEMESTRE ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE 69
FIGURA 3.1 - PORCENTAGEM DE COTISTAS E NÃO COTISTAS DE ACORDO COM A CONCORRÊNCIA DO CURSO E COM O SEMESTRE PESQUISADO 85
FIGURA 3.2 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA FAMILIAR APROXIMADA EM SALÁRIOS MÍNIMOS ENTRE COTISTAS E NÃO COTISTAS DE ACORDO COM A CONCORRÊNCIA 85
FIGURA 3.3 - ESQUEMA TEÓRICO DA INVESTIGAÇÃO 88
FIGURA 4.1: ANÁLISE COMPARATIVA DOS GRUPOS FOCAIS DE COSTISTAS, NÃO COTISTAS E GRUPO MISTO. 117
FIGURA 4.2 - NUVEM DE PALAVRAS GRUPO DE COTISTAS 119
FIGURA 4.3 - NUVEM DE PALAVRAS NÃO COTISTAS 119
FIGURA 4.4 - NUVEM DE PALAVRAS GRUPO MISTO 120
FIGURA 4.5: PORCENTAGEM DAS PALAVRAS MAIS CITADAS EM CADA GRUPO 120
FIGURA 6.1: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS 126

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 - ANTECEDENTES E CONSEQUENTES DO INDIVIDUALISMO E DO COLETIVISMO 35
TABELA 1.2 - ARTICULAÇÕES ENTRE NOÇÕES EM ARS E PRESSUPOSTOS EM PSICOLOGIA SOCIAL 43
TABELA 2.1- MÉDIAS DE E-I INDEX POR TIPO DE LAÇO 64
TABELA 2.2: COMPARATIVO DOS E-I DE COTISTAS E NÃO COTISTAS EM CADA TIPO DE LAÇO 65
TABELA 2.3: CORRELAÇÃO ENTRE E-I INDEX E CONCORRÊNCIA POR TIPO DE REDE PESQUISADA 70
TABELA 2.4: CORRELAÇÃO ENTRE E-I INDEX E CONCORRÊNCIA POR SUBGRUPO (COTISTAS E NÃO COSTISTAS). 70
TABELA 3.1 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DE COEFICIENTE DE RENDIMENTO (CR) E COMPROMETIMENTO INSTITUCIONAL (CI) 88
TABELA 3.2 - ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DAS POSIÇÕES NA REDE DE COTISTAS E NÃO COTISTAS DE ACORDO COM A REDE E A CONCORRÊNCIA DO CURSO 90
TABELA 3.3- CORRELAÇÕES ENTRE COEFICIENTE DE RENDIMENTO (CR) E POSIÇÕES NAS REDES DE AMIZADE E INFORMAÇÃO 92
TABELA 3.4: ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS DE E-I INDEX PARA NÃO COTISTAS DE ALTO E BAIXO COMPROMETIMENTO INSTITUCIONAL 94

SUMÁRIO

RESUMO viii
ABSTRACT ix
APRESENTAÇÃO xiv
OBJETIVOS xvii
Objetivo Geral: xvii
Objetivos específicos: xvii
1. ARTIGO 21
RELAÇÕES INTERGRUPAIS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL À ANÁLISE DE REDES SOCIAIS 21
1.1. Introdução 21
1.2. A psicologia social na história da ARS 24
1.3. As relações intergrupais na psicologia social 28
2. ARTIGO 46
A HOMOFILIA POR COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 46
2.1. Introdução 46
2.1.1. A noção de homofilia em Análise de Redes Sociais 49
2.1.2. As pesquisas em homofilia no cenário internacional e nacional 53
2.2. Método 58
2.2.1. Procedimento de coleta de dados 58
2.2.2. Variáveis investigadas 59
2.2.3. Procedimentos de análise de dados 60
2.3. Resultados e discussão 62
2.3.1. O comportamento de homofilia nas redes pesquisadas 63
2.4. Conclusões 71
3. ARTIGO - 03 73
AS RELAÇÕES ENTRE COTISTAS E NÃO COTISTAS E SUAS INFLUÊNCIAS NA INTEGRAÇÃO SOCIAL E ACADÊMICA DOS COTISTAS 73
3.1. Introdução 73
3.2. Método 83
3.2.1. Procedimento de coleta de dados 83
3.2.2. Amostra 84
3.2.3. Procedimento de análise dos dados 86
3.3. Resultados 87
3.3.1. Distribuição das variáveis medidas nos grupos e variáveis critério 88
3.3.2. Posição na rede e associações com Desempenho e Comprometimento Institucional 91
3.3.2.1. Desempenho (CR) e posição na rede 91

Dentre as posições na rede analisadas e associadas com desempenho, foram encontradas correlações significativas para grau de entrada e E-I index tanto nas redes de amizade como nas de informação (Tabela 3.3). 91

3.3.2.2. Comprometimento Institucional (CI) e Posição na Rede 93

3.4. Conclusões 95

4. ARTIGO 98

PERCEPÇÕES SOBRE A CONVIVÊNCIA ENTRE COTISTAS E NÃO COTISTAS EM UM CURSO DE ALTA CONCORRÊNCIA 98

DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA 98

4.1. Introdução 98

4.1.1. Estudos sobre percepções dos estudantes sobre as cotas 100

4.2. Método 105

4.3. Resultados e Discussão 107

4.3.1. O discurso dos cotistas 107

4.3.2. O discurso dos não cotistas 110

4.3.3. O discurso do grupo misto 113

4.3.4. Análise comparativa dos discursos dos grupos focais 116

4.4. Conclusões 121

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES 124

REFERÊNCIAS E ANEXOS 132

I. Referências Bibliográficas 132

II. Anexos 144

Anexo 1 : Instrumento de Pesquisa 144

Anexo 2: Renda familiar aproximada 146

APRESENTAÇÃO

As universidades públicas brasileiras têm progressivamente aderido à política afirmativa de cotas para grupos minoritários. Este movimento visa reduzir desigualdades historicamente consolidadas no país, desigualdades que afastaram estes segmentos da população do ensino superior. Em 2012, com a decisão do Supremo Tribunal Federal a favor da constitucionalidade das cotas raciais e a publicação da lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) garantindo a reserva de 50% das vagas com base em critérios sociais e raciais, todas as universidades e institutos federais foram compelidos a adotar o sistema de cotas. A lei determina a implementação de 25% da reserva de vagas previstas a cada ano, até 2016. Há uma previsão legal de revisão deste programa em 2022, 10 anos após a sua sanção.

Estudos sobre cotas nas universidades brasileiras têm indicado que questões como meritocracia, isonomia, racialização dos critérios de acesso e condições da permanência dos cotistas permeiam o cotidiano universitário (ainda que implicitamente) (Camino, Tavares, Torres, Álvaro & Garrido, 2014; Melo, Dantas, Fernandez, Pereira & Chaves, 2014; Menin, de Morais Shimizu, da Silva, Cioldi & Buschini, 2008; Tarvanaro, 2009). Um estudo sobre a percepção de estudantes de uma universidade estadual paulista revelou o posicionamento de clara rejeição à política afirmativa de cotas, considerada pelos estudantes como injusta, por permitir o acesso sem considerar o mérito do candidato (Menin et al., 2008). Estudantes de direito de uma universidade no Paraná demonstraram oposição ao sistema de cotas com base em critérios raciais, sob o argumento de que este fere o princípio da isonomia (Tarvanaro, 2009). Esta oposição ao critério racial das cotas também foi expressa em pesquisas com estudantes da Universidade Federal da Bahia (Melo, Dantas, Fernandez, Pereira & Chaves; 2014) e da Paraíba (Camino, Tavares, Torres, Álvaro & Garrido; 2014).

Outro conjunto de estudos enfatiza a experiência de cursar a universidade sob a ótica dos cotistas, retratando dificuldades por eles enfrentadas nos âmbitos relacional, acadêmico e econômico. Um estudo com estudantes de cursos de alta concorrência[1] demonstra o relato de estudantes cotistas sobre o sentimento de não pertencimento ao grupo e a dificuldade em conviver com os colegas da universidade por conta da discrepância da renda, da consequente diferença cultural e do clima de competitividade

[1] O estudo não informa o curso e a universidade em que foi desenvolvida a pesquisa.

(Piotto, 2010). Em outra pesquisa com cotistas egressos da universidade estadual do Rio de Janeiro, estes relatam como sua trajetória foi marcada pelo estigma relacionado ao fato de ser cotista. (Valentim, 2012). Estudos sobre evasão no Brasil tem demonstrado a relevância da integração social para a permanência do cotista na universidade (Santos, 2013). Quando comparados cotistas e não cotistas, cotistas percebem maior dificuldade em estabelecer vínculos de amizade e conformar uma rede de apoio (Sousa, Bardagi, & Nunes, 2013)[2].

Os resultados desses estudos nos fazem pensar que apesar da inserção assegurada pelo vestibular, o processo de inclusão dos cotistas na universidade ainda está por acontecer. A despeito do confronto de opiniões a favor e contra o sistema de cotas, este tem sido consolidado e legalizado no Brasil. Ou seja, o sistema de cotas está implementado, já opera, mas opera em condições ainda insuficientes para atingir com efetividade ao que se propôs. É fato que a crescente valoração da ética da diversidade e a concretização de ações afirmativas nas universidades não têm sido acompanhadas por ações preventivas de ressignificação e fomento de uma cultura favorável à convivência dessas diferenças. Nesta direção, Foroni (2004) alerta que ingresso do cotista na universidade como ação isolada, dissociada de um projeto pedagógico voltado para suprir suas necessidades não garante redução da desigualdade, podendo implicar em evasão, retenção e desempenho insuficiente. É preciso, portanto, suplantar a natureza de normalidade atribuída ao estudante universitário não cotista por meio de contextos educativos de fato inclusivos e plurais.

A autora questiona, ainda, qual deve ser a contribuição da universidade para que a igualdade imposta pelo sistema de cotas seja refletida em oportunidades equânimes e aceitação legítima de um grupo que tem acesso à universidade. Uma de suas sugestões é o incentivo à produção de conhecimento voltada para compreender este processo de inclusão e a construção de um currículo capaz de contemplar e acolher culturas diversas. Assim, para encontrar respostas aos questionamentos direcionados à efetividade deste sistema é preciso acompanhar o cotidiano das universidades, observar e analisar o desdobramento da adesão a esta política afirmativa para a integração social dos atores universitários, em especial os alunos, público alvo destas organizações.

A noção de integração social viabiliza a possibilidade de associação de papéis diversos em um conjunto de indivíduos, podendo gerar rompimentos ou representar

[2] Estes estudos estão descritos no artigo 04 desta tese.

ganhos em termos de complementaridade e benefício mútuo. Para ser concretizada, a integração social depende da existência e convivência de coletivos sociais distintos quanto a seus atributos e classes de pertença. Deve ser compreendida como uma questão de vínculos de um coletivo com outros ou de relações entre coletivos, ou seja, de relações externas (Lozares, Roldán, Verd, Martí, & Molina, 2011).

Uma das linhas de interesse no campo da coesão social é sua relação com questões de inclusão. Padrões de configuração que revelam diferenciação social podem resultar em desigualdade e exclusão quando estão sustentados em princípios de divisão e hierarquia, princípios estes que impedem a integração social (Lozares, Roldán, Verd, Martí, & Molina, 2011). Neste sentido, as coletividades valorizadas são aquelas congruentes com o modelo cultural dominante.

> Nesse sentido, o acesso à universidade é possibilitado aos "outros", desde que sejam como "nós", isto é, a cultura universitária não é desafiada em sua configuração historicamente construída. Quem dela quiser participar deve incorporar seus valores e práticas sem questioná-los. (Valentim, 2012, p.145)

A possibilidade de aceitação e integração de minorias depende da abertura do grupo dominante a comportamentos não usuais (Lozares, Roldán, Verd, Martí, & Molina, 2011). Tendo o contexto universitário uma cultura de hegemonia euro-ocidental, os estudantes cotistas podem ocupar o lugar de estrangeiros. Para que isto não aconteça, é preciso reconhecer o direito à diferença no processo de educação inclusiva, tendo como eixo noções de multiculturalismo. Para que a educação possua este atributo é preciso desconstruir categorias hegemônicas, evitando que a pluralidade cultural no âmbito acadêmico não resulte em acirramento de atitudes de preconceito (Gonçalves & Silva, 2003).

Pensando nos processos de inclusão e exclusão que perpassam a interação entre cotistas e não cotistas, os estudos sobre relações intergrupais em psicologia social auxiliam na compreensão dos mecanismos afetivos, cognitivos e comportamentais subjacentes a estes processos. Teorias como a teoria da identidade social (Tajfel & Turner, 1979), identidade comum (Gaertner & Dovidio, 2000) e da justiça (Tyler, 2012), dentre outras, oferecem subsídios não apenas para compreender, mas também apontam caminhos na direção da integração entre grupos diversos. Para estas teorias, pertencer a um grupo integra a identidade social e o conflito entre grupos distintos advém da busca por manter esta identidade social favorável.

A análise de redes sociais (ARS) é um campo de estudo muito influenciado pelos estudos de grupos em psicologia social, principalmente nos seus primórdios. Ela integra contribuições de diversas disciplinas e tem como objeto as relações entre um grupo de atores. *"It takes as its starting point the premise that social life is created primarily and most importantly by relations and the patterns they form"* (Marin and Wellman, 2011, p. 22). Os padrões de relações entre os atores vão circunscrever o acesso ao capital social disponível na rede.

Com a adesão ao sistema de cotas, as redes sociais nas universidades passam a ser menos homogêneas e atores pertencentes a grupos sociais distintos passam a conviver neste espaço. A posição que alunos cotistas e não cotistas assumem nesta rede e o grau em que conseguem compartilhar uma mesma identidade, vão delinear se esta rede resulta em benefício mútuo ou gera rompimentos e favoritismos. Este estudo parte da premissa de que o lugar ocupado pelo estudante na rede de interações na universidade provê ou restringe o acesso a recursos que viabilizam sua integração social, bem como sua formação acadêmica.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Analisar, apoiado em diferentes abordagens metodológicas, o processo de integração de cotistas e não cotistas no contexto da universidade, a partir das interações que configuram redes sociais informais em diferentes momentos dos cursos em andamento, explorando possíveis relações com a sua formação acadêmica.

Objetivos específicos:

1. Explicitar contribuições da psicologia social para a compreensão de mecanismos psicossociais subjacentes a fenômenos investigados pela Análise de Redes Sociais;

2. Avaliar o grau de integração entre cotistas e não cotistas da UFBA de acordo com a concorrência, o semestre cursado, a área de conhecimento e a natureza da relação;
3. Explorar associações entre a posição dos estudantes cotistas e não cotistas da UFBA na rede com desempenho acadêmico e comprometimento institucional;
4. Caracterizar as percepções de estudantes cotistas e não cotistas sobre as cotas na UFBA e suas implicações para a convivência no contexto universitário.

O processo argumentativo desta tese se desenvolve em quatro estudos, apresentados como artigos. O primeiro estudo, de caráter teórico, explicita contribuições da psicologia social na compreensão de mecanismos psicossociais subjacentes a fenômenos estudados em ARS, principalmente os relativos à formação de laços e relações intra e intergrupais. O artigo inicia destacando o papel da psicologia social na origem e consolidação da Análise de Redes Sociais. Em seguida traça um breve panorama sobre a natureza da Análise de Redes Sociais como campo construído através da contribuição de outras disciplinas, identificando questões epistemológicas relacionadas a esta trajetória. No intuito de identificar contribuições da psicologia social à compreensão da formação de laços entre semelhantes e aos conflitos intergrupais decorrentes, o artigo apresenta pressupostos de algumas teorias sobre relações intergrupais. Por fim, articula estes pressupostos com fenômenos estudados em Análise de Redes Sociais.

No segundo estudo analisamos o grau de integração entre cotistas e não cotistas em nove cursos da Universidade Federal da Bahia, de acordo com a concorrência, semestre, área de conhecimento e natureza da relação (amizade, informação, lacuna e rejeição). Iniciamos contextualizando a crescente tendência de valorização da diversidade nos diferentes âmbitos sociais. Na sequência, apontamos consequências favoráveis e desfavoráveis para os grupos em estabelecer relações entre semelhantes ou entre diferentes; problematizamos a noção de homofilia em ARS (formação de laços entre semelhantes) e apresentamos um panorama com alguns estudos realizados no Brasil e nos Estados Unidos. O estudo quantitativo de corte transversal permitiu que mapeássemos as redes de amizade, informação, lacuna e rejeição de 25 turmas do primeiro, terceiro e quinto semestres. Participaram do mapeamento de redes 1086

alunos de cursos de alta e baixa concorrência das cinco áreas de conhecimento: exatas, ciências biológicas e da saúde, humanas, linguística e artes. Para medir o grau de integração entre os grupos de cotistas e não cotistas usamos a medida de E-I index que avalia a tendência à homofilia ou heterofilia (associação com o diferente). Para cada rede (93 ao todo) foram gerados o E-I index geral e por subgrupo (cotistas ou não cotistas). Após o levantamento dos índices de homofilia e heterofilia, foram realizados testes de diferenças entre grupos quanto ao tipo de laço, concorrência, semestre pesquisado e área de conhecimento. Tais análises permitiram identificar o grau de integração entre cotistas e não cotistas e a influência das variáveis pesquisadas nesta integração.

A partir desta visão mais ampla do comportamento das relações nas redes das turmas e dos grupos, passamos a observar como a posição de cada ator na rede se relaciona com desempenho e comprometimento com a instituição de ensino. Neste terceiro estudo iniciamos demonstrando a importância da integração social para a formação universitária. Nesse intuito, destacamos as contribuições dos estudos sobre evasão para compreender as interfaces entre integração social e acadêmica. Em adição, discutimos o capital social como resultante da integração social, apresentamos medidas em ARS para avaliá-lo e descrevemos estudos associando tais medidas ao desempenho acadêmico. Embora utilizemos o mesmo conjunto de dados do estudo anterior (redes de amizade e informação), as análises se diferenciam por estarem centradas nas medidas de homofilia e heterofilia para cada estudante. A estas, associamos as medidas de centralidade, coeficiente de rendimento e comprometimento institucional. Dessa forma, pudemos verificar para quais grupos (cotistas ou não cotistas de cursos de alta ou baixa concorrência) havia diferenças importantes de médias e qual a direção destas diferenças.

Uma vez mapeado o grau de interação entre cotistas e não cotistas, e identificadas relações de influência entre a posição nas redes e a formação acadêmica, no último estudo, damos voz aos estudantes por meio de grupos focais. Enfatizamos a percepção deles sobre o grau de integração entre os dois grupos, os possíveis motivos associados à falta de integração e as sugestões deles para ampliar a interação entre os grupos. Constitui-se um estudo do caso da turma do quinto semestre do curso de direito, selecionada do conjunto de dados dos estudos anteriores por apresentar altos indicadores de homofilia. A turma foi distribuída em três grupos com base nas medidas de homofilia de cada estudante e no tipo de ingresso (cotistas com índices de homofilia,

não cotistas com índices de homofilia, cotistas e não cotistas com índices de heterofilia). Iniciamos o artigo retomando noções da psicologia social para tratar de relações intergrupais em contextos de diversidade. Na sequência, descrevemos estudos no Brasil sobre a percepção de estudantes cotistas e não cotistas sobre o sistema de cotas. Analisamos a trajetória do discurso em cada grupo identificando semelhanças e diferenças nas percepções sobre as cotas e a convivência entre cotistas e não cotistas.

Por fim, resgatamos os resultados principais dos estudos, buscando estabelecer eixos de integração entre eles. Com base nisto, são elencadas recomendações à universidade e estabelecemos uma agenda futura de pesquisa.

1. ARTIGO
RELAÇÕES INTERGRUPAIS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL À ANÁLISE DE REDES SOCIAIS

1.1. Introdução

A Análise de Redes Sociais (ARS) é um paradigma baseado na premissa de que a vida social emerge e se desenvolve pelas relações e padrões por elas estabelecidos (Marin & Wellman, 2011). Permite compreender como um ator se situa na estrutura de relações e como a estrutura emerge dessas microrrelações e as constrange. A ênfase está nos processos de inserção dos atores nas esferas associativas e como estas inserções permitem desenhos mais ou menos favoráveis a estes atores e à rede como um todo (Martins, 2004). O objetivo deste trabalho é explicitar contribuições da psicologia social para a compreensão de mecanismos psicossociais subjacentes aos processos de formação de laços e relações intra e intergrupais mapeados em ARS.

Múltiplas áreas de conhecimento contribuem para o desenvolvimento dos conceitos e ferramentas da ARS, a exemplo da psicologia social, sociologia, antropologia, economia, física, epidemiologia, biologia e ciência computacional. Mais variados ainda são os temas e contextos investigados com base nesta teoria. A complexidade aumenta se observadas as possibilidades de foco – redes como causa ou consequência; níveis de análise – interpessoal ou interorganizacional; e níveis de estrutura social – díade, subgrupos e rede como um todo. Por um lado demonstra a grande aplicabilidade da teoria e da ferramenta, mas por outro torna a ARS um território de difícil demarcação.

A interdisciplinaridade da ARS faz parte de sua história, natureza identitária e potencial analítico de fenômenos nas mais diversas esferas. Mas sua pulverização em diversos campos de estudos pode conduzir a esforços sobrepostos e à fragmentação deste campo de conhecimento. Freeman (2011) comenta a aceitação restrita de pesquisadores das ciências humanas ao boom de artigos sobre *mundos pequenos* e *subgrupos coesos*, publicados por físicos, matemáticos e cientistas computacionais na última década. Tal restrição resulta, em parte, da tendência destes estudos desconsiderarem a produção teórico-conceitual já consolidada em ARS. Para o autor, é

preciso superar questões de propriedade do campo e realizar o necessário esforço de integração entre os dois grupos (resguardando especificidades de cada área), em favor do desenvolvimento da teoria e de suas ferramentas.

A fragmentação não se reflete apenas entre áreas distintas (ciências sociais versus exatas). Autores que buscam apresentar um panorama mais global dos estudos em ARS identificam ao menos duas vertentes de pesquisa. A primeira enfatiza as consequências da configuração da rede para seus atores. Nela a rede está posta e seus construtos são usados como preditores. Pesquisas em capital social enquadram-se nesta vertente e se referem ao esforço dos atores para adquirir laços e utilizá-los. O enfoque é maior na prática dos atores com suas redes do que na rede em si mesma. (Carpenter, Li, & Jiang, 2012). Neste caso, as redes são percebidas como sistemas de canais pelos quais a informação flui (Borgatti & Kidwell, 2011).

A segunda vertente prioriza a compreensão dos determinantes da formação e mudança da rede como fenômeno de interesse, sendo a rede e suas características os efeitos preditos. Dois tipos de construtos são estudados. Os de estrutura, como coesão e posição, focam no estabelecimento de padrões de conexões e desconexões entre atores. Nesta direção capturam características da rede e examinam seus efeitos nos participantes (preditores) e os padrões de formação e mudança (predito). Já os construtos de aquisição, aparecem nas pesquisas sobre desenvolvimento de redes, nas quais a captura de características de estrutura explicita as oportunidades disponíveis (Carpenter, Li, & Jiang, 2012). Nestas, as redes são sistemas de vigas que criam estruturas das quais os atores são dependentes (Borgatti & Kidwell, 2011).

As sistematizações do percurso traçado por pesquisas na ARS são importantes por explicitar orientações epistemológicas subjacentes aos modelos explicativos. No entanto, é preciso indagar sobre o quanto o percurso já realizado revela tendências epistemológicas polarizadas que, por princípio, a ARS resolveria. Por exemplo, a polarização em duas vertentes de pesquisa parece manter a antiga dicotomia indivíduo e sociedade, agora transposta para ator (indivíduo, grupo, organização, nação) e conteúdos transacionados, em contraponto à estrutura social. Já o raciocínio de causalidade antecedente e consequente pode dificultar o alcance de uma compreensão mais próxima da dinâmica entre agentes (micro), recursos disponíveis (conteúdo) e estrutura da rede (macro); dinâmica esta que constitui a riqueza e especialidade da teoria de ARS.

Segundo Martins (2004) na ARS há uma tentativa de superar esquemas dualistas tradicionais nos estudos sociais, produzindo mudanças teóricas e metodológicas pelo reconhecimento da ambivalência e da descontinuidade do movimento, que caracterizam o fato social. Ao estudar a rede social o olhar do pesquisador precisa flutuar sobre a interatividade, contradições e multideterminações e fronteiras disciplinares da vida social. Para Borgatti e Kidwell (2011), a teoria vai além de um sistema de variáveis inter-relacionadas, antes, estabelece as premissas pelas quais as variáveis estão relacionadas. Seu papel é apresentar e descrever mecanismos invisíveis que geram um resultado em certas condições.

Teorias da psicologia social podem auxiliar na compreensão de mecanismos psicossociais implicados nos processos de formação e manutenção de laços na ARS. Embora dedicada ao entendimento de fenômenos psíquicos, compreende, em semelhança à ARS, as relações sociais como constituintes e constituídas por estes fenômenos.

> Social psychology is the study of the relationship between the individual, or the self, and larger social units, and often is referred to as the study of social interaction. A social network perspective emphasizes the importance of social ties among actors in shaping individual behavior, and networks emerge out of, and mold social interaction. (Felmlee & Faris, 2013, p. 423)

A ARS busca explicar o processo de formação de laços pela força atrativa das semelhanças de categorias sociais. Teorias eixo da Psicologia Social explicam mecanismos desta força atrativa através da importância do sentimento de pertencimento a grupos para a constituição da identidade dos indivíduos, bem como os efeitos disso decorrentes para as relações intergrupais. Para estas teorias, parte do caráter atribuído à semelhança, já integra um mecanismo de viés intergrupal. Neste processo as semelhanças com o próprio grupo são percebidas como mais intensas, assim como as diferenças com o grupo externo.

As teorias da psicologia social fornecem bases conceituais e analíticas de processos envolvidos na forma como pessoas e grupos interagem e o quanto estas interações resultam em vínculos positivos ou negativos. Existem ao menos doze teorias em psicologia social no nível intra e intergrupal, levando em consideração apenas as

listadas no *Handbook of Theories of Social Psychology* (Van Lange, Kruglanski, & Higgins, 2012). Além destas, mais oito tratam do nível interpessoal de análise. Embora os autores façam esta distinção didática, certamente as relações no nível interpessoal circunscrevem e são circunscritas pelas intergrupais e culturais, em um sentido mais amplo.

Diante deste amplo leque, elegemos cinco teorias com o objetivo de explicitar suas contribuições à ARS: identidade social, identidade comum, justiça social, cooperação versus competição, e teoria das síndromes culturais (individualismo versus coletivismo). O potencial destas teorias para explicar mecanismos que acirram ou reduzem conflitos intergrupais foi o que orientou a escolha das mesmas. Dentre as teorias da psicologia social, a teoria da identidade social é uma das mais consolidadas E define os mecanismos nos quais as teorias da identidade comum, da justiça social e da cooperação competição sustentam seus pressupostos. Estas ressaltam como o pertencimento a grupos orienta a avaliação que as pessoas fazem de si mesmas e dos demais. A teoria das síndromes culturais identifica o individualismo e o coletivismo como dimensões culturais mais amplas que circunscrevem o que pensamos sobre nós mesmos e sobre o grau de importância que os grupos adquirem em nossas vidas.

Antes de apresentar estas teorias e seus pressupostos com maior profundidade, destacamos o papel histórico de pesquisadores em psicologia social na consolidação da ARS como campo de conhecimento. Na sequência, as teorias acima elencadas são descritas, comparadas entre si e articuladas com pressupostos da ARS sobre formação de laços.

1.2. A psicologia social na história da ARS

Na década de 30, trabalhos paralelos de três grupos de pesquisa sob a coordenação de Moreno, Jennings, Warner e Lewin, lançaram as principais bases para o campo moderno da ARS (Freeman, 2011). A formação interdisciplinar destes grupos fomentou não apenas o uso de ferramentas matemáticas na análise de fenômenos grupais, como também a aplicação de teorias da psicologia social para a análise de estruturas sociais, antes restritas ao funcionamento cognitivo.

A parceria entre o psiquiatra Jacob Moreno e a psicóloga Helen Jennings, com formação em metodologia e estatística, teve como fruto a aplicação de métodos quantitativos na análise da estrutura dos grupos e das posições dos indivíduos nestes (Freeman, 2011). Moreno e Jennings são muito citados pela criação do sociograma (Wasserman & Faust, 1994; Carrington & Scott, 2011; Prell, 2012), uma forma de representar relações sociais através de pontos (indivíduos), linhas e setas (relações entre eles). Esta representação gráfica das relações permitiu a visualização de canais de fluxos de informação, indivíduos isolados ou líderes, assimetria e reciprocidade nas relações. Conceitos propostos por Moreno com base nos padrões de visualização identificados ainda permanece, como, por exemplo, o conceito de 'estrela'[3] (Scott, 2000; Prell, 2012). Os questionários criados por Moreno (1953) para gerar os sociogramas são a base dos surveys hoje utilizados para gerar redes de atores de qualquer natureza (Marsden, 2011).

Embora a criação do sociograma receba bastante destaque dos teóricos de redes (Freeman, 2004), a teoria que sustenta o sociograma, a sociometria, é a grande contribuição de Moreno e Jennings. Ao elaborar a sociometria eles inauguram uma perspectiva capaz de abordar os fenômenos sociais em sua complexidade. A partir dos estudos estatísticos dos sociogramas e dos processos estruturais neles observados, Moreno e Jennings demonstram a existência de redes como fenômeno estrutural e a cadeia de relações como consequência destas redes[4] (Moreno & Jennings, 1938; Moreno, 1953). A partir destas premissas, os autores definem a natureza interacional do seu objeto de estudo: "As the object of sociometric study is not a single series of data, a series of psychological data, a series of sociological data, of cultural or biological data, but the whole configuration in which they are interwoven" (p. 347).

De acordo com Freeman (2004) esta abordagem suscitou grande interesse de sociólogos e psicólogos americanos até o início dos anos 40. Mas embora o título 'sociometria' não permaneça sendo largamente utilizado, a noção de uma estrutura social mais ampla que circunscreve a interação de aspectos biopsicossociais constitui a premissa central da Análise de Redes Sociais. Além desta contribuição teórica central, Degenne & Forsé (2004) argumentam que a ideia de coesão, embora não formalizada, já estava implícita nos numerosos estudos de cliques realizados por Moreno.

---

[3] Ator receptor de muitas escolhas dos outros que assume uma posição de popularidade e liderança (Scott, 2000)

4 A cadeia de interações entre os atores é vista como fator de formação da rede, compreensão predominante na vertente estrutural de compreensão de redes (Carpenter, Li, & Jiang, 2012).

Dando continuidade ao trabalho de Moreno, Forsyth e Katz (1946) desenvolvem as matrizes, como resultado do esforço de criar ferramentas para analisar redes de tamanhos maiores. Além disso, houve uma importante preocupação por parte destes pesquisadores em associar as análises com conceitos sociológicos referentes a grupos, subgrupos, relações isoladas, recíprocas e não recíprocas. Os psicólogos sociais Harary e Norman (1953) foram os primeiros a demonstrar como a teoria dos grafos poderia ser usada como modelo para a compreensão de redes sociais (Prell, 2012).

Também sobre influência da sociometria de Moreno, as ideias de Homans (1951) integram princípios da sociometria tradicional com as ideias emergentes de Warner e Lunt (1941; 1942). Para Homans a atividade humana situa as pessoas em interações mútuas, que variam em frequência, duração e direção e se baseiam nos sentimentos desenvolvidos entre as pessoas Os estudos realizados por Warner (1963) são conhecidos como “Yankee City” e “Old City”, esses estudos são reconhecidos como pioneiros na análise estrutural formal, do ponto de vista empírico. Eles apresentam uma análise da configuração social destas duas cidades por meio da identificação de subgrupos coesos em associações, igrejas, famílias e classes sociais. Para esta análise, os autores construíram várias matrizes associando diferentes tipos de cliques, como, por exemplo, baseados na associação formal e nas famílias (Scott, 2000).

Assim como Moreno, Kurt Lewin (1936) exerceu papel central no desenvolvimento da ARS. Sua influência se dá tanto na sua compreensão do que constitui o comportamento humano, como na forma de representar suas ideias a partir de diagramas visuais, referências matemáticas e topológicas:

> One of Lewin’s most famous and basic statements was that B =f (p, e), or behavior is a function of person and environment… Field Theory was entirely visual. The life space was represented by an oval. The person was represented in that space by a circle. Positive and negative regions were represented by plus and minus signs. Forces were represented by arrows (or vectors) pointing in a certain direction. Barriers were represented by heavy boundaries, and so forth. Sometimes the person area was also broken into different regions to represent thought processes and expectations. Whenever anyone wanted to talk to Lewin about a psychological problem, he would immediately start drawing what the students called ‘bathtubs’ or ‘eggs’ (Wheller, 2008, p. 1640).

Partindo da premissa de que a compreensão do comportamento humano só é possível levando-se em consideração tudo sobre a pessoa e seu entorno, Lewin concentrou seus estudos na estrutura do grupo e na percepção social de seus membros, compreendendo o grupo e seus membros imersos em um campo de forças sociais

capazes de restringir ou promover as ações individuais. Estes estudos contribuíram para lançar as bases teóricas da perspectiva estrutural em ARS (Scott, 2000; Prell, 2012). Após a morte de Lewin, em 1947, seu grupo de pesquisa deu continuidade aos trabalhos por mais 20 anos (Freeman, 2011). Importantes teóricos de redes como Alex Bavelas, Leon Festinger e Cartwright, integraram o Research Center for Group Dynamics (RCGD) criado por Lewin (Deustch, 2012; Prell, 2012).

Alex Bavelas e colaboradores analisaram a relação entre a estrutura do grupo e seu desempenho, estudo que impactou o campo do comportamento organizacional (Freeman, 2011). Seu trabalho foi popularizado por Freeman e é um marco por inserir referências matemáticas em conceitos como centralidade e centralização. A contribuição de Leon Festinger (1949) em parceria com Luce e Perry (1949) foi demonstrar o uso de matrizes algébricas na identificação de cliques na rede (Prell, 2012). Já Cartwright e Harary (1956) ampliaram os fundamentos da teoria do balanço de Heider, antes restrita ao estado cognitivo dos indivíduos, para as relações entre estes e quaisquer conjunto de atores. Com base na teoria dos grafos, estes autores definiram a noção de equilíbrio estrutural e criaram teoremas[5] como parâmetros para considerar um grafo equilibrado. A partir deste momento foi lançada a corrente de análise baseada em tríades para compreensão da estrutura local e global da rede.

Entre as décadas de 30 e 70 surgiram 16 centros de pesquisa em ARS, abrangendo diferentes formas e aplicações da abordagem. Mas apenas no início dos anos 70 a ARS se consolida como um campo de pesquisa com um paradigma estabelecido e universalmente legitimado pela comunidade científica. Harrison White foi um dos principais expoentes desse processo, ao criar o 17° centro de pesquisa e fomentar sua visão global do paradigma estrutural entre estudantes e pesquisadores do campo através de publicações relevantes (Freeman, 2011).

Embora a psicologia social tenha sido eixo no processo de elaboração e consolidação dos pressupostos da ARS, a integração teórica entre a ARS e a Psicologia Social aparece com menor evidência nos períodos seguintes. Para Prell (2012), a disciplina continua a contribuir para a ARS, principalmente no interjogo da cognição e relações sociais. Embora Prell (2012) considere contribuições atuais da psicologia na

[5] São dois os teoremas propostos por Cartwright e Harary (1956): 1) se todos os caminhos unem o mesmo par de pontos tem o mesmo sinal (positivo, negativo ou neutro)e ; 2) se os pontos puderem ser separados em dois subconjuntos mutuamente exclusivos, sendo que linhas positivas conectam pontos do mesmo subconjunto e linhas negativas conectam subconjuntos distintos.

ARS, para Kadushin (2012), teóricos de rede não estão interessados em fundamentos psicológicos porque acreditam que as motivações dos indivíduos são fruto da própria estrutura da rede (rede como antecedente).

Kadushin (2012) acredita em motivações psicológicas como antecedentes das redes sociais e argumenta que os indivíduos estabelecem laços para suprir necessidades de segurança ou efetividade. A visão do autor concentra-se nas motivações individuais e nos possíveis ganhos e estratégias de manejo de conexões.

Além de exacerbar o papel do indivíduo diante da estrutura social, esta percepção da interface entre psicologia e ARS pode ser ampliada diante da gama de conhecimentos produzidos pela psicologia social. Particularmente os estudos em processos grupais e intergrupais destrincham o papel do pertencimento a grupos para os indivíduos, as implicações disso para interações entre grupos que se percebem como diferentes, e elementos influentes na construção desta percepção. A seguir descreveremos os principais pressupostos de algumas destas teorias.

1.3. As relações intergrupais na psicologia social

O estudo de processos grupais na psicologia social eclodiu após a segunda guerra mundial (Tyler, 2012). Muitos foram impulsionados pelas próprias experiências dos pesquisadores na guerra, como extradição, fuga, atuação nos exércitos como psicólogo, ou mesmo pela perplexidade diante do tratamento dado aos considerados inimigos.

As teorias da psicologia social com ênfase em fenômenos intra e intergrupais são muito influenciadas pela psicologia social européia, caracterizada por considerar de forma mais efetiva a interdependência entre processos psíquicos e contexto social (Ferreira, 2010). Dentre as teorias gerais da psicologia, a psicologia da Gestalt exerce grande influência no estudo dos grupos ao ser incorporada por Kurt Lewin (1963) e Moreno (1953). Os princípios da Gestalt conduziram estes teóricos a perceberem os grupos como entidades com fenômenos próprios, distinta dos indivíduos e não apenas consequência da interação destes. Os estudos transculturais sobre a construção da noção de eu a partir da linguagem, desenvolvidos por George Mead (1934) foram importantes tanto para salientar a influência cultural no *self*, como para fomentar estudos psicossociais transculturais.

Dentre o universo das teorias em psicologia social que tratam de relações intra e/ou intergrupais, são descritas neste trabalho cinco teorias: teoria da identidade social; teoria da identidade comum; teoria da justiça; teoria da cooperação competição e; teoria das síndromes culturais individualismo e coletivismo. Foram escolhidas pelo potencial de explicação de fenômenos de formação de laços, bem como por dirigirem esforços conceituais a problemas sociais de maneira mais declarada.

1.3.1. Teoria da Identidade Social

A teoria da identidade social ressalta o papel do contexto social na noção de *self* e no comportamento dos indivíduos. As reações das pessoas são compreendidas em termos de crenças subjetivas sobre os diferentes grupos e sobre a relação estabelecida por eles. Em uma gama de situações as pessoas percebem a si mesmas mais como membros de um grupo do que como indivíduos singulares. A identidade social embasa o comportamento intergrupal e é o determinante primário de percepções e comportamentos sociais (Ellemers & Haslam, 2012).

Identidade social consiste na consciência de pertencimento a um determinado grupo e no afeto gerado por esta pertença. Implica na representação cognitiva e valorativa dos indivíduos e orienta a forma como pensam, sentem e agem em relação a seus pares e a membros de outros grupos (Torres & Camino, 2011; Ellemers & Haslam, 2012). Três aspectos circunscrevem a teoria: 1) os processos psicológicos que explicam a identidade social são distintos dos processos de identidade pessoal; 2) as pessoas utilizam diferentes estratégias para construir e manter uma identidade social positiva e; 3) estas estratégias são limitadas pela natureza da estrutura social vigente (Ellemers & Haslam, 2012).

A busca por melhoria da auto-estima, auto-crescimento e redução de incerteza são motivações básicas que dirigem os indivíduos no processo de identidade social (Hogg, Abrams, Otten & Hinkle, 2004). Os mecanismos psicológicos envolvidos na identidade social são categorização, comparação e identificação social. A categorização social é a alocação dos indivíduos em grupos, como forma de organizar informações socialmente relevantes e facilitar a compreensão e predição do comportamento do outro e das situações sociais. Ao ser categorizado em um grupo, o indivíduo é percebido como alguém que compartilha determinada característica central definidora

do grupo, capaz de distingui-lo de quem não possui esta característica (ou um conjunto destas) (Ellemers & Haslam, 2012).

O processo de categorização social de pessoas ou objetos em determinados grupos influencia processos cognitivos e afetivos. De maneira geral, haverá uma tendência em salientar semelhanças com o próprio grupo e as diferenças com o grupo externo (Hogg et all, 2004; Ellemers & Haslam, 2012; Gaertner & Dovidio, 2012). O viés perceptivo sobre os grupos (dentro e fora) estereotipa os grupos e seus membros e se expande para outras dimensões (como avaliações de caráter dos integrantes). Resulta em negligenciar especificidades individuais, processo denominado despersonalização (Hogg & Abrams, 2005; Gaertner & Dovidio, 2012). A percepção de semelhança é seguida por comportamentos de favoritismo com os membros do próprio grupo, expressos em maior generosidade, tolerância e pró-sociabilidade para com eles (Ellemers & Haslam, 2012).

A comparação social é o processo de avaliação e valoração das características dos grupos. Já a identificação social define como esta avaliação reflete sobre o *self* à medida que este compactua ou não das características do grupo e desfruta da importância emocional atrelada a estas características. Os processos intragrupais encontram-se, portanto, intrinsecamente relacionados ao contexto intergrupal. Participantes dos grupos privilegiados são motivados a elevar e deter sua identidade social positiva em detrimento da valorização de outros grupos sociais. Membros de grupos de baixo status social engajam-se em diferentes estratégias para elevar o valor de sua identidade social (Hogg et all, 2004; Ellemers & Haslam, 2012).

A percepção da existência de diferentes categorias sociais e o sentimento de pertença torna as relações intergrupais etnocêntricas e competitivas, principalmente em situações em que a identidade social é ameaçada. A integração entre a identidade grupal e pessoal faz com que as pessoas definam e compreendam a si mesmas em termos dos grupos aos quais pertencem, gerando disputas de prestígio e status. As relações intergrupais são orientadas pelas necessidades das pessoas em sentirem-se bem, saberem quem são, qual o papel que exercem no mundo e qual o *script* adequado nas relações interpessoais (redução da incerteza) (Hogg & Abrams, 2005).

1.3.2. Teoria da identidade comum

A teoria do modelo de identidade comum propõe a criação de entidades inclusivas para promover a melhoria das relações intergrupais. Cognitivamente, os indivíduos podem adquirir variadas modalidades de representações sobre o seu pertencimento a grupos. Podem considerar, por exemplo, que fazem parte de um único grupo; pertencem a um subgrupo de um grupo maior; integram dois grupos simultaneamente; ou ainda perceber o seu grupo como diferenciado e separado dos demais. A natureza desta representação cognitiva pode favorecer ou não uma afetividade positiva e o comportamento de ajuda entre os indivíduos (Gaertner & Dovidio, 2012).

A proposta central da teoria é criar ou salientar uma identidade comum através de mudanças na natureza da categorização social (Gaertner & Dovidio, 2012). As pessoas possuem quantas identidades sociais tantos forem os grupos aos quais pertencem, entretanto, apenas uma identidade é salientada em uma dada situação. Como processo dinâmico, as identidades podem mudar rapidamente em resposta mudanças contextuais e temporais. Há maleabilidade para alterações de qual categoria será mais influenciável em uma determinada situação, o que abre espaço para transformações na maneira dos indivíduos se comportarem diante de membros do exogrupo (Hogg et all, 2004; Ellemers & Haslam, 2012).

Este processo é chamado de recategorização social e conduz a sentimentos, crenças e comportamentos mais favoráveis ao exogrupo, antes reservados apenas aos membros do próprio grupo. Este processo de recategorização tem como principal objetivo alterar representações conceituais de distinção entre nós (endogrupo) e eles (exogrupo). O compartilhamento de uma identidade faz com que membros de diferentes grupos se percebam como pertencentes a um grupo em comum. Esta identidade supraordenada abre espaço para o compartilhamento de benefícios como confiança, empatia e acolhimento à ideia do outro, antes privilégio restrito a membros do endogrupo (Gaertner & Dovidio, 2012).

A teoria aponta fatores que podem induzir ao processo de recategorização cognitiva dos membros dos grupos. São citadas estratégias como: ampliar a importância de filiações supraordenadas como o pertencimento a times, escolas, bairros, categorias profissionais, etc.; ou ainda salientar a importância de fatores identificados como comuns pelos próprios membros dos grupos. Este processo necessita ser conduzido com cautela, para reduzir as chances de percepção de ameaça grupal. Neste

intuito é preciso manter um equilíbrio entre a manutenção da identidade social positiva do próprio grupo e a redução do viés intergrupo. (Gaertner & Dovidio, 2012).

1.3.3. Teoria da justiça social

A teoria da justiça social surge para investigar o problema da regulação social, ou seja, da concordância sobre normas e princípios que regulam o relacionamento entre os membros de um grupo social (Skitka & Wisneski, 2012). Este senso do que é justo exerce papel fundamental na resolução de conflitos e influencia no grau de cooperação nos grupos. Os estudos na área buscam compreender o que motiva as pessoas a agirem justamente; como se processa o interjogo entre valores de justiça e autointeresse ou interesse grupal; quais as modalidades de justiça; como as interações sociais nos grupos influenciam o julgamento de justiça das situações; a relação entre identidade social e julgamentos de justiça, e a influência desta relação na cooperação entre os membros de um grupo (Tyler, 2012).

A premissa básica da teoria da justiça é que as pessoas são mais motivadas pelo senso de justiça do que pelo autointeresse. Como atores orientados por valores as motivações sociais são consideradas centrais para o comportamento em grupo. As teorias com ênfase na justiça distributiva, por exemplo, consideram que as pessoas reagem em termos de trocas sociais, avaliando se recebem aquilo que consideram merecer do grupo. Modelos de justiça como este priorizam o aspecto instrumental das trocas sociais, com ênfase no resultado final da alocação de recursos, buscando maximizá-los e reduzir os custos. No entanto, estudos têm evidenciado as questões processuais de justiça, como mais influentes na reação das pessoas, quando comparadas ao modelo de trocas sociais (Tyler, 2012).

Ao analisar diferentes modelos de justiça processual, Tyler (2012) ressalta o papel da identidade na formação das reações das pessoas a grupos e organizações. Quanto maior a relevância da identidade social, ou seja, quanto mais o pertencimento a um grupo for importante para o indivíduo, maior a influência dos julgamentos de justiça no seu senso de *self*. Com base na premissa de que os grupos ajudam a pessoa saber quem é e qual o seu status, o julgamento deste status – grau em que sente orgulho do grupo e avalia que é respeitado por ele – constitui a base da identificação com o grupo. Também chamado por Tyler de julgamento de identidade, este julgamento de status está na gênese de comportamentos cooperativos no grupo e é antecedido pelos julgamentos

processuais de justiça. A justiça processual é considerada central na conexão das pessoas a grupos e está ligada a questões de status e identidade.

> When dealing with others, people are sensitive to information that is relevant to affirming or undermining their identities, and procedural information is widely found to be central to people's assessments of their *self*-worth an, consequently, to their *self*-esteem. Hence, procedures are linked to *self*, and the *self* is linked to cooperation. (Cremer & Tyler, 2005, p.189)

As pesquisas mais recentes investigam o papel das questões de justiça e do desenvolvimento de uma identidade favorável como antecedente da cooperação nos grupos. Quando se trata de justiça processual, o senso de justiça é influenciado pela qualidade dos processos de decisão e do tratamento interpessoal. Nos processos de decisão importa o grau de oportunidades para participação (efeito de voz) e a existência de fórum neutro (decisões pautadas em fatos e regras, percebidas como justas). Confiança na legitimidade das autoridades, receber tratamento digno são aspectos importantes no tratamento interpessoal. Quando se trata de justiça distributiva, compartilhar princípios de justiça é o principal precursor da cooperação no grupo, por balizar as expectativas entre os membros. Isto permite que comparem seus resultados com base em critérios comuns (Tyler, 2012).

Questões relativas ao endogrupo e ao exogrupo interferem no interjogo entre senso de justiça e autointeresse. Embora o autointeresse não seja a motivação predominante, a preocupação com procedimentos de justiça emerge apenas nos grupos a que pertencem. Mesmo no modelo da justiça distributiva, a motivação para agir de forma justa é predominante em interações percebidas como capazes de favorecer trocas sociais, em geral, identificadas no endogrupo (Tyler, 2012). Quando vistos por este prisma, não fica tão clara a distinção entre procedimentos de justiça e autointeresse, pois favorecer o próprio grupo implica favorecer a si mesmo, sob a perspectiva do *self* social. Assim, questões de justiça podem ser o cerne de conflitos intergrupais, já que cada grupo estará focado em seu próprio interesse.

1.3.4. Teoria da cooperação versus competição

Deutsh (2012) considera a cooperação e a competição como centrais para compreensão das relações sociais. Presume que grupos adquirem atitudes mais favoráveis e alta produtividade quando princípios cooperativos são priorizados. Elege a

interdependência positiva das metas entre as pessoas como principal estratégia de promoção de cooperação. Quando a probabilidade de uma pessoa atingir sua meta depende do êxito da outra pessoa, a interdependência é positiva. Se a probabilidade de assunção da meta por parte de uma pessoa aumenta em detrimento do sucesso da outra, caracteriza-se a interdependência negativa. Entretanto, dificilmente a relação entre as metas das pessoas se estabelece de forma puramente negativa ou positiva.

A interligação positiva entre as metas dos indivíduos pode se concretizar por diferentes motivos: disposições individuais de cooperação; vínculo entre pessoas; recebimento de recompensa por articular metas entre si; e recebimento de tratamento equitativo. Parte do pressuposto de uma interação bidirecional entre relações sociais e orientações psicológicas. Relações de cooperação induzem e são induzidas por similaridades percebidas em crenças e atitudes, predomina uma atitude positiva em relação ao outro e orientada pela busca de benefício mútuo. Já nas relações de competição predomina a percepção das diferenças e a presença de atitudes de rejeição orientadas pela premissa "somos um contra o outro" (Deutsch, 2012).

Embora o autor compare de forma polarizada competição e cooperação, reconhece haver um contínuo entre elas. Descreve relações de cooperação desiguais, nas quais quem tem mais poder favorece o outro e este tem o dever de demonstrar deferência. Assim como descreve relações de competitividade com igualdade, orientadas por princípios morais de força e fraqueza, nas quais todos têm as "mesmas condições", mas resultados diferentes. Além disso, reconhece o papel da competitividade na experiência cotidiana, como também possíveis desvantagens advindas do processo cooperativo.

1.3.5. Teoria das Síndromes Culturais: Individualismo e Coletivismo

Estudos transculturais realizados na década de 80 apontaram que a compreensão da psicologia sobre o funcionamento cognitivo, emocional e social dos indivíduos estava atrelado ao viés perceptivo individualista. O estudo do comportamento do indivíduo em sociedades orientais evidenciou a existência de uma modalidade de *self* distinto do *self* independente, autônomo e consciente de si (Triandis & Gelfand, 2012). A identificação do coletivismo e do individualismo como principais dimensões da variação cultural teve impacto no estudo dos processos psicológicos básicos. Os estudos nesta área passaram a assumir o efeito da cultura predominante na

constituição da noção de *self*, no processo de atribuição de causalidade, no padrão de interação nos grupos e na relação dos indivíduos com as instituições sociais (Triandis & Gelfand, 2012)).

Nas sociedades individualistas, liberdade, igualdade e garantia dos direitos individuais são discursos predominantes. Valores como meritocracia e competitividade orientam a percepção sobre causalidade e consequência dos eventos cotidianos e dos atores neles envolvidos. Esta síndrome cultural é mais característica de países ocidentais, ricos e industrializados. Nos países orientais, predominam sociedades coletivistas, nas quais grupos e instituições são prioridade diante do indivíduo. Nestas, valores como igualdade e cooperação são predominantes (Triandis & Gelfand, 2012).

As pesquisas na área têm identificado antecedentes e consequentes das síndromes culturais no comportamento dos indivíduos. Ecologia social, variáveis demográficas e determinadas condições situacionais são exemplos de variáveis antecedentes. As variáveis consequentes influenciam cognição, emoção, formas de atribuição e valores, bem como o comportamento social e processos intra e intergrupais (Tabela 1.1).

Tabela 1.1 - Antecedentes e consequentes do individualismo e do coletivismo

Variáveis		**Individualismo**	**Coletivismo**
ANTECEDENTES	Ecologia	Sociedades complexas, com fronteiras abertas e alta mobilidade.	Sociedades agrárias; Sociedades com baixa mobilidade.
	Variáveis sócio demográficas	Alto status social; Jovens; Maior nível de educação.	Baixo status social; Idade mais avançada; Menos níveis de educação.
	Condições situacionais	Recompensas por ações individuais; Tarefas disjuntivas – só podem ser completadas individualmente.	Recompensas por ações grupais; Tarefas conjuntivas – só podem ser completadas coletivamente;
CONSEQUENTES	Cognições e Emoções	Foco no objeto, pensamento linear e analítico;	Atenção ao campo total, pensamento holístico, circular e dialético; Maior tolerância a contradições;
	Atribuição	Interna: atitude e personalidade; Sucesso é mérito pessoal; Dificuldade em compreender fenômenos no nível do grupo.	Externa: regras, normas e pressão grupal; Sucesso é obtido pela ajuda dos demais;
	Valores	Independência e autossuficiência; A dependência do outro é muito evitada; Equidade e competitividade.	Deferência à família, e à ordem social; O isolamento do grupo é muito evitado; Igualdade e cooperação.

Comportamento social	Orientado por direitos e necessidades individuais; Relações insatisfatórias são abandonadas; Trocas contratuais; Conflitos emergem de violação de direitos individuais.	Orientado por deveres, regras e obrigações; Tolerância com relações insatisfatórias; Trocas comunais; Conflitos emergem de violação de deveres e obrigações sociais.
Processos intra e intergrupais	Participação superficial em muitos grupos; Grupos são mais heterogêneos e fruto de escolhas pessoais; Há espaço para debates e situações de confronto; As metas do indivíduo são diferentes e prioritárias diante das grupais.	Participação em poucos grupos, mas com relações profundas; Grupos mais homogêneos e relacionados à estrutura social; Busca priorizar a preservação de ambiente harmônico; As metas do grupo tem prioridade e coincidem com as do indivíduo.

FONTE: elaboração própria com base em Triandis (2012)

Individualismo e coletivismo são polaridades de um contínuo e as sociedades abarcam características de ambos em intensidade variada. Neste contínuo, as síndromes podem apresentar variações e adquirirem características horizontais e verticais. As sociedades individualistas verticais têm como maior valor a competição. Incentivam os indivíduos à autorrealização, diferenciação e a destacar-se dos demais, para obter poder e prestígio. No individualismo horizontal há a busca por ter uma vida confortável, mas sem a preocupação excessiva em destacar-se dos demais. No coletivismo oriental o maior valor é a cooperação, a alta afiliação a grupos e a postura de modéstia. Nas sociedades mais tradicionais predomina o coletivismo vertical, em que há alta conformidade com autoridades e o principal valor é o cumprimento de deveres. Em boa parte das sociedades ocidentais predomina o individualismo vertical, sendo as culturas coletivistas horizontais as mais raras de serem encontradas.

Embora as teorias apresentadas tenham em comum o nível de análise grupal, intergrupal e cultural, elas partem de recortes distintos, o que pode dificultar a comparação entre elas. No entanto, ao extrair seus pressupostos, torna-se possível identificar eixos que perpassam estas teorias e contribuem para compreender mecanismos subjacentes a fenômenos estudados pela ARS. Uma vez apresentadas as teorias, segue uma análise mais abrangente dos eixos centrais de cada teoria e os possíveis pontos de interseção entre elas.

1.4. Integração entre as teorias de relações intra e intergrupais

De maneira geral as teorias mais recentes sobre relações intergrupais têm como base pressupostos da teoria da identidade social, principalmente no que se refere à

categorização e à comparação sociais. A teoria da identidade comum traz um enfoque otimista da categorização social, ao destacar sua dinamicidade e potencial para ser alterada de maneira a viabilizar a redução do viés intergrupo. A teoria da justiça declara o julgamento dos processos de justiça como elemento chave para o comportamento nos grupos. Mas ao explicar os mecanismos psíquicos envolvidos também faz uso da identidade social, considerando-a como variável antecedente do grau em que julgamentos de justiça afetam o *self*.

A teoria da cooperação competição trata de forma mais ampla as interações sociais sem remeter-se diretamente a processos de categorização e comparação. Apesar disso, destaca o papel do compartilhamento de crenças como precursor e influenciado por comportamentos cooperativos, vistos como padrão de interação mais benéfico aos grupos. Embora a teoria da identidade social não seja citada, processos de categorização social são subjacentes a esta similaridade de crenças, conduzindo os membros do grupo a perceberem-se como muito semelhantes entre si e muito diferentes dos do grupo externo.

Ao demonstrar diferenças da noção de *self* atrelada à síndrome cultural predominante, a teoria sobre coletivismo e individualismo aponta para variações no grau em que o grupo adquire relevância para o *self*. A cooperação, aspecto central da teoria anterior, é associada à cultura coletivista, na qual as metas grupais são coincidentes com as dos seus membros.

O cunho interventivo é característico das teorias em relações intra e intergrupais e das pesquisas fomentadas por elas. Ao buscar entender problemas sociais, elencam e testam estratégias de intervenção e possíveis obstáculos à efetividade destas. A principal preocupação das abordagens em processos intra e intergrupais é melhorar as relações em direção a padrões de interdependência e cooperação. Não é simples adotar estes padrões nas sociedades individualistas, principalmente as verticais, as quais trazem os valores individualistas engendrados no microcotidiano. Já nas sociedades coletivistas a grande dificuldade vai ser estender o padrão de interdependência e cooperação ao exogrupo, em função do vínculo muito estreito com o endogrupo.

Mobilizar questões ligadas à identidade social dos indivíduos nos grupos aparece como estratégia em quase todas as teorias. Apenas a própria teoria da identidade social não propõe alterações no nível grupal, destacando estratégias individuais para tornar a identidade social mais positiva. É possível que os próprios formuladores da teoria, sob o viés de uma cultura individualista, e com alto enfoque em

processos cognitivos, não tenham considerado estratégias de natureza coletiva. As demais teorias descritas propõem estratégias de alteração na esfera das crenças grupais, e no manejo de tais crenças por autoridades legitimadas pelo grupo.

No âmbito das crenças, as intervenções se direcionam para torná-las mais semelhantes, mais próximas de ideais coletivistas (promovem cooperação) e, principalmente, redimensionar os parâmetros de categorização “eu” versus “nosso”. Já no manejo das autoridades seu papel é promover ambiente favorável ao compartilhamento de crenças (incluído a de similaridade) que conduzam a relações cooperativas. A cooperação estabelece-se como um padrão de interação almejado como resultado em praticamente todas as teorias, em contraponto à competição tão fomentada nas práticas cotidianas da sociedade individualista.

Os processos de categorização e comparação social, compreendidos como estruturantes da compreensão de si e dos demais, são ao mesmo tempo estratégia e obstáculo à eficácia da intervenção nas relações intergrupais. O manejo destas crenças precisa ser cuidadoso a ponto de equilibrar a manutenção das identidades sociais positivas de cada endogrupo, e, simultaneamente, gerar uma identidade supraordenada capaz de reduzir o viés com o exogrupo. Caso isso não aconteça o conflito entre os grupos será acirrado, pois as estratégias serão percebidas como ameaça de grupo (Hogg & Abrams, 2005). Este fenômeno ocorrerá em ambas as síndromes culturais, a diferença estará na referência de quem são os iguais (religião, parentesco, categoria profissional, etc.).

Embora a cooperação esteja presente como valor nas sociedades coletivistas, o favorecimento do endogrupo pode ser ainda mais acirrado uma vez que a relevância do endogrupo na definição de *self* é muito mais saliente. Já nas sociedades individualistas, situações de competição ativam a autopromoção e a busca por status mesmo no endogrupo. Muitos dos estudos em conflitos intergrupais tratam de situações de crise entre grupos com fronteiras bem delimitadas. Mas o limiar do que são relações intra e intergrupais nem sempre possui definição clara. Nas sociedades consideradas de fronteiras abertas (individualistas), em que a diversidade tem sido fomentada em organizações empresariais e educacionais, a situação que se coloca é de relações intragrupais potencialmente capazes de atualizar conflitos intergrupais. A categorização social endogrupo e exogrupo se mantém, bem como os processos de comparação e favoritismo e pode impactar negativamente na tarefa do grupo se não houver um esforço de recategorização.

Na sequência, são identificadas as principais articulações entre as teorias da psicologia social descritas e noções centrais em ARS como capital social, coesão, homofilia, laços fracos e buracos estruturais.

1.5. Articulações Análise de Redes Sociais e teorias de relações intergrupais em Psicologia Social

A especificidade da ARS é ter como unidade de análise a interação entre atores (Freeman, 2011; Felmlee & Faris, 2013). Esta premissa se desdobra em uma série de proposições subjacentes como: o comportamento dos atores é interdependente dos demais aos quais estão conectados; a rede funciona como fluxo de informação e trocas sociais e; as redes permitem o acesso à estrutura social ao tornar visíveis padrões de relacionamento entre atores; e através de seus laços diretos, os atores são influenciados pela estrutura da rede social mais ampla e sua posição nesta (Felmlee & Faris, 2013).

Para a Psicologia Social, esta rede social mais ampla a qual pertencemos engendra um sistema de crenças que se situa em um contínuo individualista versus coletivista. Este sistema influencia o grau da importância do pertencimento a grupos e o grau em que estabelecemos relações mais competitivas ou cooperativas nestes e entre estes grupos. A consciência de pertencimento a determinados grupos e o afeto atrelado a este pertencimento orientam o que pensamos sobre quem somos, nossos comportamentos em relação ao nosso grupo de origem e a membros de grupos externos. Através da categorização em “nós” e “eles”, gerenciamos nossas expectativas sobre os repertórios comportamentais das pessoas, através de mecanismos de comparação e categorização social. Tais mecanismos conduzem ao viés intergrupal, termo dado à nossa tendência em perceber mais semelhança entre os membros dos nossos grupos e exacerbar as diferenças com membros do grupo externo. Isto nos leva a privilegiar as relações no nosso próprio grupo em detrimento do contato com pessoas externas a ele.

A chamada tendência à endogeneidade grupal na psicologia social e as discussões nela implicadas se articulam às trazidas pela ARS ao tratar de homofilia, laços fortes e fracos, coesão e acesso ao capital social da rede. Os principais mecanismos de formação de redes são proximidade e similaridade. A proximidade é um determinante inicial da gênese dos laços. Mas a similaridade de raça, etnia, idade, religião, educação, gênero e background (dentre outras) emerge como uma poderosa influência na formação de laços mútuos (Felmlee & Faris, 2013). A conexão por similaridade, denominada de homofilia,

continua sendo amplamente pesquisada e identificada como característica predominante em variados tipos de rede (McPherson, Smith-Lovin, & Cook, 2001). A teoria da identidade social vem apontar que a importância do pertencimento a grupos para constituição de nossa identidade, nos conduz a, cognitivamente, perceber esta semelhança de forma exacerbada. Assim, nos processos interacionais, não apenas nos aproximamos de semelhantes, mas enxergamos mais semelhança do que o que, de fato, existe. Isto é uma forma de compreendermos quem somos e gerenciarmos nossas expectativas quanto aos demais.

Na ARS existem explicações estruturais e de conteúdo para a homofilia. As estruturais focam nas razões contextuais, como estar no mesmo lugar ao mesmo tempo (Hanneman & Riddle, 2005). Eventos como o envolvimento em um mesmo projeto seja em uma escola, igreja ou empresa, tornam mais prováveis as relações entre pessoas que compartilham atributos como renda, educação, idade, gênero etc. (Burt, 2005). Caso os laços formados sejam através de atributos como crenças e valores, denominada homofilia de valor, estes podem resultar em interação entre categorias sociais mais estanques (gênero, raça, classe social, idade). Este mecanismo pode ser explicado pela teoria da identidade comum, uma vez que pode representar uma identidade supraordenada compartilhada que instaura a possibilidade de percepção de semelhança de outra ordem. Isso vai depender do próprio sistema de crenças deste “projeto” e o quanto ele tolera e valoriza a convivência entre distintas categorias sociais.

Ademais, abordagens de relações de conteúdo em ARS destacam os efeitos gerados por formação de grupos entre semelhantes, como o grau de conforto experimentado na relação interpessoal (Hanneman & Riddle, 2005). Como processo cognitivo descrito pela teoria da identidade social, a categorização entre “nós” e “eles” faz com que estereotipemos os membros do exogrupo, percebendo-os através de protótipos. Isto traz conforto porque organiza informações sociais e maneja as expectativas quanto ao comportamento dos demais e dos acontecimentos cotidianos.

Os laços entre iguais são considerados laços fortes e de difícil dissolução nos estudos sobre homofilia em ARS. Geram grupos coesos através de interações frequentes (alta densidade), compartilhamento de crenças, valores, experiências cotidianas e proximidade afetiva. Estes grupos são estáveis e pouco influenciáveis pelo entorno. Por um lado, são permeados por confiança e aceleram a troca de recursos. Por outro, tornam

redundante o conteúdo acessado, exercem pressão isomórfica e constrangem os atores a atender à expectativa dos demais. (Wasserman & Faust, 1994; Freeman 2011; Prell, 2012). O fechamento das fronteiras grupais é considerado pela teoria da identidade social como uma tarefa assumida por cada membro do grupo. Esta postura dos membros busca manter a estabilidade do grupo, pois novas entradas podem exigir redefinição de critérios de participação e promover sentimento de ameaça à identidade grupal. Já o acesso ao capital social através do compartilhamento de recursos, se associa diretamente à percepção de que o outro integra o mesmo grupo o que produz comportamentos de favoritismo como empatia, cooperação e confiança.

Lozares, Roldán, Verd, Martí e Molina (2011) definiram a noção de capital social em ARS como a apropriação dos recursos gerados pela dinâmica interativa dos atores na rede. Em geral estes recursos são distribuídos diferenciadamente e expressos na posição e no status social dos atores. Assim, a qualificação social ao termo capital não se deve apenas ao seu conteúdo substantivo que perpassa as relações, mas conjuntamente pelas interações que geram novas realidades sujeitas à apropriação de maneira diferenciada pelos atores. Dois eixos orientam a pesquisa em capital social. No primeiro há a preocupação com benefícios do "fechamento" ou alta coesão na rede, como promoção de ambiente dotado de confiança e reciprocidade.

Ancorado nos estudos de Putnam[6](2000), este primeiro eixo enfatiza o associacionismo local, exacerbando o papel da identidade local. Como pesquisadores de questões sobre imigração, Portes e Vickstrom (2011) questionam a excessiva ênfase dos estudos no capital social local, com destaque aos efeitos prejudiciais da diversidade para a coesão do grupo. Além de explicitar incongruência entre resultados de estudos com este enfoque, os autores analisam os dados disponibilizados por Putnam. Nesta análise, demonstram que se variáveis como desigualdade, nível educacional e composição étnico-racial forem controladas, desaparecem os benefícios atribuídos estritamente ao capital social local.

O segundo eixo de pesquisas em capital social concentra-se nas implicações das características estruturais da rede, a exemplo da teoria dos buracos estruturais (Carpenter, Li e Jiang, 2012). Esta teoria está embasada na teoria dos laços fracos de Granovetter (1973), difundida no artigo *"The strength of weak ties"* em 1973. Ela

[6] Uma das principais referências em capital social em ARS, junto a Bourdieu, Coleman e Ghoshal (Vickstrom & Portes, 2011)

demonstra a importância de laços fracos no processo social, por abrir espaço para novas influências, difusão de informação e mobilidade. São considerados laços fracos, conexões pouco frequentes entre atores e com poucos amigos mútuos (Felmlee & Faris, 2013). A relevância destes está em representarem pontes, que embora apresentem baixa coesão, são o único caminho possível entre dois grupos de atores. O autor usou esta asserção teórica para explicar porque as pessoas obtém mais sucesso na procura de emprego através de conhecidos, do que de amigos próximos (Granovetter, 1973). A explicação está no fato de que laços com baixa coesão permitem acesso a recursos diferentes, como novas informações. Além disso, exercem menos pressão diante de expectativas e normas implícitas (Freeman, 2011).

Laços fortes ou fracos podem prover acessos a recursos para os integrantes da rede e seus subgrupos. Os laços motivados pela segurança formam estruturas de subgrupos coesos e homogêneos. Já os laços motivados por efetividade correspondem à formação de buracos estruturais, pois para tornar-se efetivo é prioridade tornar-se uma conexão ponte entre os demais. Em redes de efetividade a confiança é privilégio de alguns jogadores, já nas redes de segurança a confiança é um atributo de toda a rede (Kadushin, 2012).

Tendo como base as considerações de Granovetter (1973) e a noção de capital social em ambientes competitivos, Burt (1992) elabora a teoria dos buracos estruturais. O buraco estrutural é uma relação de não redundância entre dois contatos. Esta relação só se estabelece entre dois atores se eles não compartilham laços diretos ou indiretos ou não são estruturalmente equivalentes. Sua importância está em viabilizar o acesso a informações não redundantes, o que para Burt é um indicador de eficácia da rede. Mas esta ênfase nos buracos estruturais deve ser vista com cautela, pois *Redundance is not futile; it guarantees the efficacious communication* (Degenne & Forsé, 2004, p.119), devendo haver um equilíbrio entre subgrupos coesos e buracos estruturais.

A ideia de laços fracos e dos buracos estruturais como vantagem competitiva faz sentido em culturas predominantemente individualistas, nas quais os grupos (mesmo os grupos aos quais pertencemos) são vistos como fonte de satisfação do indivíduo, indivíduo que prioriza destacar-se dos demais. A distinção posta na teoria dos buracos estruturais entre redes efetivas e redes de segurança e o sistema de valores implícitos a estas, remete ao sistema de valores individualista e coletivista, bem como à caracterização das relações em grupos competitivos e cooperativos.

A proposta de equilíbrio entre buracos estruturais e subgrupos coesos na composição da estrutura da rede pode ser viabilizada a partir das estratégias propostas pela teoria da identidade comum. Ao considerar a categorização social como um processo dinâmico, propõe a alteração das representações conceituais que estabelecem as fronteiras entre o endo e o exogrupo. Ao propor uma identidade supraordenada que conecte os subgrupos, ressalta a importância de manter o núcleo positivo da identidade social de cada grupo para que estes não se sintam ameaçados. A Tabela 1.2 sintetiza os principais pontos de articulação entre a ARS e teorias da psicologia social sobre relações intergrupais discutidos neste trabalho.

Tabela 1.2 - Articulações entre noções em ARS e pressupostos em Psicologia Social

Noções em Análise de Redes Social	**Pressupostos da Psicologia Social**
Atores são influenciados pela estrutura da rede social mais ampla e sua posição nesta;	A síndrome cultural predominante influencia a adesão a comportamentos mais competitivos ou mais cooperativos, seja no grupo ou entre os grupos.
O comportamento dos atores é interdependente dos demais aos quais estão conectados.	O senso de pertencimento ao grupo influencia na avaliação que o indivíduo faz de si e dos membros do grupo externo.
O capital social da rede é distribuído diferenciadamente e expressos na posição e no status social dos atores.	A distribuição desigual é típica de ambientes competitivos (cultura individualista). Os subgrupos coesos favorecem seus membros, e são motivados a elevar e deter sua identidade social positiva em detrimento dos outros grupos.
Similaridade é poderosa influência na formação e manutenção de laços mútuos.	Não apenas "existe" uma similaridade, há uma exacerbação perceptiva da semelhança com o endogrupo, bem como a diferença com o exogrupo.
Homofilia pode advir de envolver-se em um mesmo projeto.	A recategorização pode se dirigir a criar uma entidade supraordenada fazendo com que integrantes de diferentes grupos partilhem uma identidade em outra esfera.
Existe um grau de conforto experimentado em estar com semelhantes.	A integração entre a identidade grupal e pessoal faz com que as pessoas definam e compreendam a si mesmas em termos dos grupos aos quais pertencem. Isso auxilia na predição do comportamento dos outros e das situações sociais.
Nos grupos coesos há confiança e troca de recursos.	Favoritismos intragrupais.
Laços fortes formam grupos estáveis e pouco influenciáveis pelo entorno. Constrangem seus membros a atender à expectativa dos demais.	Cada membro do grupo é guardião das fronteiras do grupo. Rever critérios de entrada pode fragilizar a identidade grupal.

Necessidade de haver equilíbrio entre subgrupos coesos e buracos estruturais.	Equilíbrio entre manter a identidade do grupo favorável e possibilitar interação com outros grupos através da recategorização social e criação de uma identidade supraordenada.
Em redes de efetividade, com laços fracos, a confiança é privilégio de alguns jogadores.	Visão da rede como espaço competitivo, tendo como referência valores individualistas, nos quais há busca por destacar-se e obter vantagens individuais.
Nas redes de segurança a confiança é um atributo de toda a rede.	Padrão de relação baseado na cooperação, onde o empoderamento do outro é valorizado.

Embora a endogenia nos grupos seja considerada um processo esperado tanto para a ARS como para Psicologia Social, contextos de diversidade tem sido cada vez mais induzidos nos âmbitos empresarial e educacional através da adoção de políticas afirmativas. Para que a diversidade resulte em benefícios como acesso a novas informações, processos de tomada de decisão mais eficazes, desenvolvimento de habilidades interpessoais como tolerância à diferença, empatia com a realidade alheia, é preciso manejar as relações intergrupais nesta direção.

Para avançar na compreensão e manejo de relações intergrupais, tornando a convivência entre pessoas de grupos diversos viável, o esforço de integração teórico conceitual precisa ser ampliado nas duas direções. Em psicologia social, o uso restrito de análises egocentradas em análise de redes sociais limita o exame de mecanismos menos óbvios de influencia de rede como laços estendidos, clausura de tríades, buracos estruturais e topologia de rede. Assumir perspectivas globais significaria considerar a dimensão estrutural na compreensão dos fenômenos estudados (Felmlee & Faris, 2013).

A Análise de Redes Sociais não se constitui nem como teoria nem como metodologia. Ela é um paradigma que possibilita um olhar sobre os fenômenos que prioriza suas relações, no lugar de enfatizar apenas os atributos. *"(...) it does not predict what we will see...they provide guidance on where to look for such answers* (Marin & Wellman, 2011)*"*. Como paradigma ela abrange um leque de teorias e ferramentas metodológicas. Tal diversidade faz com que possa ser aplicada ao estudo dos mais diversos fenômenos e em contextos ainda mais variados.

Mesmo diante de um paradigma que nos atrai por ter como objeto as interações (e assim superar a dualidade individuo e estrutura), enfrentamos desafios. Um primeiro é lidar com nosso próprio viés epistemológico que acaba por nos fazer enfatizar estrutura ou ator. Outro é conseguir integrar noções da ARS e noções dos campos de

conhecimento que a constituem. Seja em função do volume de conhecimento produzido, seja em função do desafio que é construir conhecimento de forma transdisciplinar, sem gerar sobreposições.

2. ARTIGO
A HOMOFILIA POR COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

2.1. Introdução

Contextos de diversidade têm sido cada vez mais induzidos por políticas públicas e empresariais, através de ações afirmativas. Na esfera das políticas públicas, as ações afirmativas surgem em resposta à reivindicação dos movimentos sociais por reparação histórica em função de práticas de opressão e exclusão por parte do Estado brasileiro. A promoção da diversidade é estratégia de inclusão imediata de minorias em espaços sociais privilegiados que, por sua vez, tem o potencial de melhorar o status social destas no longo prazo, como é o caso da universidade. Nas empresas, o fomento da diversidade atende à globalização dos negócios e à necessidade de alcance de novos nichos de mercado (mulheres, negros e homossexuais). Nestas, a diversidade é pregada como ferramenta de melhoria tanto do desempenho individual como organizacional, ao prover acesso a novas ideias, incrementando processos de tomada de decisão.

Consequências positivas derivadas de contextos de diversidade, como a inclusão de minorias em espaços privilegiados, nem sempre são alcançadas. Guillaume et al (2013) enumeram alguns efeitos negativos da convivência entre grupos distintos no ambiente de trabalho, como expressão de comportamentos de discriminação, conflitos interpessoais, absenteísmo e baixos comprometimento e desempenho. Sowell (2004) analisou o impacto de ações afirmativas em cinco países e considera que ações afirmativas tem sido fonte de conflitos intergrupais e, muitas vezes, resulta em poucos benefícios efetivos entre os diferentes grupos sociais.

Apesar de concordarem com a possibilidade de consequências negativas advindas do contato entre diferentes, Banks et al (2001) valorizam o papel das instituições de ensino na promoção da convivência entre grupos sociais distintos. Mais do que isso, consideram o exercício deste papel como estratégia de sobrevivência e consolidação de uma sociedade democrática e plural. A partir deste ideal, os autores traçam diretrizes para auxiliar as instituições de ensino a adotar estratégias para lidar com a diversidade, ampliar habilidades intergrupais dos estudantes e melhorar o seu desempenho.

A investigação sobre benefícios ou custos resultantes de relações entre grupos de atores semelhantes ou diferentes entre si tem sido foco de estudo da Análise de Redes Sociais - ARS. Ela é um campo de estudo interdisciplinar que se destaca por eleger a interação entre os atores como objeto de estudo, com ênfase na identificação, visualização e análise das relações que conectam estes atores (Freeman, 2011).

Para a ARS, uma das explicações centrais para o estabelecimento de relações entre atores semelhantes é a homofilia. A homofilia se expressa, por exemplo, na tendência das relações se formarem entre atores com atributos semelhantes, como por exemplo, gênero, idade, raça ou ocupação. Elementos como proximidade geográfica, núcleos familiares e participação nas mesmas organizações, são fatores contextuais promotores de homofilia. O fato de pessoas semelhantes estarem no mesmo lugar ao mesmo tempo é um dos motivos para o potencial estabelecimento de relações homofílicas (Hanemman & Riddle, 2005; McPherson, Smith-Lovin, & Cook, 2001).

Embora a homofilia seja considerada uma tendência "natural", para Wimmer (2008), esta predominância de padrões mais homogêneos expressam disputas estratégicas dos indivíduos por reconhecimento e poder social. Tais disputas envolvem tanto dimensões sócio-estruturais, ligadas a processos de formação de subgrupos fechados, como dimensões simbólicas, relacionadas a processos de categorização social (nós e eles). O autor chama atenção para a influência de fatores estruturais como a desigualdade na distribuição dos recursos através das categorias sociais e o grau de suporte institucional (Wimmer, 2008; Wimmer & Lewis, 2011).

McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001) também discutem como padrões de homofilia demarcam diferenças e definem status hierárquico entre os grupos. Após analisar o panorama de estudos em homofilia, os autores concluem que a homofilia por raça e por etnia são as que promovem as divisões sociais mais intensas no ambiente interpessoal. Destacam ainda o fato deste tipo de homofilia estar associado a diferenças de posições nos grupos em outras dimensões como ocupação, religião, educação e renda. Já Wimmer e Lewis (2011) demonstram que a homofilia por renda tem orientado a formação de laços homogêneos tanto quanto a homofilia por raça.

Esta ligação entre homofilia e status social pode ser vista na distância entre atores de distintos grupos na rede. Esta distância delimita as fronteiras entre as categorias sociais, uma vez que estão localizadas em um espaço social e terão de obedecer à dinâmica circunscrita por esta ecologia social. A delimitação destas

fronteiras torna o conteúdo disponível na rede redundante, uma vez que flui entre atores que vivem as mesmas experiências (McPherson, Smith-Lovin, & Cook, 2001). Assim, se por um lado o contato entre grupos distintos pode promover conflitos e discriminação, por outro o contato apenas entre semelhantes limita o acesso a novas informações.

> Para a psicologia social, a teoria da identidade social é o principal eixo explicativo para a dinâmica das relações intra e intergrupais. De acordo com esta teoria, a identidade social é a consciência de pertencimento a um grupo e o afeto gerado por esta pertença. Cognitivamente, os indivíduos alocam a si e aos demais em grupos, como estratégia para entender e predizer o comportamento dos demais, em um mecanismo denominado de categorização social. No momento em que um indivíduo é considerado membro de um grupo, partilha das características definidoras deste grupo. A categorização social promove um viés perceptivo, tornando as semelhanças intragrupo mais salientes e demarcando as diferenças com o grupo externo. A autodefinição em função do pertencimento a um grupo (nós versus eles) pode gerar disputas de prestígio e status, principalmente diante de situações de competição (Ellemers & Haslam, 2012).

O sistema de cotas estabelecido no Brasil pela Lei nº 12.711 (Brasil, 2012) insere estudantes de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas nas universidades federais. São grupos sociais com os quais boa parte da comunidade universitária (gestores, professores, funcionários e estudantes) não havia lidado antes da adoção da política de cotas, a não ser em cursos de baixa concorrência. São grupos, que por sua vez, não cogitavam inserir a universidade em seu projeto de vida e trabalho, antes das cotas. A reserva de vagas instituiu, assim, um contexto de diversidade e promoveu a convivência entre grupos sociais com *backgrounds* econômicos, educacionais e culturais distintos.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA) foi feito um estudo para avaliar como estes grupos distintos se relacionavam no curso de psicologia. Neste estudo, Peixoto, Ribeiro e Brito (2015) utilizaram a medida de homofilia em Análise de Redes Sociais (ARS) para avaliar o quanto os estudantes tendiam a se relacionar entre os seus semelhantes: cotistas com cotistas; e não cotistas com não cotistas. Os resultados deste estudo indicaram baixo grau de integração entre cotistas e não cotistas, sendo que o

grupo de não cotistas apresentou maior tendência a manter relações intragrupo do que os cotistas.

A baixa integração encontrada entre cotistas e não cotistas nas turmas de psicologia estudadas chamou a atenção para a necessidade de avaliar o comportamento das relações entre grupos de cotistas e não cotistas na universidade, inclusive avaliando se esse padrão de relação observado se repete em cursos de diferentes áreas e em função dos padrões de concorrência no vestibular, entendidos como uma variável de prestígio social. Esta pesquisa atende a esta necessidade, avaliando os padrões de comportamento da homofilia por cotas na UFBA influenciados por cada uma destas condições.

Na seção seguinte, são apresentados o conceito de homofilia e alguns problemas e sobreposições identificados na delimitação deste conceito.

2.1.1. A noção de homofilia em Análise de Redes Sociais

Dentre a gama de processos estudados pela Análise de Redes Sociais (ARS), a homofilia é considerada um princípio organizativo básico das relações interpessoais e prediz um padrão entre associação e semelhança, no qual o contato entre pessoas semelhantes ocorre em uma taxa mais elevada do que entre diferentes. Pesquisas demonstram que laços entre atores não semelhantes são extintos com maior frequência, quando comparados em seus processos de formação e dissolução (Mcpherson, Smith- Lovin, & Cook, 2001).

As primeiras referências encontradas utilizando a noção de homofilia no contexto das relações grupais[7] surgem em 1953 em um artigo da revista *American Sociological Review*, intitulado Medidas em Sociologia. Escrito por Stouffer (1953), este artigo buscava incentivar pesquisadores em sociologia a ampliar e sistematizar o estudo de medidas quantitativas na área. Dentre as variáveis envolvidas nos estudos de conflitos intergrupais, o autor fazia referência à homofilia, com base em um manuscrito não publicado de Lazarsfeld e Merton.

Em 1954, Lazarsfeld e Merton publicaram um capítulo de livro intitulado *"Friendship as a social process: a substantive and methodological analysis."* Este capítulo é referência na sociologia clássica e nos estudos sobre homofilia em ARS.

[7] No contexto das relações interpessoais o uso surge desde 1920, de acordo com a revisão de McPherson, Smith-Lovin e Cook (2001).

Nele, os autores disseminaram tanto o uso do termo homofilia, como da expressão '*birds of a feather flock together*' nas pesquisas sobre formação de laços.

Ao aprofundar e diversificar as leituras de estudos sobre homofilia em ARS fica evidente a complexidade em delimitar aspectos centrais desta noção. Uma primeira questão que se coloca na delimitação do conceito de homofilia é qual o contorno do que se considera semelhança. De acordo com a primeira proposta de classificação proposta por Laszarfeld e Merton (1954), e como mostra a diversidade de aplicações e contextos das pesquisas, aquilo que é considerado por "semelhança" pode ser qualquer coisa. Dando um exemplo que pode parecer absurdo, a semelhança pode ser inclusive gostar de se relacionar com pessoas diferentes, se o apreço pela diversidade for considerado um atributo.

A princípio qualquer atributo que seja foco de análise de uma pesquisa torna-se um "tipo" de homofilia. Assim, têm-se as mais diversas possibilidades e naturezas de homofilia: idade, gênero, ocupação, raça, etnia, renda, filiação regional ou institucional, etc.. Diante desta variedade de tipos de homofilia, muitos estudos recorrem à classificação proposta por Lazarsfeld e Merton (1954). Estes autores agruparam as modalidades de homofilia em dois grupos: a homofilia de status (ou estrutural) e a homofilia de valor.

Na primeira modalidade, a de status, a associação entre atores semelhantes é regida por elementos sócio demográficos como raça, etnia, sexo, idade, ocupação, religião, nível educacional. Na segunda, homofilia de valor, a associação se dá orientada por crenças, valores e atitudes semelhantes. A princípio é uma distinção plausível, mas logo a divisão artificial (e muitas vezes necessária) das pesquisas dispara reflexões sobre as imbricações destes atributos que existem agrupados, em diferentes arranjos e graus, nos atores.

Autores que discutem esta classificação, como Kandel (1966) e Mcpherson, Smith-Lovin e Cook (2001), consideram haver mútua influência entre a homofilia de status e homofilia de valor, já que crenças e valores estão fortemente relacionados às posições sociais ocupadas pelos atores. Quando pensamos sobre processos de formação e manutenção de crenças e valores, torna-se difícil separá-los da conjuntura estrutural circunscrita por raça, religião, sexo, idade e localização geográfica, dentre outros nos quais os indivíduos estão inseridos.

Outro ponto de difícil delimitação é o nível de análise da homofilia. Ao discorrer sobre os múltiplos níveis de análise abrangidos pela ARS, Freeman (2011) e Prell

(2012) situam o fenômeno da homofilia no âmbito das díades. Mais precisamente, Prell (2012) define o conceito como a situação social de atores preferindo ter relações sociais com outros que são similares a eles. Embora a maioria dos autores situe o fenômeno nas díades e isso se refira ao processo de formação do laço, o conceito apresentado em muitos estudos denota um sentido disposicional, na esfera das motivações individuais para a escolha dos laços. Nesta direção, Borgatti (2015) comenta a noção de homofilia ancorada na definição de Lazarfeld: "*Homophily refers to the tendency for people to have (non-negative) ties with people who are similar to themselves in socially significant ways. The term itself (due to Lazarsfeld) specifically refers to an internal preference…* " (Borgatti, 2015, p.1)

Em um artigo escrito em 1987, McPherson e Smith-Lovin (1987), apresentam duas possibilidades de origem da homofilia: por escolha e induzida. Na primeira possibilidade a homofilia define-se como preferência individual, na segunda, ela acontece em função da composição dos grupos na estrutura da rede, constrangendo as possibilidades de escolha de amizade. Já em 2001, em um importante artigo de revisão sobre a noção de homofilia, esses autores junto com Cook (McPherson, Smith-Lovin e Cook, 2001), destacam que a escolha individual está presente principalmente na homofilia de valor[8], na qual a atração por semelhantes tende a ser mais espontânea.

Quando percebida como preferência individual, a noção de homofilia pode passar a se confundir com o que em psicologia social denominamos de atitudes, no sentido da predisposição ao comportamento. Mas a formação e a manutenção de laços com semelhantes podem ser compreendidas por conceitos e teorias mais amplas apresentadas pela psicologia social, a exemplo da teoria da identidade social. E quando fazemos a leitura deste fenômeno a partir desta perspectiva terminamos por percebê-lo mais na esfera das relações intergrupais e dos seus efeitos na coesão grupal ou na fragmentação dos grupos em subgrupos.

Em reflexões sobre a direção causal da homofilia, Cristina Prell (2012) aponta não haver consenso sobre o que vem primeiro, se o laço ou a similaridade. Nas palavras da autora "*...is that people come together and become more similar over time or is it that they are attracted to similar others and form a social tie accordingly?*" (p.129). Duas teorias distintas fomentam essa dualidade de explicação causal: a teoria da influência social e a teoria da seleção social. Na primeira, Friedkin (1998) advoga que

[8] Referindo-se à classificação proposta por Laszarsfeld e Merton (1954).

as pessoas se tornam similares com o passar do tempo através da interação. Na segunda, predominante entre pesquisadores de homofilia, assevera que as pessoas selecionam padrões de redes motivadas pela percepção de similaridade (Lazarsfeld & Merton, 1954).

É possível que a explicação sobre a direção causal da homofilia não esteja não esteja localizada de maneira exclusiva em uma ou outra teoria. Ambos os mecanismos, da similaridade como causa ou consequência, podem operar se observadas questões desenvolvimentais e contextuais na relação com pessoas semelhantes e nos processos dinâmicos das redes sociais.[9] Além disso, embora estas duas teorias sejam citadas como fonte de explicação para a formação de laços entre semelhantes, Wimmer e Lewis (2011) sugerem uma diferenciação entre homogeneidade e homofilia e propõem um modelo para explicar a homogeneidade na rede, através de diferentes mecanismos de formação de laços e estruturas sociais.

Intrigados com o grande volume de pesquisas com resultados de alta homofilia racial nas redes sociais nos Estados Unidos, Wimmer e Lewis (2011) questionam a interpretação causal destes resultados atribuída ao papel da homofilia racial. Ao realizar uma revisão do termo, os autores identificam haver uma sobreposição semântica entre homofilia racial e homogeneidade racial na rede. Em alguns trabalhos o termo é descrito como preferência do indivíduo por outros de mesma raça e, em outros, o termo representa a composição racial da rede como resultado do comportamento dos indivíduos diante da estrutura social na qual estão inseridos. A proposta dos autores é restringir o uso do termo homofilia para referir-se a um dos possíveis mecanismos de formação de laço e não para a descrição da composição racial (ou de outro atributo) na rede.

Esta discussão é trazida por Wimmer e Lewis (2011) em artigo que integra um importante campo de pesquisa no desenvolvimento de modelos estatísticos voltado para auxiliar a compreensão das variáveis componentes e influentes da homofilia. Um dos

---

[9] Desenvolvimentais no sentido de que os indivíduos podem tornar-se semelhantes àqueles com quem convivem, principalmente na infância, caracterizando um mecanismo explicado pela teoria da influência social. Com o crescimento e a consolidação de processos cognitivos de categorização social, pode ser predominante a preferência por estar com pessoas que similares, operando mecanismos de seleção social. Contextuais no sentido de que mesmo adultos, podemos nos tornar semelhantes a pessoas que convivemos por um longo tempo no trabalho, por exemplo (influência social). Ou ainda no sentido em que, a depender do atributo em questão, possam existir situações em que nos sintamos compelidos a reforçar nossa identidade social e outras não (seleção social).

resultados importantes desta pesquisa consiste em demonstrar como mecanismos de rede como reciprocidade, transitividade e clausura são responsáveis pela existência de laços homogêneos, que muitas vezes são atribuídos ao mecanismo de homofilia, inflando-o.

Embora estas questões tornem complexa a delimitação da noção de homofilia, a sua qualidade heurística é inegável, e o que as medidas denominadas de homofilia nos fornecem é menos difuso. As medidas de homofilia informam sobre o grau de homogeneidade ou heterogeneidade das relações entre os subgrupos da rede, definidos com base em um atributo específico. Operacionalmente é uma medida da proporção de laços externos e internos, considerando os subgrupos na rede. No âmbito da rede indica a tendência global ao estabelecimento de laços entre atores semelhantes (homofilia) ou diferentes (heterofilia) e informa o grau de integração ou desintegração entre os subgrupos. Para os grupos informa a tendência de fechamento ou clausura em cada um dos grupos. Para os indivíduos informa o grau em que cada ator possui laços com semelhantes ou diferentes.

O quanto que esta homogeneidade ocorre em função de predisposições individuais e/ou configurações estruturais da rede de relações não é a medida de proporção de relações internas e externas que vai responder. Particularmente, temos considerado que esta medida informa sobre o grau de homogeneidade e heterogeneidade das relações, e é muito frutífera para avaliação de relações intergrupais. Assim, o termo homofilia neste estudo, avaliado com base nas medidas de proporção de laços, será usado no sentido de homogeneidade, e heterofilia, no sentido de heterogeneidade.

O próximo tópico deste artigo fornece um panorama geral das pesquisas no cenário internacional e no Brasil.

2.1.2. As pesquisas em homofilia no cenário internacional e nacional

Há uma ampla variedade de pesquisas sobre homofilia, seja considerando diversas variáveis utilizadas como critério para comparação de grupos (idade, religião, raça, etnia, ocupação e gênero), seja observando os diversos contextos estudados (casamento, escolas, trabalho, associações voluntárias, etc.,) (McPherson, Smith-Lovin, & Cook, 2001).

Os primeiros estudos sobre homofilia investigaram o fenômeno em pequenos grupos situados em escolas e bairros (McPherson, Smith Lovin, & Cook, 2001). Em

meados do século XX, predominaram os estudos sobre segregação racial em escolas (Bott, 1928; Shrum, Cheek, & Hunter, 1988) e sobre a influência do grupo de pares no comportamento de risco de adolescentes (Kandel, 1978). Nos últimos 20 anos, ampliaram-se os estudos sobre homofilia em outros campos de pesquisa como: redes sociais virtuais (Bisgin, Agarwal, & Xu, 2010; Aiello et al, 2012), organizações (Bacharach, Bamberger, & Vashdi, 2005; Castilla, 2011), e situações de imigração (Titzmann, Silbereisen, & Schmitt-Rodermund, 2007; Rostila, 2010). Além destes, os estudos em homofilia racial e étnica, principalmente em instituições de ensino, continuam sendo importante pauta nos estudos de homofilia no cenário internacional.

Os estudos em redes sociais virtuais avaliam se o fenômeno da homofilia influencia a formação de laços virtuais e de que forma. Os estudos não têm sido conclusivos quanto ao estabelecimento de relações virtuais regidas por homofilia (Bisgin, Agarwal, & Xu, 2010). Huang, Shen e Contractor (2013) encontraram indícios de homofilia por idade e por tempo gasto em jogos e redes virtuais. Alguns tipos de homofilia que são comuns face a face, não regem relações virtuais, como homofilia por gênero, por exemplo.

Os estudos em homofilia nas relações intra e interorganizacionais avaliam os efeitos favoráveis e desfavoráveis da homofilia para o desempenho de indivíduos, grupos e organizações. A princípio, o alto grau de coesão dos laços entre semelhantes promove facilidade na transmissão do conhecimento tácito e evita conflitos. No entanto, a homofilia tem sido identificada como mecanismo de reificação da desigualdade, mantendo as minorias isoladas nas organizações. Os estudos indicam, também, que laços homófilos nas organizações relacionam-se ao acirramento da categorização social em “nós” (*ingroup*) e “eles” (*outgroup*) (Borgatti & Foster, 2003). Além disso, a interação com atores distintos, sejam eles indivíduos ou organizações, auxiliam no acesso a novas ideias e formas de solucionar problemas em ambientes de constante mudança (Krackhardt & Stern, 1988) e de internacionalização dos mercados e da produção (Castells, 2006).

As pesquisas sobre imigração consideram a homofilia étnica um entrave à adaptação de imigrantes no novo contexto cultural. Esta medida é utilizada como indicador do grau de adaptação dos imigrantes à cultura nativa. Em estudos entre adolescentes imigrantes os pesquisadores identificaram o domínio da linguagem nativa como principal fator de redução de homofilia étnica nas relações de amizade (Titzmann, Silbereisen, & Schmitt-Rodermund, 2007; Titzmann, 2014).

No contexto educacional são muito comuns os estudos sobre homofilia de gênero e de raça. Estes estudos estão concentrados nos Estados Unidos, abrangem todos os níveis educacionais e consideram que a homofilia promove segregação de minorias, principalmente nas universidades. Nas séries iniciais, os estudos avaliam o comportamento da homofilia ao longo dos anos e apontam o aumento progressivo da homofilia gênero e de raça até o início da adolescência. A partir daí, a homofilia de gênero permanece estável e decresce no ensino médio, enquanto que a homofilia racial permanece estável (Shrum, Cheek Jr & Hunter, 1988).

Nas universidades o principal foco de estudo no campo da homofilia tem sido a homofilia racial. As pesquisas tem buscado identificar o papel da homofilia racial nas relações estabelecidas pelos estudantes. Embora boa parte dos estudos declare constatar a homofilia racial como principal mecanismo de formação de laços entre estudantes, estudos mais recentes têm apontado outros fatores também importantes na homogeneidade racial da rede. Wimmer e Lewis (2011) analisaram as redes do *facebook* de 1.640 estudantes de uma universidade particular nos Estados Unidos. Eles utilizaram modelos de grafos aleatórios exponenciais (ERGM) para separar os efeitos de mecanismos de formação de laços e outros tipos de homofilia da homofilia racial. Os resultados indicaram que outros tipos de homofilia, como ser egresso de escolas de elite, são tão importantes quanto a homofilia racial. Além disso, processos de seleção racial e efeitos de compensação[10], referentes à topologia da rede, como reciprocidade[11] e proximidade[12] amplificam a formação de laços homogeneamente raciais.

No Brasil são muito poucos os estudos que tratam especificamente de homofilia em ARS e que usam parâmetros desta medida como ferramenta de análise dos dados. Apenas a partir de 2008 são encontradas publicações sobre o tema nas áreas de administração, ciências sociais e políticas, ciências da computação, em psicologia social e organizacional.

Três temas predominam nas publicações sobre homofilia no Brasil: redes de cooperação acadêmica (Rossoni & Graeml, 2009; Rossoni, 2009; Oliveira, 2012); redes intraorganizacionais (Santos, Rossoni, & Machado-da-Silva, 2011; De Castilho Braz, 2014); e redes de apoio social (Soares, 2008; Marques & Bichir, 2011). No campo do estudo das relações intergrupais, âmbito em que tanto a noção de homofilia, como as

[10] Evitam a tensão produzida por tríades abertas nas redes (Wimmer & Lewis, 2011).
[11] Proporção de laços na rede que são bidirecionais, simétricos, recíprocos (Hanneman & Riddle, 2005).
[12] Estabelecer laços com quem compartilha o mesmo ambiente (dividir o quarto na residência universitária, por exemplo) (Wimmer & Lewis, 2011).

medidas advindas desta contribuem para a compreensão dos fenômenos, há apenas um estudo no Brasil, realizado por Peixoto, Ribeiro e Brito (2015).

Os estudos em redes de cooperação acadêmica consideram que o mapeamento das relações entre pesquisadores revela a dinâmica de construção de conhecimento em determinado campo de estudo. O percurso de escolha por teorias e objetos de estudo está circunscrito em uma estrutura de relações no campo científico e o processo de colaboração interinstitucional fomenta novas perspectivas e abordagens para os fenômenos estudados. Em geral, a coautoria é o parâmetro utilizado para gerar a rede de cooperação acadêmica e as medidas de homofilia possibilitam identificar o grau de colaboração interinstitucional e os fatores nela influentes (proximidade geográfica, imersão institucional, busca por visibilidade, afinidade temática, etc.).

A rede de pesquisadores na área de administração e informação no Brasil foi estudada por Rossoni e Graeml (2009) com o objetivo de avaliar a influência da imersão institucional e regional na formação destas redes. A predominância de relacionamentos endoinstitucionais indicou a maior influência da imersão institucional quando comparada à regional. Oliveira (2012) analisou a rede de cooperação científica em psicologia organizacional e trabalho no Brasil entre 1998 e 2011. De caráter longitudinal, o estudo identificou a variação dos padrões de homofilia institucional e por eixo de estudo em quatro triênios. A homofilia por eixo de estudo esteve presente nos últimos três triênios. Já a homofilia pelo pertencimento institucional foi mais intensa no primeiro e no último triênio, havendo maior diversidade de colaboração interinstitucional nos demais.

Alguns estudos em psicologia organizacional, embora adotem a noção de homofilia para a compreensão do fenômeno estudado, utilizam outras medidas de redes como as de centralidade e de coeficiente de agrupamento para inferir sobre o processo de associação entre atores semelhantes. Macambira (2014) analisou o grau em que a estrutura das relações de confiança entre os trabalhadores explica os seus vínculos com a organização. Foi realizado o mapeamento das relações de 172 trabalhadores, distribuídos em seis grupos de diferentes empresas, explorando a relação entre medidas de ARS (centralidade de intermediação e coesão) e medidas de comprometimento, entrincheiramento e consentimento. O estudo enfatiza a noção de homofilia de valores como eixo explicativo para a hipótese de que trabalhadores que estabelecem laços de confiança tenderiam a adotar padrões de vínculo semelhantes.

Nas pesquisas sobre análise de redes intraorganizacionais um foco central é a dinâmica das relações de poder e influência informais diante da estrutura hierárquica formal. A medida de homofilia permite analisar a magnitude das relações interdepartamentais e as consequências disso no desempenho organizacional. Santos, Rossoni e Machado-da-Silva (2011) analisaram redes intraorganizacionais de gerentes de uma indústria. Um dos objetivos foi avaliar como os padrões de homofilia e heterofilia foram influenciados pela estrutura departamental. Foram mapeadas duas redes reais, comunicação e tomada de decisão, e duas hipotéticas, hierárquica (organograma da organização) e de produção (relações formais com membros deste setor). Entre os departamentos estudados, o setor de produção foi o único que apresentou tendência à homofilia, provavelmente decorrente do maior tamanho do departamento e da distinção cultural entre nível técnico e institucional.

As pesquisas sobre redes de apoio social avaliam como os padrões de interação dos indivíduos em suas comunidades delimitam e são delimitados por sua condição de vida. Marques e Bichir (2011) analisam as características das redes egocentradas[13] de 1744 chefes de domicílio. Os entrevistados responderam sobre suas relações de suporte para emprego, saúde e cotidiano compondo três redes temáticas. Dentre uma gama de características avaliadas, o estudo avalia a homofilia por sexo, idade, escolaridade e renda (a amostra foi categorizada entre pobres e não pobres). Os resultados do estudo indicam que pessoas com melhores condições de vida têm redes maiores, menos homofílicas, menos locais e com menor proporção de parentes e vizinhos. Os autores chamam atenção para o fato da associação entre pobreza e homofilia contribuir para a manutenção das desigualdades sociais de forma circular.

Embora sejam muito comuns os estudos sobre homofilia em instituições de ensino nos Estados Unidos, há apenas um estudo no Brasil que utiliza a medida de homofilia em ARS para avaliar a relação entre estudantes universitários. Este estudo foi realizado por Peixoto, Ribeiro e Brito (2015) e mapeou as redes de amizade de 94 estudantes do primeiro, terceiro e quinto semestres de psicologia. Os estudantes listavam em um questionário individual os colegas que consideravam seus amigos[14]. Foi analisado o grau de homofilia nas redes, para avaliar o quanto os estudantes tendiam a se relacionar entre os seus semelhantes: cotistas entre cotistas; e não cotistas com não

[13] Redes de cada ator

[14] A informação sobre o tipo de ingresso foi disponibilizada pela Superintendência de Tecnologia de Informação (STI) da UFBA.

cotistas. Os resultados deste estudo indicaram alta homofilia nas redes, principalmente no primeiro e terceiro semestres. Embora no quinto semestre a homofilia tenha diminuído, o grupo de não cotistas ainda manteve alta tendência à endogeneização, ou seja, a relacionar-se predominantemente entre si.

Instigado pelos resultados do estudo de Peixoto, Ribeiro e Brito (2015), este trabalho amplia a investigação do grau de integração entre cotistas e não cotistas. O objetivo deste estudo é avaliar o comportamento de homofilia por cotas das redes dos estudantes da UFBA de acordo com a concorrência, o semestre cursado, a área de conhecimento e a natureza da relação. Quatro tipos de relação são foco de análise: amizade, informação, lacuna e rejeição.

As redes de amizade e informação caracterizam vínculos positivos e relações que existem no cotidiano da turma. A rede de lacuna é uma rede de relações desejadas, representa laços hipotéticos de natureza positiva, mas inexistentes. A rede de rejeição também configura laços hipotéticos, mas de cunho negativo. A inexistência destes laços, seja por um desejo não concretizado ou por uma atitude de rejeição, tem implicações no acesso aos recursos disponíveis nas redes de informação e amizade. Nos primórdios do mapeamento de redes, na análise sociométrica, Moreno já mapeava laços negativos e positivos, prática que não foi disseminada na Análise de Redes Sociais (Prell, 2012). Felmlee e Faris (2013) sinalizam a necessidade de realizar estudos que analisem redes de laços negativos, principalmente nos estudos de avaliação de relações intergrupais.

A descrição da amostra, procedimentos de coleta e análise dos dados são apresentados a seguir.

2.2. Método

2.2.1. Procedimento de coleta de dados

Foi realizado um estudo de corte transversal com 25 turmas do primeiro, terceiro e quinto semestres de nove cursos de progressão linear (CPL) das cinco áreas de conhecimento ofertadas pela UFBA, são eles: direito e pedagogia, engenharia mecânica e química, medicina e farmácia, letras, design e artes plásticas. No total, 926 alunos responderam um questionário aplicado em sala de aula.

Para mapear as relações de amizade, informação, lacuna e rejeição dos estudantes da UFBA, foi solicitado a cada estudante que escrevesse o nome dos colegas

da turma que ele(a): 1) considera seus amigos ("amigos" aqui significa dizer o aluno tem mais afinidade/proximidade); rede de amizade; 2) procura para ter informações sobre as tarefas do curso; rede de informação 3) não tem contato, mas gostaria de ter; rede de lacuna:; 4) não tem contato e não gostaria de ter; rede de rejeição. A quantidade de colegas da turma que poderiam ser citados era livre. Estas perguntas de rede integram um instrumento (Anexo 1) de pesquisa mais amplo que abarca variáveis de cunho sócio demográfico e de percepção de vivência acadêmica.

Ao todo foram mapeadas 93 redes assim distribuídas: 25 de amizade, 25 de informação, 23 de lacuna e 20 de rejeição. Tais redes são compostas por 1178 alunos da UFBA. Embora 926 alunos tenham respondido ao questionário, estes alunos poderiam citar qualquer aluno da turma, ainda que este não estivesse presente no dia da aplicação do questionário. Destes 1178, 58 ingressaram na UFBA por outras vias que não o sistema de cotas ou o sistema universal, como transferência interna, vagas residuais ou transferência externa.

2.2.2. Variáveis investigadas

O tipo de ingresso na universidade, sistema de cotas ou por livre concorrência foi a variável critério utilizada no estudo para classificar os estudantes em dois grandes grupos: cotistas e não cotistas (ingressos por livre concorrência). O dado foi disponibilizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) à Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD) da UFBA, órgão onde este projeto de pesquisa é desenvolvido.

Os cursos das turmas pesquisadas foram escolhidos no intuito de contemplar as cinco áreas de conhecimento e representar os polos de concorrência alta e baixa[15] na referida área[16].

A medida de homofilia eleita para análise dos dados foi a medida de E-I index. Este índice foi criado por Krackhardt e Stern (1988) para testar um modelo de gestão de

[15] Nos cursos de concorrência mais baixa, principalmente na área de exatas, as turmas a partir do terceiro semestre eram muito pequenas (menos de 10 alunos). Redes com tamanho muito reduzido poderiam dificultar análises comparativas de relações intergrupais entre as turmas pesquisadas. Assim, os cursos de concorrência mais baixa que não formavam turmas com mais de 10 alunos foram desconsiderados e substituídos por cursos da mesma área, mantendo o critério de baixa concorrência (embora não fosse a menor concorrência).

[16] Os valores de concorrência tem como referência o vestibular da UFBA de 2012.

redes intraorganizacionais em situações de crise. O índice foi usado para medir, em uma rede de amizade intraorganizacional, a proporção de laços externos (entre atores de diferentes subunidades[17]) e internos.

A medida base de comparação entre as variáveis consideradas foi a proporção de laços externos (heterofilia) e internos (homofilia) na configuração das relações dos alunos em cada tipo de rede. A tendência de laços nos dois grupos pesquisados (cotistas e não cotistas) foi avaliada por meio do algoritmo E-I Index (Krackhardt & Stern, 1988) que pode variar de -1 a +1, sendo que valores negativos indicam homofilia e valores positivos, heterofilia. Ele é gerado subtraindo o número de laços internos (IL) dos laços externos (EL) e dividindo este resultado pelo numero total de laços na rede:

$$E\text{-}I\ index = EL - IL/(El + IL)$$

O E-I index pode ser calculado em diferentes níveis da rede: na rede como um todo, de cada subgrupo estudado e de cada ator. Há ainda a medida de significância do E-I index geral indicando se há diferença entre ele e o E-I esperado. O E-I index esperado também é fornecido e é calculado com base na proporção de laços esperados considerando a quantidade de atores em cada subgrupo. Se o E-I index for significativo indica que ele é diferente do esperado, indicando presença de homofilia ou heterofilia. Isso permite que as redes sejam comparadas apesar de apresentarem diferentes tamanhos. Todas estas medidas foram utilizadas neste estudo, com exceção do E-I index por para cada ator.

2.2.3. Procedimentos de análise de dados

As medidas de E-I index geradas através do UCINET (Borgatti, Everett & Freeman, 2002)[18] foram inseridas no banco de dados como variáveis, juntamente com a concorrência no vestibular. Os tipos de rede pesquisados, o semestre estudado e a área de conhecimento serviram de base para exploração de diferentes recortes dos grupos de cotistas e não cotistas, principalmente nas comparações descritivas (mediana, média, desvio padrão), correlações e análises de variância.

---

[17] Subunidades são unidades organizacionais variadas em natureza e tamanhos, podendo ser departamentos, grupos de trabalho, setores, etc. O que as define é o fato de serem formalmente reconhecidas.

[18] Um dos softwares mais utilizados para analisar dados de redes sociais informais, principalmente na área de humanas.

Os dados de E-I Index geral, de cotistas e não cotistas foram comparados por meio de estatísticas descritivas (média e desvio padrão), correlação e análise de variância. Após os testes de assimetria, curtose e de homogeneidade de variância de Levene (não foram significativos), verificou-se que os dados são não paramétricos. Portanto, nas medidas de correlação foi utilizado o coeficiente de spearman, e nas medidas de comparação de dois grupos foram utilizados dois testes: Mann-Whitney, para as redes de amizade e informação e Kolmogorov-Smirnov, para as redes de lacuna e rejeição. O segundo é uma opção para o Mann-Whitney quando a amostra possui menos do que 25 casos. Já nas medidas de análise de variância, no caso de mais de dois grupos de comparação, como na comparação entre semestres e tipos de laço, foi ulitilizado o Kruskal Wallis, uma alternativa não paramétrica à ANOVA (Field, 2009).

2.3. Resultados e discussão

Esta seção apresenta a análise do comportamento da homofilia nas turmas pesquisadas, bem como do seu padrão de variância (e ou correlação) com as demais variáveis: concorrência no vestibular, área de conhecimento e semestre cursado. A Figura 2.2 permite a visualização geral do desenho das análises.

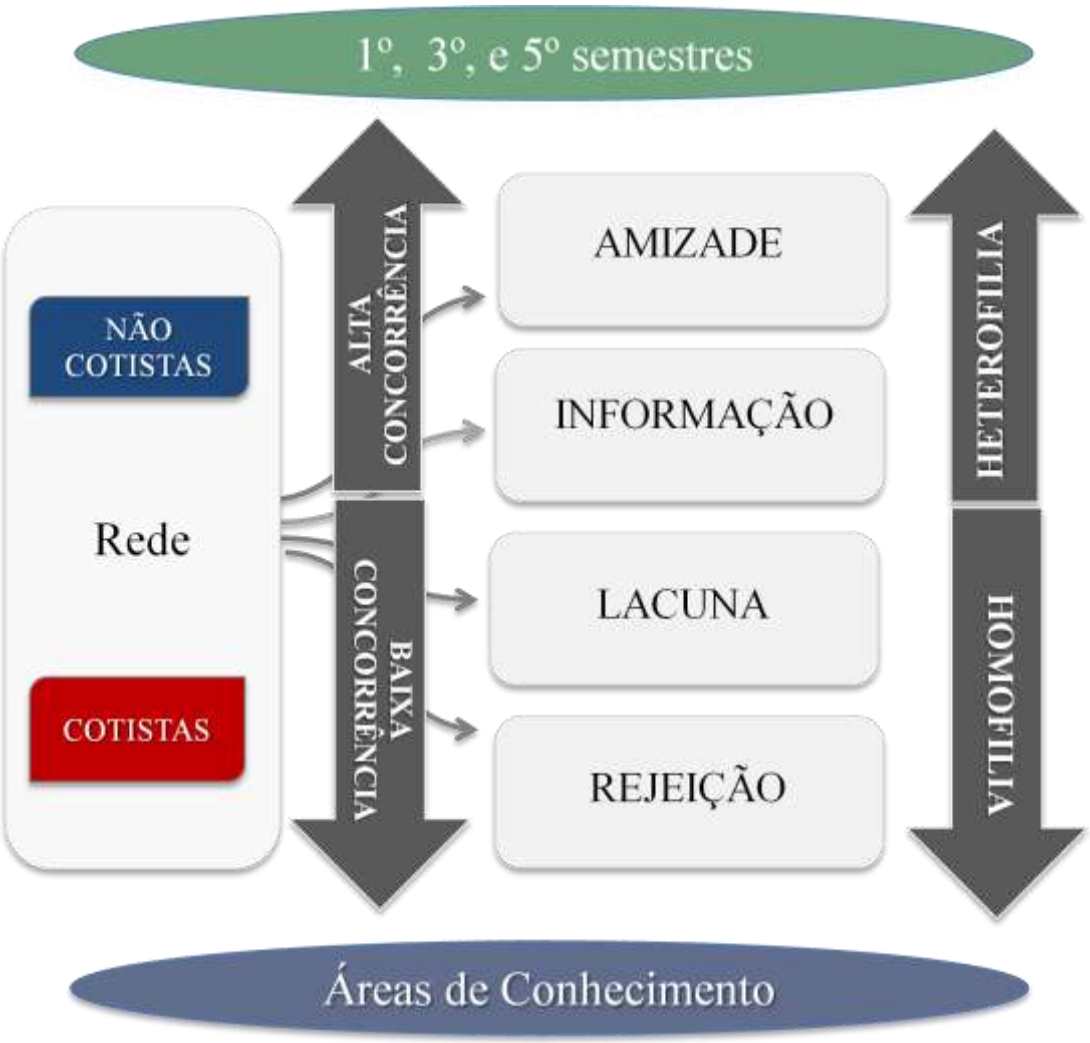

Figura 2.2 - Modelo de análise das variáveis estudadas

2.3.1. O comportamento de homofilia nas redes pesquisadas

A pergunta mais geral do estudo refere-se ao grau de integração entre cotistas e não cotistas na UFBA de acordo com o tipo de laço pesquisado. Como primeiro passo para respondê-la foi feito o levantamento da frequência simples da presença de homofilia ou heterofilia em cada turma. A Figura 2.3 mostra as porcentagens das frequências encontradas em cada tipo de laço. Para construir esta figura consideramos presença de homofilia na rede se o E-I index <-0.05 e; presença de heterofilia se o E-I index >0,05. Vale ressaltar que todos os E-I index das redes foram significativos, ou seja, diferiram do esperado diante da proporção dos subgrupos na rede. As médias foram extraídas dos três semestres e das cinco áreas de conhecimento agrupados.

As redes de amizade são as que apresentam maior presença de homofilia (64% das redes), indicando haver baixa interação entre cotistas e não cotistas nas turmas estudadas. Esta tendência também aparece nas redes de informação embora com menor discrepância (56% das redes) entre a quantidade de turmas que apresentaram homofilia ou heterofilia. A maioria das redes de lacuna apresentam alta tendência à heterofilia (74%). Isto indica que cotistas e não cotistas expressam o desejo de estabelecer relações com estudantes do outro grupo. Apesar deste desejo ser um indicador favorável a promoção de maior integração entre os dois grupos, ao citarem colegas que não tem contato e não gostariam de ter, prevalece a escolha por colegas do exogrupo em 76% das redes, ou seja, há rejeição do diferente. Embora haja heterofilia em ambas, as redes de rejeição são bem menores e em menor quantidade que as redes de lacuna.

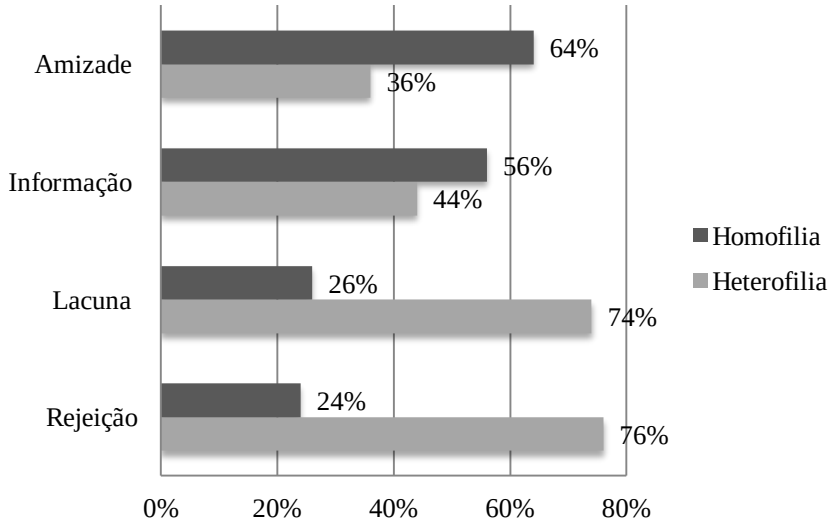

Figura 2.3 - Porcentagem da frequência simples da presença de homofilia ou heterofilia nas turmas para cada tipo de laço pesquisado.

Para fornecer uma visão mais próxima da variabilidade do E-I index nas redes pesquisadas, a Tabela 2.1 demonstra as estatísticas descritivas das turmas pesquisadas por cada tipo de laço.

Tabela 2.1- Médias de E-I index por tipo de laço

Laço	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	Desvio Padrão	Percentis		
						25	50	75
Amizade	-0.426	0.228	-0.069	-0.068	0.168	-0.199	-0,069	0,077
Informação	-0.355	1.000	-0.088	-0.031	0.285	-0.241	-0,088	0,111
Lacuna	-0.538	1.000	0.034	0.094	0.273	-0,180	0,034	0,189
Rejeição	-0.333	0.667	0.000	0.075	0.260	-0,032	0,000	0,266

Para avaliar se a tendência à homofilia ou a heterofilia do E-I index geral está concentrada em um dos grupos, foram identificadas as médias de E-I index para cada subgrupo (cotistas e não cotistas) por tipo de laço (Figura 2.4). Em todas as redes pesquisadas os não cotistas apresentam médias mais baixas que os cotistas. Essa diferença é maior nas redes de amizade e informação, não apenas em magnitude, mas em tendências opostas: cotistas apresentando heterofilia e não cotistas, homofilia. Tanto na rede de lacuna como na de rejeição há tendência à heterofilia, sendo que na rede de lacuna as médias dos dois grupos são mais próximas e na de rejeição a média dos cotistas tem uma tendência maior à heterofilia.

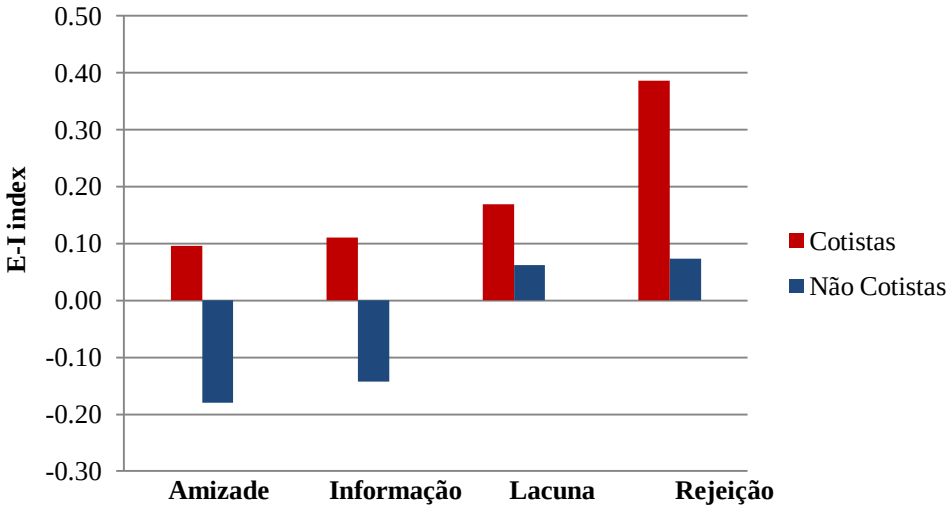

Figura 2.4: Médias de E-I index por subgrupo e tipo de laço

Para avaliar se as diferenças entre as médias dos grupos de cotistas e não cotistas representam uma diferença significativa, foram realizados os testes de Mann-Whitney[19] e de Kolmogorov-Smirnov (para amostras com N menor que 25 casos) (Field, 2009). Os dados são apresentados na Tabela 2.2, por tipo de rede, e informam que há diferença significativa entre as médias de E-I dos dois grupos pesquisados em todas as redes, com exceção da rede de rejeição: amizade (U= 144, $p < 0,001$); informação (U=145, $p < 0,001$); lacuna (K-S = 1,838 $p < 0,002$); rejeição (K-S= 1,265, $p > 0,08$).

Tabela 2.2: Comparativo dos E-I de cotistas e não cotistas em cada tipo de laço

Laço	Grupo	Mediana	Média	Desvio Padrão	U /K-S	r
Amizade	Cotistas	0.03	0.1	0.29	144	0.65
	Não cotistas	-0.23	-0.18	0.25	(p < 0,001)	
Informação	Cotistas	0.06	0.11	0.27	145	0.65
	Não cotistas	-0.21	-0.14	0.35	(p<0,001)	
Lacuna	Cotistas	0.11	0.17	0.32	1,838	0,35
	Não cotistas	-0.1	0.06	0.4	(p<0,002)	
Rejeição	Cotistas	0.4	0.38	0.47	1,265	0,46
	Não cotistas	-0.02	0.07	0.51	(p>0,08)	

[19] Inicialmente foi realizada uma Anova de um fator, mas como o resultado do teste de Levene não foi significativo, optou-se por realizar um teste de diferença de médias para dados não paramétricos.

A observação mais detalhada das estatísticas descritivas permitiu identificar as turmas e os subgrupos (cotistas ou não cotistas) com maior grau de homofilia em cada tipo de rede, a partir da identificação dos e-i index mínimos por subgrupo (maior grau de homofilia ou de separação entre cotistas e não cotistas). A Figura 2.5 mostra os maiores índices de homofilia (mais próximos de -1) encontrados para os subgrupos de cotistas e não cotistas nas quatro redes.

A seguir descreveremos a área a qual o subgrupo pertence, o semestre e se o curso é de alta ou baixa concorrência.

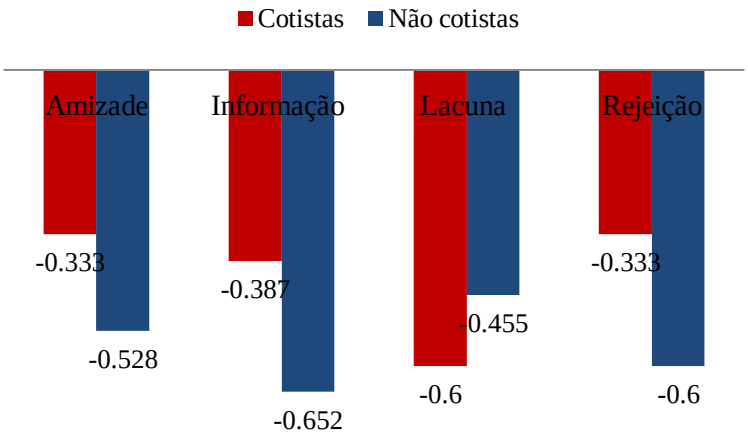

Figura 2.5 - Índices mínimos de E-I index por subgrupo e em cada tipo de laço (maiores índices de homofilia)

Nas redes de amizade e de informação todas as turmas com maiores índices de homofilia são de cursos de alta concorrência. Na rede de amizade, o maior grau de homofilia (E-I= - 0,528) é encontrado entre não cotistas do terceiro semestre de direito. A maior homofilia entre cotistas (E-I = - 0,333) aparece no primeiro semestre de engenharia mecânica. Na rede de informação, o maior índice de homofilia (E-I = - 0,652) nos não cotistas é encontrado no primeiro semestre de exatas. O mesmo curso é o da turma em que o grupo de cotistas apresenta maior homofilia (E-I = -0,387), mas no quinto semestre.

Na rede de lacuna a maior homofilia (E-I = - 0.6) foi encontrada no terceiro semestre de pedagogia. Esta foi a única rede em que o índice mais elevado de homofilia foi encontrado no subgrupo de cotistas. O maior índice dos não cotistas foi encontrado nesta mesma turma (E-I = - 0.455).

A rede de rejeição é uma rede que caracteriza um vínculo negativo. A homofilia neste caso indica rejeição por iguais (E-I = - 0.333) e aparece com maior intensidade no

primeiro semestre de Design entre os cotistas. No grupo de não cotistas, a maior homofilia aparece no curso de engenharia mecânica primeiro semestre. Os índices entre 0 e 1 indicam rejeição pelo diferente, e seus maiores índices aparecem nas diferentes áreas de conhecimento estudadas e em todos os semestres pesquisados.

Em relação ao semestre pesquisado, com exceção da rede de lacuna, as menores médias são encontradas no primeiro semestre e seguem crescentes com o passar dos semestres. Em um primeiro momento isso significa dizer que há uma tendência de diminuição da homofilia do primeiro ao quinto semestre. Mas as diferenças encontradas no comportamento do E-I index geral nos três semestres pesquisados não foram significativas em qualquer dos tipos de laços pesquisados: amizade (H(2) =2,07, p>0,05); informação (H(2)=1,97, p>0,05); lacuna (H(2)=2,79, p>0,05); e rejeição (H(2)=2,43, p>0,05). Seguindo a mesma tendência, os testes de diferenças entre grupos considerando as cinco áreas de conhecimento e o comportamento do E-I index geral também não foram significativos: amizade (H(4) =4,27, p>0,05); informação (H(4)=4,20, p>0,05); lacuna (H(4)=2,95, p>0,05); e rejeição (H(4)=2,15, p>0,05).

No entanto, quando observarmos o comportamento da homofilia separando os cursos estudados de acordo com a concorrência alta ou baixa no vestibular, as diferenças entre os grupos são significativas nas redes de amizade e informação: Amizade (U= 29, p < 0,01); informação (U=21, p < 0,01); lacuna (K-S =0,52 p > 0,05, *r*=); rejeição (K-S=0,68, p > 0,05). As figuras 2.6 e 2.7 permitem a visualização das médias de e-i index (os três semestres) por curso nas redes de amizade e informação.

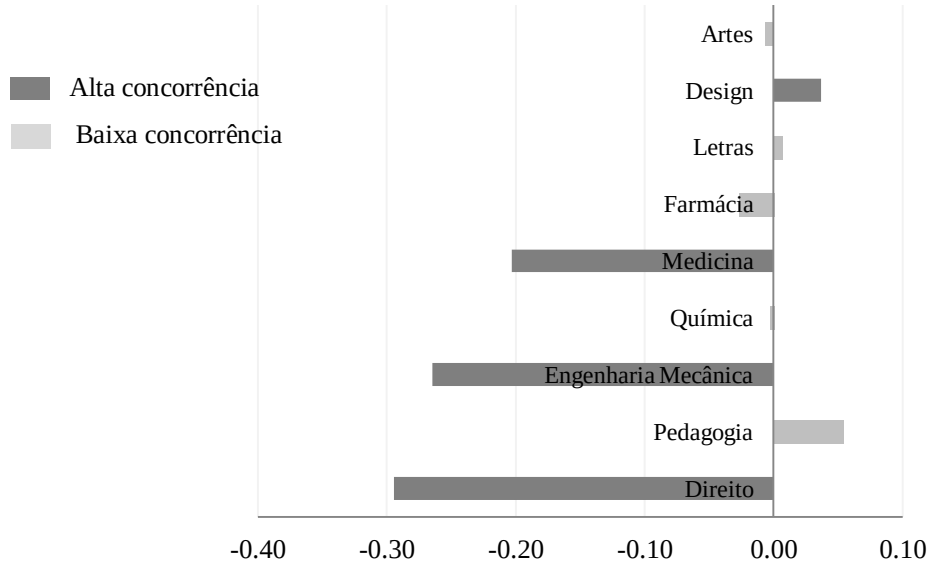

Figura 2.6 - Médias de E-I index por curso das redes de amizade

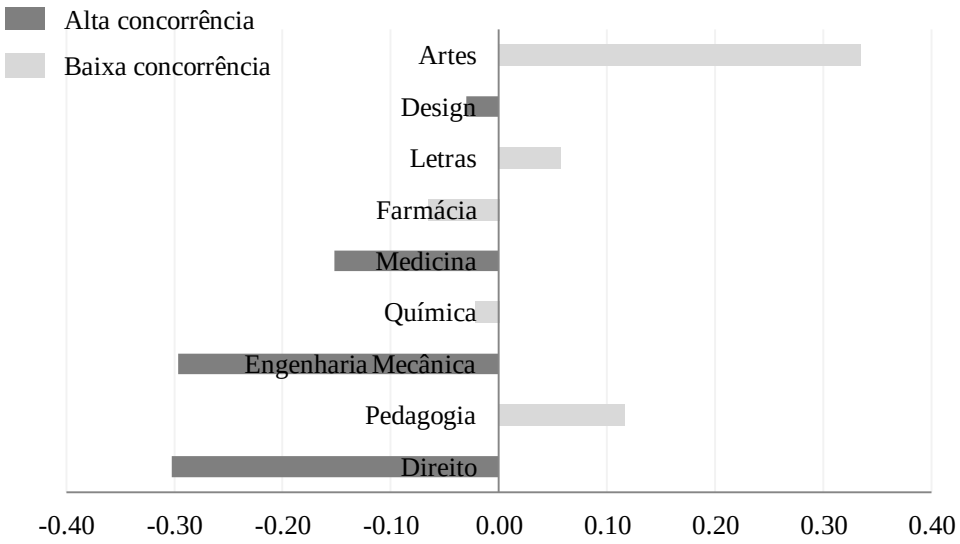

Figura 2.7 - Médias de E-I index por curso das redes de informação

A visualização comparativa dos grafos de redes de cursos de alta e baixa concorrência nas Figuras 2.8, 2.9 e 2.10 evidencia a influência da variável concorrência nos diferentes padrões de integração entre cotistas (círculos vermelhos) e não cotistas (círculos azuis). Nas três áreas de conhecimento exemplificdas o grau de integração entre cotistas e não cotitas é maior nos cursos de baixa concorrência.

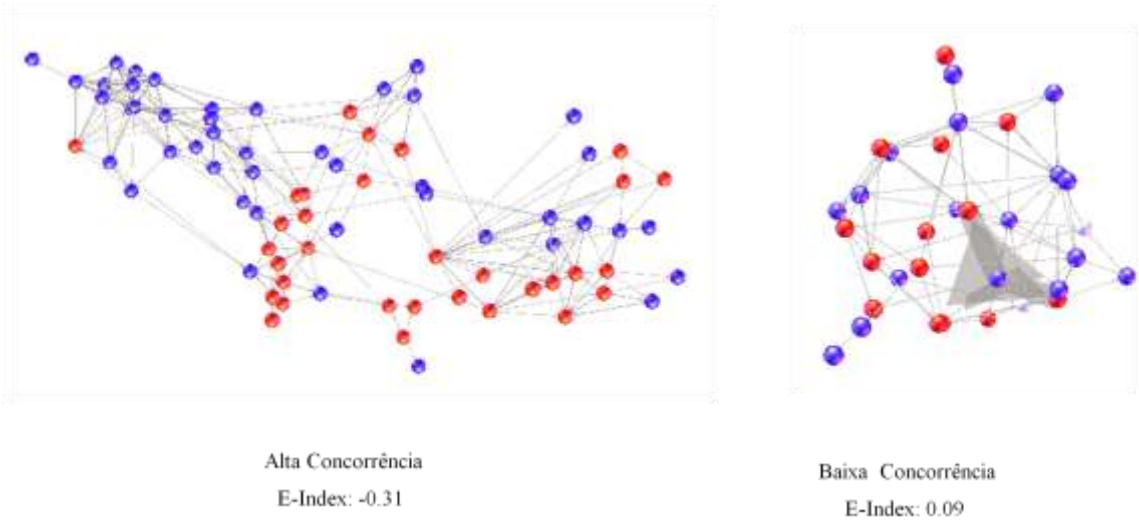

Figura 2.8- Redes de Amizade do Primeiro semestre da área de Humanas

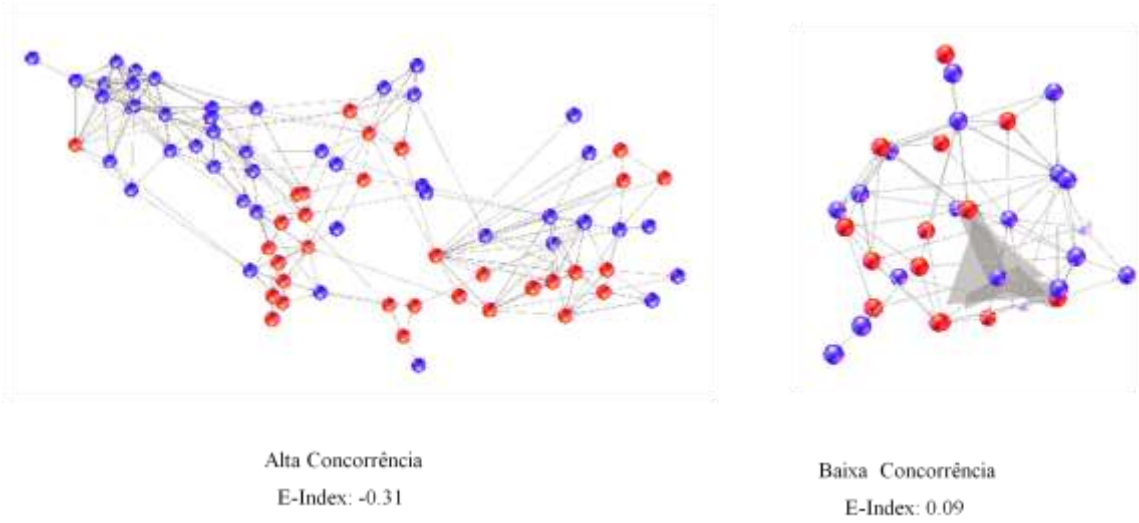

Figura 2.9- Rede de amizade do primeiro semestre área de exatas

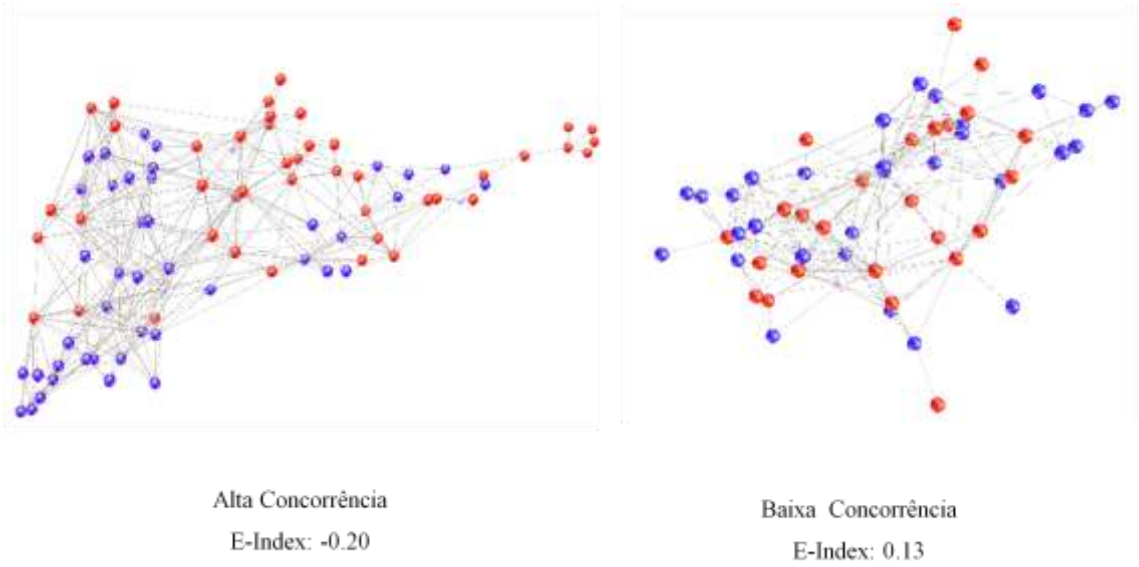

Figura 2.10 - Rede de amizade do primeiro semestre área de ciências biológicas e da saúde

A partir da constatação da existência de diferenças do comportamento do E-I index nos cursos de alta e baixa concorrência, foi avaliada em que direção se dá a correlação entre o E-I index e a concorrência no vestibular[20]. A medida de correlação entre o E-I index e a concorrência no vestibular foi avaliada comparando-se os diferentes tipos de rede e os dois grupos estudados (cotistas e não cotistas). Na rede de

[20] Neste cálculo a concorrência no vestibular foi utilizada como variável contínua (entre 1,56 e 58,7 candidatos por vaga). No cálculo de comparação entre grupos, os cursos foram classificados em dois grupos: alta e baixa concorrência.

informação houve uma correlação negativa forte e significativa entre E-I index e concorrência (*r*s= -,524, *ps* < 0,05). Significa dizer que quanto maior a concorrência, menor o E-I index ou, dito de outra forma, quanto maior a concorrência, maior a tendência à endogenia nos grupos pesquisados. Na rede de amizade houve uma correlação negativa moderada, mas não significativa. Nas demais redes, as correlações apresentaram uma correlação negativa fraca e também não significativa. Os valores destas correlações e a significância estão apresentados na Tabela 2.3.

Tabela 2.3: Correlação entre E-I index e concorrência por tipo de rede pesquisada

	Correlação E-I x Concorrência	Sig
Amizade	-.391	.053
Informação	-.524**	.007
Lacuna	-0.63	.776
Rejeição	-.219	.354

**p< .001

Diante das correlações mais baixas e menos significativas encontradas nas redes de lacuna e rejeição, foram comparadas as correlações entre os dois grupos (cotistas e não cotistas) apenas nas duas primeiras redes (amizade e informação), apresentadas conjuntamente na Tabela 2.4. Apesar do relacionamento negativo entre concorrência e E-I index aparecer nos dois grupos, no grupo de não cotistas este relacionamento é mais forte e significativo (*rs*=-.547, *ps*<.001).

Tabela 2.4: Correlação entre E-I index e concorrência por subgrupo (cotistas e não costistas).

E-I por subgrupo	Correlação x Concorrência	*ps*
Cotistas	-.114	.429
Não cotistas	-.547**	.000

**p< .001

Comparando os resultados encontrados neste estudo com o estudo realizado por Peixoto, Ribeiro e Brito (2015) é possível identificar tendências semelhantes embora os estudos tenham escopos distintos. Assim como o curso de psicologia, os cursos de alta concorrência estudados (com exceção do curso de Design) apresentaram baixo grau de integração entre cotistas e não cotistas. Além disso, quando observados os índices de cada subgrupo, o subgrupo de não cotistas demonstrou maior clausura (nos termos da ARS) ou maior endogenia (no termos da psicologia social).

2.4. Conclusões

A constatação da concorrência como variável influente na endogenia dos grupos tornou-se viável pela ampliação do escopo para cursos de todas as áreas, agrupados em alta e baixa concorrência. Antes da implementação das cotas, os estudos diagnósticos sobre a parcela da população excluída da universidade apontavam que esta lacuna concentrava-se nos cursos de alta concorrência (Santos & Queiroz, 2013). Embora o acesso às universidades federais fosse difícil, a inserção de estudantes mais pobres, originários de escolas públicas e negros era menos rara nos cursos de baixa concorrência. Mesmo com a reserva de vagas, estudos de análise de demanda de vagas na UNB demonstraram que os cotistas buscavam os cursos menos concorridos, evidenciando um comportamento de autosseleção[21] (Cunha, 2006).

A inserção dos grupos minoritários nos cursos de alta concorrência colocou em um mesmo espaço grupos muito distintos. Cunha (2006) chega a usar o termo “fosso” para demarcar a diferença de formação básica entre cotistas e não cotistas, ampliado pelo fato destes últimos precisarem atingir escores muito elevados para garantir vagas pelo sistema universal. Esta distância não se restringe à origem escolar, mas a outros atributos socialmente hierarquizados como renda, background cultural e raça.

A distância na rede entre os grupos de cotistas e não cotistas tem implicações diretas no acesso ao capital social disponível nesta estrutura. Dentre os laços estudados, a rede de informação mapeada tratava especificamente das relações estabelecidas com o objetivo de ter informações sobre as tarefas do curso. Esta rede apresentou a correlação mais forte entre homofilia e concorrência no índice geral, bem como para o E-I index no subgrupo dos não cotistas. Este padrão de interação pode ser lido como resultante de

[21] Ajuste do indivíduo a uma realidade com base na percepção de suas possibilidades de sucesso em determinado contexto.

mecanismos de favoritismos disparados pelas disputas entre os grupos. Tais mecanismos se expressam no controle de acesso a informações e recursos disponíveis na rede. Tal como observado nas organizações (Borgatti & Foster, 2003), a homofilia no contexto universitário pode ter o papel de reificar a desigualdade e manter as minorias isoladas, ainda que estas tenham sido "inseridas" na universidade.

A baixa integração entre estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Federal da Bahia depois de mais de 10 anos da adesão ao sistema de cotas nos faz indagar sobre o papel da universidade neste cenário. Mais precisamente, qual tem sido o suporte institucional no manejo da diversidade e na distribuição de recursos entre as categorias sociais envolvidas.

Embora as discussões conceituais sobre homofilia a considerem um fenômeno esperado, mais do que considerar sociologicamente esperada a tendência de relações entre iguais é preciso refletir o quanto a baixa integração entre cotistas e não cotistas pode ser disfuncional e ter influências nocivas à vivência universitária. Uma vez identificada a presença de homofilia na maioria dos cursos estudados, estudos futuros necessitam investigar as consequências desta configuração de rede para o desempenho acadêmico e para vivência acadêmica.

3. ARTIGO - 03
AS RELAÇÕES ENTRE COTISTAS E NÃO COTISTAS E SUAS INFLUÊNCIAS NA INTEGRAÇÃO SOCIAL E ACADÊMICA DOS COTISTAS

3.1. Introdução

A transição do ensino médio para a universidade é tradicionalmente considerada um período crítico que demanda do estudante adaptação a este novo contexto, claramente distinto em relação aos processos educativos vivenciados anteriormente. O aumento da complexidade e ritmo das demandas impulsionam transições desenvolvimentais e de status por parte do estudante nos domínios acadêmico, social, pessoal e institucional (Tinto, 1994).

Em diversos países as universidades têm passado por mudanças nas regras de seleção e admissão de estudantes, tornando-se um contexto mais acessível para camadas sociais mais baixas e/ou grupos minoritários. Mas a ampliação das vagas e a diversificação do seu público alvo não repercutiram em mudanças estratégicas na cultura organizacional, instalações, métodos de ensino e currículos construídos e consolidados ao longo da história institucional para as demandas de um público elitizado (Almeida & Soares, 2004; Ferreira, 2009).

> Passamos de um "ensino de elites" para um "ensino de massas". Se podemos aplaudir a mudança numa lógica de democratização deste grau de ensino a verdade é que alguns disfuncionamentos subsistem. Podemos reconhecer que não só alguns grupos de alunos se identificam pouco com a universidade, como esta ainda não se adaptou suficientemente no seu funcionamento para atender esta nova realidade. (Almeida & Soares, 2004, p. 15).

No Brasil, o acesso às universidades federais acontece através do sistema de cotas, que define a reserva de vagas com base em critérios sociais e raciais; e do sistema universal, de ampla concorrência. Assim, o público universitário abrange dois grupos heterogêneos quanto a origem escolar, renda e raça: cotistas e não cotistas. Tais diferenças têm repercussões na maneira como cada grupo vai vivenciar o contexto universitário e, principalmente, interagir nele[22]. Estudos tem demonstrado que o grupo dos cotistas, quando

[22] Ainda que um grupo ingresse pelo sistema de cotas e outro pelo sistema universal, entre as polaridades de renda, origem escolar e raça, existe uma variabilidade contínua destas variáveis e da interseção entre elas. O

comparados aos não cotistas, enfrentam mais obstáculos para incluir-se na universidade e manejar tanto as demandas acadêmicas (Cunha, 2006; Mendes Junior, 2013; Peixoto, et al. 2013), como as de integração social (Santos, 2013; Sousa, Bardagi, & Nunes, 2013).

Muitos estudos têm analisado as influências entre a integração social e a performance acadêmica dos estudantes. No cenário internacional existem estudos avaliando as redes de interação entre os alunos e suas associações com a performance acadêmica. Estes estudos têm demonstrado associação positiva entre desempenho e centralidade nas redes sociais, tanto em cursos presenciais (Baldwin, Bedell, & Johnson, 1997; Mayer & Puller, 2008; Hommes et al. 2012) como em cursos de educação à distância (EAD) (Haythornthwaite, Kazmer, Robins, & Shoemaker, 2000; Cho,Gay, Davidson, & Ingraffea, 2007; Akyol, & Garrison, 2011; Gašević, Zouaq, & Janzen, 2013).

Um estudo realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA) por Ribeiro et al. (2014) avaliou o grau de relacionamento entre o grupo de cotistas e não cotistas em nove cursos de alta e baixa concorrência das cinco áreas de conhecimento. Participaram do estudo 926 estudantes, distribuídos em 25 turmas. Estes informaram sobre as interações de amizade, informação, lacuna e rejeição estabelecidas com os colegas da turma. Utilizou-se a medida de homofilia em Análise de Redes Sociais (ARS) para avaliar o quanto os grupos tendiam a se relacionar entre os seus semelhantes. Os resultados deste estudo indicaram baixo grau de integração entre cotistas e não cotistas, principalmente nos cursos de alta concorrência, sendo que o grupo de não cotistas apresentou maior tendência a manter relações intragrupo do que os cotistas.

Diante dos resultados dos estudos que demonstram associações entre integração social e o desempenho acadêmico, é possível que este padrão de relação intergrupal entre cotistas e não cotistas da UFBA (predominante nos cursos de alta concorrência) tenha influências sobre o desempenho dos estudantes. No interesse de compreender como se expressam a influência da integração social do cotista na sua formação universitária, este estudo identifica a tendência à homofilia no nível individual, as posições destes na rede de relações e avalia as relações destas com o desempenho acadêmico.

A questão do desempenho acadêmico dos cotistas é recorrente nos debates e estudos sobre o sistema de cotas no âmbito secular (Marenco, 2013; Fraga, 2013; Soares, 2011) e acadêmico (Cunha, 2006; Queiroz & Delcele, 2010; Guimarães & Costa, 2010; Peixoto, Ribeiro, Bastos, & Ramalho, 2013). Esta discussão está presente desde as primeiras

---

olhar sobre os dois grupos não excluiu as idiossincrasias, pois as medidas individuais foram também consideradas em sua variância, conforme explicado na metodologia.

iniciativas de implementação em algumas universidades até os estudos subsequentes de avaliação deste sistema. Duas preocupações centrais podem ser identificadas nesta discussão: 1) a queda da qualidade do ensino por meio da redução da exigência acadêmica e 2) a possibilidade do cotista obter um desempenho satisfatório, uma vez que sua formação básica anterior foi deficitária.

Sobre as conclusões dos estudos que comparam desempenho de cotistas e não cotistas encontramos resultados que endossam (Cunha, 2006; Mendes Junior, 2013; Peixoto, Ribeiro, Bastos, & Ramalho, 2013) ou não identificam diferenças (Queiroz & Santos, 2010; Guimarães, Costa, & Almeida Filho, 2011) de desempenhos importantes. Em muitas situações o posicionamento ideológico diante das cotas tem direcionado o recorte e a interpretação de dados de pesquisa, muitas vezes utilizados como estratégia argumentativa para dar sustentação ou criticar o sistema de cotas, quando deveriam ter caráter "apenas" avaliativo e servir de subsídio para os gestores da universidade intervirem.

Ainda que a diferença de desempenho seja identificada e que os cotistas apresentem desempenho menor, ou, ainda que aconteça a "temida" queda na qualidade das instituições de ensino superior (IES), não se pode de forma simplista atribuir estes efeitos à adesão ao sistema de cotas, ou mesmo à formação básica deficitária do cotista. O rendimento acadêmico dos alunos no ensino superior sofre influência de muitos outros condicionantes tanto contextuais como individuais, como: o grau de integração acadêmica; a posição na rede de interação social; níveis de articulação entre o ensino secundário e superior; natureza das práticas pedagógicas de ensino aprendizagem e de avaliação; disponibilidade e qualidade do corpo docente; dentre outros (Ferreira, 2009).

O campo de estudos sobre evasão tem contribuído sobremaneira para identificação do que é relevante na experiência de formação acadêmica do estudante universitário. Após cinco décadas dedicadas à compreensão de fatores associados à permanência, pesquisadores compreendem que esta depende da interação processual entre as experiências individuais (expectativas prévias, background econômico e cultural e posições na rede de interações sociais) e a dinâmica institucional (aspectos organizacionais, sistemas acadêmico e social). Nos primeiros estudos sobre evasão, havia uma limitada visão de que o estudante era responsável pelo seu fracasso, por não dispor de habilidades, motivação e preparo para vislumbrar os benefícios de concluir uma formação (Tinto, 1975, 2006).

Autores como Tinto (1975, 2006) e Spady (1970), referências nos estudos de evasão, consideram a universidade como espaço institucional que engloba dois sistemas, o acadêmico e o social. Estes sistemas são interdependentes e o grau de integração nestes direciona

trajetórias mais ou menos favoráveis à formação. A integração acadêmica refere-se à extensão em que os estudantes se adaptam ao cotidiano da vida acadêmica em termos normativos e estruturais. Este processo adaptativo acontece à medida que as identificações individuais se coadunam com as normas do sistema acadêmico. O grau de desempenho acadêmico e de desenvolvimento intelectual do estudante durante a formação são aspectos que expressam o quanto ele está integrado. O desempenho acadêmico é uma medida mais explícita, sendo uma avaliação das realizações do indivíduo feita pelo sistema institucional. Ele é o interjogo entre os estilos de comportamento eleitos pela instituição e a habilidade do aluno. Já o desenvolvimento intelectual tem um caráter mais intrínseco e é o julgamento que o estudante faz de sua vivência no sistema acadêmico (Tinto, 1975).

A integração à universidade também ocorre através do sistema social. Neste âmbito, ela acontece na extensão em que os estudantes estabelecem relações positivas com seus pares, professores e funcionários. As relações são consideradas positivas quando resultam em fluidez nos processos de comunicação, suporte social e senso de identidade grupal (Tinto, 1975). Considerando a convivência de grupos de subculturas diversas e as dinâmicas de hierarquização social destas, o pertencimento a subgrupos particulares será vantajoso ou desvantajoso a depender da posição destes subgrupos na macroestrutura da rede de interações na universidade (Tinto, 1997, 2006).

Estudantes com valores e atitudes mais “convencionais” tem maior probabilidade de atrair relações mais próximas com os pares (Spady, 1970). Para estudantes oriundos de grupos minoritários, a aproximação com grupos sociais tidos ideologicamente como relevantes na hierarquia social é uma estratégia para lidar com as dificuldades de incluir-se na universidade. Em geral, o suporte social provido por relações de amizade entre pares (estudantes) é o que mais se associa com retenção do estudante (Tinto, 1997).

Santos (2013) analisou as diferenças de percepção de vivência acadêmica de estudantes cotistas (N=1771) e não cotistas (N=3137) da Universidade Federal da Bahia. O estudo comparou o poder preditivo de variáveis de integração social e acadêmica em relação à satisfação com a formação e intenção de evasão dos estudantes. A integração social foi uma variável de distinção entre os dois grupos, sendo mais considerada pelos cotistas como fator de relevância na satisfação com a formação do que pelos não cotistas. A maior importância da integração social para estudantes cotistas pode representar o papel da integração social como estratégia de busca por suporte social no processo de integração acadêmica.

Embora os estudantes cotistas valorizem a integração social como fator de satisfação, isso não indica que ela aconteça principalmente na interação com estudantes não cotistas. Um estudo realizado por Sousa, Bardagi e Nunes (2013), com 204 estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, demonstrou que os cotistas percebem maiores dificuldades em formar vínculos de amizade e possuir rede de apoio na universidade. Os pesquisadores compararam a autoeficácia na formação superior e as vivências acadêmicas de estudantes cotistas e não cotistas por meio de dois instrumentos (AEFS e QVA)[23]. O grupo de cotistas apresentou médias significativamente mais baixas em autoeficácia na interação social e na dimensão interpessoal. Já na dimensão institucional, que considera o interesse pela universidade e a intenção de permanecer nela, as médias dos cotistas foram maiores, revelando maior vínculo com a universidade quando comparados aos não cotistas.

Apesar de a universidade englobar os sistemas acadêmico e social, como instituição de realização acadêmica recompensará o estudante de acordo com seu desempenho acadêmico. A ausência de integração acadêmica implica na saída compulsória do estudante. Já a ausência de integração ao sistema social pode remeter a uma decisão "voluntária", não no sentido de responsabilização do estudante, mas de que formalmente (diante de sua performance) ele concluiria a graduação com êxito. Embora os sistemas impliquem em distintas esferas e formas de evasão da universidade eles são mutuamente influentes (Spady, 1970; Tinto, 1975). A integração acadêmica é favorecida tanto pela interação entre colegas, como entre alunos e professores. Mais especificamente, o relacionamento entre colegas favorece quando é estabelecido com estudantes com forte orientação acadêmica, formando uma rede de suporte social que motiva e auxilia nas tarefas da universidade (Tinto, 1975, 1997).

O suporte social obtido da rede de interações, principalmente com outros estudantes, representa bem a interdependência entre os sistemas social e acadêmico. A avaliação dos custos e benefícios produzidos pelas interações sociais influenciam o comprometimento institucional. Ele refere-se à expectativa pessoal de frequentar uma IES específica e é um importante preditor de permanência. Embora o estudante ao ingressar traga consigo determinado grau de compromisso com sua universidade, este é um dos aspectos de vivência acadêmica mais afetados pela integração social ao longo da formação universitária (Tinto, 1975; Berger & Braxton, 1998; Thomas, 2000).

---

[23] Escala de Autoeficácia na Formação Superior (AEFS) e Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA). Ambos os instrumentos avaliam aspectos formais (carreira, planejamento, metas, etc.), subjetivos (autoconceito, proatividade, etc.) e interacionais (relacionamento).

A rede de suporte social viabiliza o acesso ao capital social do grupo. Capital social é definido por Bourdieu (1986) como um conjunto de recursos advindos de relações com trocas materiais ou simbólicas. A conformação desta rede resulta de investimentos individuais e coletivos direcionados a converter relações contingentes em relações necessárias, com obrigações afetivas duráveis, mutuamente reconhecidas e/ou institucionalmente garantidas.

Para Bourdieu (1986), o termo capital denota uma força que persiste na estrutura do mundo social e circunscreve as chances de obtenção de sucesso nesta estrutura. A qualificação social ao termo capital se deve ao seu conteúdo (confiança, reciprocidade e normas) e à natureza das interações que geram novas realidades. Realidades estas sujeitas à apropriação de maneira diferenciada pelos atores (Lozares, Roldán, Verd, Martín, & Molina, 2011). Já a magnitude deste capital social vai depender do tamanho da rede de conexões que a pessoa é capaz de mobilizar, bem como do volume de capital social, cultural e econômico possuído por cada uma de suas conexões (Bourdieu, 1986).

As concepções sobre capital social desenvolvidas por Bourdieu (1986) são amplamente adotadas pelos teóricos em Análise de Redes Sociais (ARS). Neste campo de estudo tem sido desenvolvidos uma gama de conceitos e medidas que nos permitem avaliar quais os recursos disponíveis na rede, quem consegue acessá-los e de que forma. Boa parte destas informações torna-se palpável a partir da identificação da posição dos atores e dos subgrupos que estes compõem na arquitetura geral da rede.

Em seus escritos de revisão sobre as pesquisas e modelos explicativos em evasão, Tinto (1975, 2006) sugere como agenda de pesquisa o uso de mapeamento de redes de interações para compreender os efeitos da integração social na permanência do estudante. Thomas (2000), ao discutir sobre a consonância entre ARS e avaliação da integração social assevera:

> …it follows from the vast student persistence literature...that network characteristics might impact students' perceived integration, academic performance, commitments, intentions, and persistence behavior. The social network paradigm therefore provides a unique way of understanding social integration (Thomas, 2000, p.598).

Os estudos que associam ARS e medidas de desempenho geralmente usam medidas de centralidade como parâmetro para quantificar o capital social dos atores. Tais medidas informam a contribuição de cada ator para a coesão da rede e sua importância está na quantidade de fluxos de comunicação que transitam por ele (Borgatti & Everett, 2006). O ator central ocupa uma posição estratégica na rede, por estar conectado a muitos outros na rede

reside em ter alto grau de acessibilidade na rede, por dispor de formas alternativas para satisfazer suas necessidades e aproveitar os recursos da própria rede, o que os torna independente de atores específicos (Freeman, 1979; Wasserman & Faust, 1994, Hanneman & Riddle, 2005).

A centralidade de grau engloba a quantidade de conexões que o ator possui. No caso de considerar a direção das relações, a medida de centralidade gera os graus de centralidade de entrada (*in-degree*) – quantidade vezes que o ator é citado, e os graus de centralidade de saída (*out-degree*) – quantidade de atores que o ator cita. Atores na rede que possuem alta centralidade de entrada são considerados atores prestigiados na rede e aqueles que possuem alta centralidade de saída (quantidade de atores citados) são considerados atores com alta expansividade (Wasserman & Faust, 1994; Prell, 2012; Hanneman & Riddle, 2005).

O fato de um ator estar muito conectado não significa que possui alta capacidade expansiva. Isto vai depender do quanto os atores aos quais está conectado se relacionam com mais atores. Se as conexões tornam-se redundantes ou se os atores com os quais se conecta não estiverem bem relacionados, por exemplo, as conexões não serão eficazes em termos de fluxos de informação ou ampliação da malha de contatos (Wasserman & Faust, 1994; Hanneman & Riddle, 2005; Prell, 2012). Por esta razão, outras medidas de centralidade foram desenvolvidas em ARS, levando em conta a posição dos outros atores com os quais o ator está conectado.

A centralidade de *eigenvector* é uma destas medidas, conhecida como uma medida de poder por ser capaz de avaliar o prestígio do ator em função do grau de prestígio dos demais (Bonacich, 2007). Ela é a soma das conexões dos atores com outros atores, ponderada pela centralidade de grau. O foco desta medida é na rede local dos atores imediatamente adjacentes e ela é sensível para casos em que o ator tem baixa centralidade, mas está conectado a atores importantes[24]. Embora seja mais comum o uso da medida de centralidade de grau nos estudos que associam a natureza dos laços sociais e desempenho acadêmico (Baldwin, Bedell & Johnson, 1997; Hommes et al, 2012), alguns estudos sugerem ou mesmo utilizam outras medidas como proximidade, intermediação e/ou excentricidade (Mayer & Puller, 2008; Thomas, 2000; Gašević, Zouaq & Janzen, 2013).

A centralidade de proximidade centra-se na distância geodésica[25] de cada ator em relação aos demais. Quanto maior a centralidade de proximidade, mais o ator está próximo dos demais e interage com estes com uma velocidade maior. A centralidade de intermediação

[24] Eigenvector só não será uma medida sensível se os atores têm centralidades de grau parecidas.
[25] Menor distância entre dois pontos.

se refere ao controle de um ator sobre a relação entre outros dois atores. Neste caso, a centralidade aumentará na medida em que determinado ator for caminho para se alcançar outro (Freeman, 1979; Hanneman & Riddle, 2005). Já excentricidade de um ator é o caminho mais longo que ele tem que percorrer para alcançar outro nó na rede. Assim, quanto maior a excentricidade, menos central é este ator na rede (Hage & Harary, 1995; Borgatti & Everett, 2006).

Estas medidas, embora sejam medidas de cada ator da rede, são resultado da posição dele na estrutura da rede como um todo. Por esta razão são consideradas por Thomas (2000) como medidas de integração social:

> "Measures of centrality can be viewed as de facto measures of structural integration-by definition, those with higher centrality find themselves more integrated into the network or group…Thus, centrality provides a means for assessing individuals' degrees of group or subgroup integration" (Thomas, 2000, p. 598).

Como exemplo de estudo que faz uso de medidas de centralidade, Gašević, Zouaq e Janzen (2013) identificaram as interações entre 505 estudantes na plataforma de um curso de mestrado à distância, oferecido por uma universidade canadense. As redes foram geradas com base nas informações de acesso a participações em grupos de discussão disponíveis na plataforma virtual. Medidas de centralidade de grau, proximidade, intermediação e excentricidade foram utilizadas como índices de capital social dos estudantes. Como resultado, os pesquisadores encontraram uma associação entre desempenho e excentricidade[26], indicando que quanto menos central é o ator na rede, menor o seu desempenho.

Outro estudo, desenvolvido por Hommes et al (2012), analisou as redes sociais de 301 estudantes de medicina integrantes de uma disciplina que adotava a aprendizagem colaborativa como prática pedagógica[27]. Os estudantes indicaram estudantes que consideravam amigos, que buscavam para ter informações sobre a universidade, e a quem eles forneciam informações sobre a universidade. O estudo testou um modelo associando performance anterior, aprendizagem na disciplina, motivação e integração social às redes informais de interação. A partir de análises utilizando modelagem de equações estruturais, o modelo mais ajustado demonstrou uma associação positiva entre os três tipos de laços mapeados e a aprendizagem na disciplina, seguida do escore de desempenho prévio. A partir

[26] Quanto maior a excentricidade menor a centralidade do ator na rede (Borgatti & Everett, 2006).
[27] Estratégia que vem sendo adotada principalmente nos cursos de saúde (Hommes et al, 2012).

destes resultados, o estudo conclui sobre a importância de contextos de aprendizagem colaborativa e contato informal entre os estudantes.

Além do uso de medidas de centralidade para avaliar o acesso ao capital social disponível na rede, a análise de subgrupos na rede e das relações entre eles pode fornecer indicativos importantes dos efeitos da relação com membros de grupos externos no desempenho e no comprometimento com a universidade. O padrão de interação dos atores em seus subgrupos e fora deles, bem como a posição hierárquica dos subgrupos dos quais são membros, pode significar associações com desempenho em direções distintas.

Thomas (2000) analisou o grau em que as características estruturais das redes de amizade e informação de estudantes impactavam no comprometimento e persistência destes. 322 calouros de um curso de graduação em artes nos Estados Unidos listaram os colegas com os quais mantinham contato na universidade. O estudo propôs e testou um modelo de integração estudantil. Foram utilizadas medidas de centralidade de grau de entrada e saída, centralidade de Bonacich[28] e análise dos cliques. A análise de cliques foi utilizada como estratégia para avaliar tendência a se relacionar apenas entre pares ou abertura para contato com membros de outros subgrupos. Estas medidas foram relacionadas a medidas de integração social, desempenho acadêmico, comprometimento institucional, intenção e comportamento de persistência, bem como a dados sócio demográficos.

Dentre a gama de interessantes resultados deste estudo, destacamos as associações entre desempenho e medidas de redes. Dentre todas as medidas de redes utilizadas, centralidade de grau de saída e a análise dos cliques apresentaram associações com o desempenho acadêmico. Quando vistos de forma ampla, centralidade de grau de saída tem impacto negativo no desempenho. Mas quando observados os quartis da medida de desempenho, há impacto moderado positivo para os escores no centro da distribuição e impacto negativo para os extremos dos quartis (seja alto ou baixo). Na análise dos cliques, observou-se uma associação negativa entre desempenho e padrão de interação mais restrito aos pares dos subgrupos. Baseado em Granovetter (1973), Thomas (2000) concluiu que embora cliques coesos promovam relações de confiança e suporte social, poucas relações externas reduzem as oportunidades de acessar a estrutura mais geral da rede.

Outro estudo, realizado por Schofield, Hausmann e Woods (2010), embora não utilize ARS, analisa associações entre padrões de relações intergrupais raciais e desempenho. Em um desenho longitudinal, eles avaliaram preditores da formação de

[28] Esta medida é uma extensão da medida de eigenvector.

amizades intergrupais entre estudantes universitários negros e brancos. Estudantes calouros responderam três questionários sobre a vida no campus e as relações intergrupais, distribuídos em três períodos no primeiro ano da universidade. Os resultados indicam que a amizade intergrupo esteve relacionada a contato indireto (ser amigo de alguém que tem amigos de outra raça), contato intergrupal anterior (ter tido amigo de outra raça em anos escolares anteriores), menor nível de preconceito anterior (ao ingresso na universidade), ter um companheiro de quarto na universidade (do grupo externo) e a desempenho acadêmico. Estudantes afro americanos com altos escores tendem a ter mais relações intergrupais. Os autores consideram que o preparo anterior em escolas predominantemente brancas pode ser um fator que facilita a inserção na universidade. Além disso, ter uma média alta pode fazer com que o estudante negro sinta-se mais a vontade pra estabelecer contato com o estudante branco.

A análise das relações intergrupais na estrutura geral da rede pode contribuir para a compreensão dos mecanismos de acesso aos recursos "disponíveis" nesta estrutura. A percepção da existência de diferentes categorias sociais e o sentimento de pertença torna as relações intergrupais etnocêntricas e competitivas, principalmente em situações em que a identidade social[29] é ameaçada. A integração entre a identidade grupal e pessoal faz com que as pessoas definam e compreendam a si mesmas em termos dos grupos aos quais pertencem, gerando disputas de prestígio e status (Hogg & Abrams, 2005). Dentre o leque de medidas desenvolvidas na ARS, o E-I index é uma medida capaz de informar o padrão de interação entre subgrupos na rede[30]. Criada por Krackhardt e Stern (1988), ela avalia a proporção de laços externos (heterofilia) e internos (homofilia) na configuração das relações em três níveis: na rede como um todo, em cada subgrupo e para cada ator.

Embora os estudos como o de Thomas (2000) utilizem medidas de cliques para escrutinar padrões de relações internas e externas, não é comum o uso do E-I index como parâmetro para medir integração social e/ou suas influências no desempenho acadêmico. Consideramos que sua utilização associada a dados de desempenho trará contribuições para compreender não apenas o quanto relacionar-se com iguais ou com diferentes influencia no desempenho, como também para quem influencia.

Embora Tinto (1975, 1997, 2006) sugira o uso de análise de redes sociais nos estudos sobre permanência, não existem estudos no Brasil que utilizem medidas de análise

[29] Identidade social é a consciência de pertencimento a um determinado grupo e o afeto associado a esta pertença (Ellemers & Haslam, 2012).
[30] Subgrupos estes definidos com base em um critério prévio, denominado em ARS de atributo, como, por exemplo, raça, gênero, idade, filiação institucional, etc..

de redes sociais para avaliar integração social com pares, ou, mais ainda, e relacionar estas medidas com desempenho e preditores conhecidamente importantes da permanência como o comprometimento institucional.

No interesse de ampliar a compreensão dos impactos das relações intergrupais entre cotistas e não cotistas na formação acadêmica, o objetivo deste estudo consiste em explorar associações entre a posição dos estudantes cotistas e não cotistas da UFBA nas redes de amizade e informação com desempenho acadêmico e comprometimento institucional.

Com base nos resultados dos estudos da literatura indicando associações positivas ou negativas com centralidade de grau (Thomas, 2000; Hommes et al., 2012) e excentricidade (Gašević, Zouaq & Janzen, 2013) tais medidas são incorporadas na identificação das posições da rede. Além destas, elegemos o E-I index e a centralidade de eigenvector por considerar a potencialidade das mesmas em elucidar os fenômenos investigados.

3.2. Método

Como desenho de pesquisa, o estudo diferencia-se da maioria dos estudos no Brasil por avaliar integração social entre pares na universidade usando análise de redes sociais. No cenário internacional, existem estudos que utilizam a ARS e associam as medidas a desempenho, mas boa parte deles está circunscrito a contextos mais restritos (um curso específico, ou uma disciplina, etc.). O desenho deste estudo foi desenvolvido para contemplar características mais representativas da UFBA, contexto universitário estudado. Assim, os participantes do estudo pertencem a cursos das cinco áreas de conhecimento – exatas, humanas, ciências biológicas e saúde, linguística e artes – e cursos tanto de alta como de baixa concorrência.

3.2.1. Procedimento de coleta de dados

Para investigar as relações entre a posição na rede de interações, o desempenho acadêmico e o comprometimento institucional de cotistas e não cotistas foi preciso identificar: as redes sociais de amizade e informação nas turmas; o coeficiente de rendimento; o grau de comprometimento institucional e a forma de ingresso na universidade de cada estudante (sistema universal ou sistema de cotas).

O estudo identificou as relações de amizade e de informação entre estudantes da UFBA através da aplicação de um questionário em sala de aula. Para realizar este mapeamento foi solicitado a cada um dos participantes que escrevessem o nome dos colegas

da turma que considera seus amigos e que procura para ter informações sobre as tarefas do curso. Junto às perguntas de mapeamento de rede, o instrumento (Anexo 1) abrange dados sócio demográficos e itens de avaliação do comprometimento institucional. Os itens sobre comprometimento institucional foram extraídos da Escala de Ajustamento ao Ensino Superior (EAJES) elaborada por Magalhães (Santos, 2013).

Ao responder o instrumento de pesquisa o estudante informava seu número de matrícula na universidade. Isto viabilizou o acesso ao coeficiente de rendimento e à forma de ingresso[31]. Estes dados foram disponibilizados pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFBA à Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (SUPAD) da UFBA, a qual este projeto está vinculado[32].

As variáveis utilizadas para conhecer a posição dos estudantes na rede, as quais são o E-I index, centralidade de grau de entrada, *eigenvector* e excentricidade foram geradas a partir da análise das redes mapeadas e serão descritas nos procedimentos de análise de dados, logo após a descrição da amostra.

3.2.2. Amostra

Ao todo, responderam ao questionário 926 alunos, pertencentes a 25 turmas, das cinco áreas de conhecimento ofertadas pela UFBA, em nove (9) cursos de progressão linear, são eles: direito e pedagogia, engenharia mecânica e química, medicina e farmácia, letras, design e artes plásticas. Destes, 53% ingressaram por livre concorrência, 42% pelo sistema de cotas e 5% por outras formas de ingresso. Quando comparados sem distinguir o semestre pesquisado, a quantidade de alunos cotistas e não cotistas é bastante próxima em cursos de alta (57% não cotistas; 43% cotistas) e baixa concorrência (53%; 47%). Quando observados por semestre pesquisado esta diferença se torna maior nos cursos de alta concorrência conforme demonstra a Figura 3.1.

---

[31] A resolução nº 01/04, de 26/07/04, do CONSEPE estabelece e descreve os critérios para o vestibulando concorrer ao sistema de cotas. Com a sanção da lei nº 12.711/2012 em agosto de 2012, a reserva de vagas passou a ser regida pelos critérios desta. Como a coleta de dados desta pesquisa ocorreu em 2013, os participantes do estudo ingressaram com base nos requisitos determinados pela resolução nº 01/04.

[32] Este estudo integra minha pesquisa de doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFBA, desenvolvida em parceria com a SUPAD e financiada pelo Programa Pense Pesquisa e Inove a UFBA (PROUFBA).

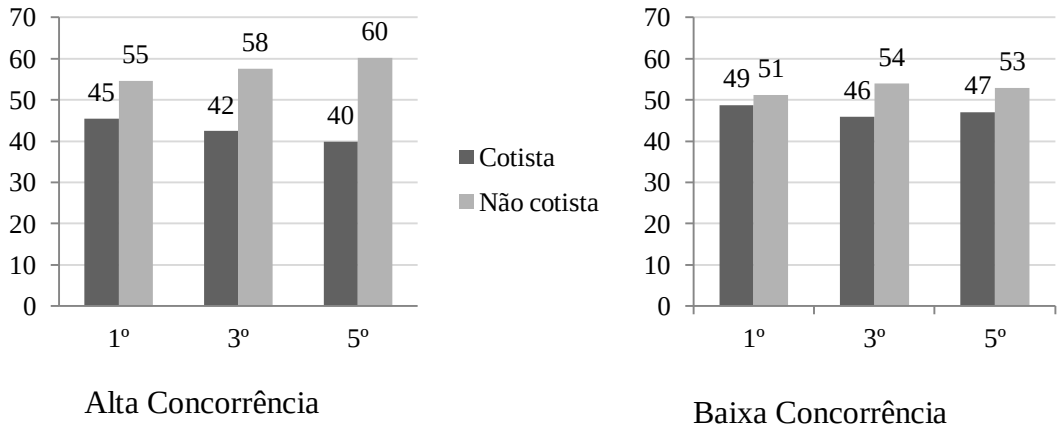

Figura 3.1 - Porcentagem de cotistas e não cotistas de acordo com a concorrência do curso e com o semestre pesquisado

Em acordo com o desenho de seleção proposto pelo sistema de cotas, a diferença na renda entre cotistas e não cotistas é significativa tanto em cursos de alta como de baixa concorrência (alta concorrência U=3877, p<0,001; baixa concorrência U=10058, p<0,001). No entanto, as diferenças nos cursos de alta concorrência são mais exacerbadas, principalmente no curso de direito. A Figura 3.2 mostra as frequências de distribuição de renda familiar dos estudantes cotistas e não cotistas e de acordo com o grau de concorrência dos cursos. No Anexo 2, constam as informações das estatísticas descritivas e quartis de distribuição de renda por grupo (cotista e não cotista) e por grau de concorrência.

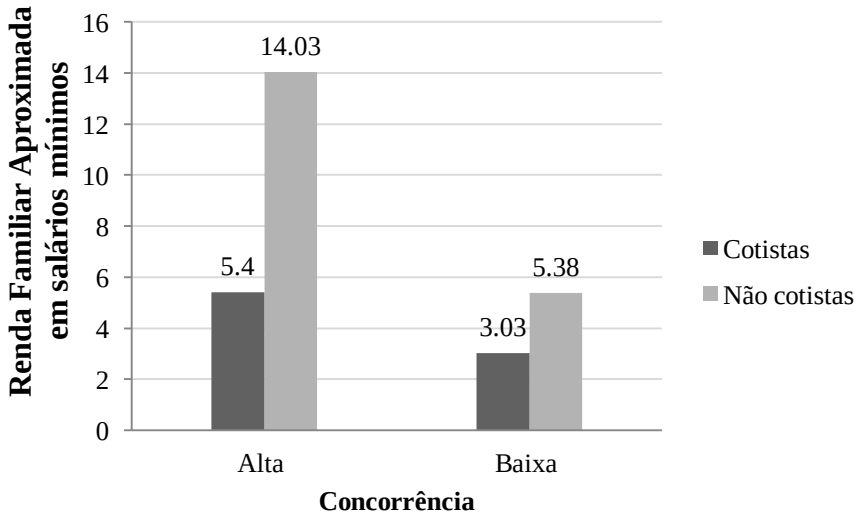

Figura 3.2 - Distribuição de renda familiar aproximada em salários mínimos entre cotistas e não cotistas de acordo com a concorrência

3.2.3. Procedimento de análise dos dados

A análise de dados engloba duas etapas. A primeira gera os cálculos das medidas de análise de redes sociais para cada ator, são elas: E-I index por cotas, centralidade de grau de entrada e saída, centralidade de *eigenvector* e excentricidade. A segunda, consiste em explorar como estas variáveis se associam ao coeficiente de rendimento e ao comprometimento institucional. Tanto para as diferenças entre grupos como para as correlações operacionalizadas, a base de comparação em todas as análises foi por subgrupo estudado – cotistas e não cotistas, e por grau de concorrência dos cursos– alta e baixa.

Na primeira etapa foram gerados escores normalizados para todas as medidas de redes. Isto se fez necessário em função dos diferentes tamanhos das redes mapeadas (variação do número de alunos por turma associada às características estruturais das redes). As medidas de centralidade de grau, *eigenvector* e excentricidade foram geradas no GEPHI 0.8.2-beta. No caso do E-I index, operacionalizado no software UCINET 6.0, o cálculo já pondera a proporção de laços existentes diante dos esperados, e se ele for significativo, indica que a homofilia ou heterofilia encontrados são diferentes do que se esperaria dada a proporção dos subgrupos considerados (cotistas e não cotistas no caso deste estudo). Este valor de significância é dado sob o E-I index geral da rede e em todas as 50 redes pesquisadas (25 de amizade e 25 de informação), ele foi significativo ($p<0,05$).

A medida de comprometimento institucional foi avaliada por meio de uma escala de grau de concordância de cinco pontos, sendo 1 o menor grau de concordância de 5 o maior (Anexo 1, p.144). Para realizar os testes de diferenças entre cotistas e não cotistas, identificamos a distribuição dos escores nos quartis e classificamos os participantes em grupos de alto, médio e baixo comprometimento institucional (CI). Para efeito de comparações entre grupos observamos os estudantes com alto ($CI=5$) e baixo ($CI\leq3,7$) comprometimento institucional.

A medida de desempenho utilizada, o coeficiente de rendimento (CR), é calculada para todos os alunos do curso a partir das médias nas disciplinas do semestre ponderadas pelos créditos das disciplinas. A escolha do CR não significa dizer que compreendemos que ela representa integralmente a performance do estudante. Em geral, o CR abarca aspectos mais conteudistas do processo de aprendizagem, por conta de boa parte das universidades brasileiras ainda priorizarem formas tradicionais de avaliação de aprendizagem centradas em provas escritas voltadas para avaliar o domínio de conceitos ou conteúdos específicos do campo. No entanto, para análises quantitativas de larga escala, é a medida disponível. Os CRs

dos estudantes foram transformados em escores z. O objetivo da normalização foi equiparar notas de cursos com perfis de avaliação sabidamente lenientes (por exemplo, cursos de humanas) com os CRs dos cursos exigentes (por exemplo, cursos de exatas).

Uma vez levantados os dados de CR, CI e as medidas de redes, estes dados tornam-se variáveis no banco de dados e passamos ao levantamento das estatísticas descritivas, medidas de comparação de grupos e correlações. Os testes de normalidade indicaram apenas os dados de CR como paramétricos. A partir desta constatação definimos pelo uso da correlação de spearman, e nos casos de comparação de grupos, o teste de Mann-Whitney. Apenas na apresentação dos dados descritivos do CR, foi realizado um teste t para avaliar se havia diferenças importantes entre cotistas e não cotistas.

Com base nos resultados de Ribeiro et al (2014) evidenciando a concorrência como uma variável influente no grau de integração entre cotistas e não cotistas, esta variável foi utilizada como critério para a comparação entre estes grupos em todas as análises realizadas. As medidas, comparações de médias e correlações entre as variáveis estudadas foram realizadas para os dois tipos de laços mapeados, amizade e informação.

3.3. Resultados

Diante da importância do capital social como elemento de intermediação entre os sistemas social e acadêmico e da baixa integração nas relações entre cotistas e não cotistas na UFBA (Ribeiro et al, 2014), este estudo buscou avaliar possíveis impactos desta baixa integração para a formação dos estudantes. O termo ‘formação’ agrega aspectos do sistema acadêmico e social. No caso do sistema acadêmico, foi utilizada uma medida de desempenho, o coeficiente de rendimento. Como indicadores de integração social utilizamos as medidas de redes. O comprometimento institucional foi inserido no desenho do estudo por ser um importante preditor de permanência que sofre alta influência da integração social.

Os resultados abrangem a descrição da distribuição e formas de associação destas variáveis, separadas nos grupos de cotistas e não cotistas pertencentes a cursos de alta e baixa concorrência, para ambas as redes mapeadas (amizade e informação). A Figura 3.3 sintetiza o desenho do estudo e dá suporte à compreensão dos resultados.

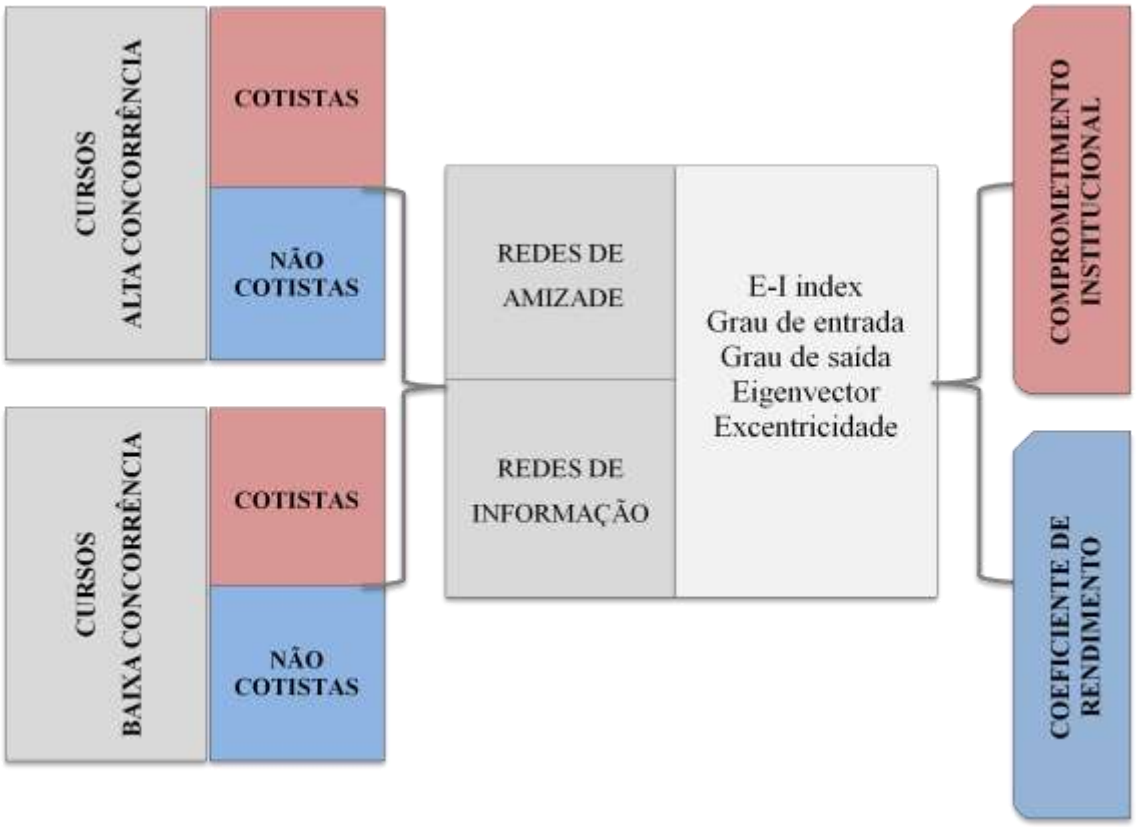

Figura 3.3 - Esquema Teórico da investigação

3.3.1. Distribuição das variáveis medidas nos grupos e variáveis critério

Antes de apresentar os resultados destas associações entre as variáveis estudadas, são descritas a distribuição da amostra nas variáveis em que as diferenças entre os cotistas e não cotistas, alta e baixa concorrência, rede de amizade e informação, foram significativas. A Tabela 3.1 descreve as estatísticas descritivas do coeficiente de rendimento e comprometimento institucional nos diferentes grupos.

Tabela 3.1 - Estatísticas descritivas de Coeficiente de Rendimento (CR) e Comprometimento Institucional (CI)

Estatísticas descritivas de CR e CI para cotistas e não cotistas de cursos de alta ou baixa concorrência										
Medida	Concorrência	Grupo	Média	Mediana	DP	Min	Max	Percentil		
								25	50	75
CR	Alta	Cotistas	-0,33	-,24	,98	-3,84	1,67	-,96	-,24	,38
		Não cotistas	0,25	,38	,92	-5,73	1,78	-,12	,38	,91
	Baixa	Cotistas	-0,18	-,07	,94	-3,48	2,02	-,80	-,07	,49
		Não cotistas	0,16	,34	,99	-4,08	2,56	-,36	,34	,85
C I	Alta	Cotistas	4.33	4.59	0.71	1.67	5	4	4.59	5

		Não cotistas	4.08	4.33	0.8	1	5	3.67	4.33	4.67

Quanto ao coeficiente de rendimento (CR) dos estudantes da amostra, a média dos estudantes não cotistas é maior do que dos cotistas tanto nos cursos de alta, como nos de baixa concorrência. Esta diferença entre os grupos é significativa (alta concorrência: t(531)=-7,07, p <0,000; baixa concorrência t(579)=-4,40, p<0,000) como nos de baixa concorrência.

Como esperado, este resultado apresenta a mesma tendência do estudo de Peixoto et al (2013), uma pesquisa realizada com todos os 26.175 estudantes da UFBA[33]. Neste estudo, o desempenho de não cotistas é ligeiramente superior (6,81%; F=348,114, p<.000), quando comparados cotistas e não cotistas, sem observar cursos e as áreas as quais pertencem. O desenho mais detalhado do estudo de Peixoto et al (2013) permitiu observar que esta diferença se amplia nos cursos de alta concorrência, principalmente da área de exatas. Já em cursos das áreas de artes e humanidades de média e baixa concorrência esta diferença se inverte, pois nestes os cotistas apresentaram médias maiores.

Quanto à dimensão do vínculo com a universidade, o comprometimento institucional, foram identificadas diferenças significativas entre cotistas e não cotistas nos cursos de alta concorrência (U =17318,500 p<0,001). O comprometimento dos estudantes cotistas é maior quando comparado aos não cotistas.

Embora os valores sejam muito próximos, a diferença aparece quando utilizamos os quartis (alto e baixo comprometimento) como parâmetro de comparação. A opção pelo uso dos quartis tem relação com a tendência dos participantes do estudo em responder com alto grau de concordância. Como consiste em um instrumento de auto relato, o efeito da desejabilidade social pode ter interferido na tendência das respostas para alto grau de concordância. Ainda assim, o maior comprometimento dos cotistas é identificado por outros estudos, como o Sousa, Bardagi e Nunes (2013), no qual estudantes cotistas da Universidade Federal de Santa Catarina apresentaram maior comprometimento com a universidade.

O ingresso na UFBA pode ter significados muito distintos no projeto de vida de cotistas e não cotistas. Primeiro porque boa parte dos cotistas passaram a cogitar ingressar na universidade após a implementação do sistema de cotas. Os não cotistas são preparados por suas famílias durante todo o percurso escolar com o claro intuito de ingressar na universidade. O percurso escolar para estudantes não cotistas tem, no mínimo, a conclusão da graduação como foco.

[33] Matriculados ativos no período da realização da pesquisa (Peixoto et al., 2013).

No caso dos cotistas e suas famílias, principalmente os de baixa renda, o ensino médio era considerado como teto de formação. O que se colocava na sequência como prioridade era o ingresso no mercado de trabalho para complementação da renda familiar. Além disso, adquirir esta identidade, estudante da UFBA, representa inserir-se em espaços sociais e categorias profissionais que representam acesso a um novo, e mais valorizado, status social. Já para estudantes não cotistas, principalmente os de alta renda, a universidade sempre esteve nos seus projetos. Além disso, o ingresso na UFBA é uma das alternativas consideradas, diante das possibilidades de cursar outras universidades públicas no país ou mesmo particulares (dentro ou fora do país).

Tabela 3.2 - Estatísticas descritivas das posições na rede de cotistas e não cotistas de acordo com a rede e a concorrência do curso

				N	Média	Mediana	DP	Min	Max	Percentis		
Medida	Rede	Conc.	Grupo							25	50	75
E-I	AMI	Alta	Cotistas	217	L	-0,14	0,62	-1	1	-0,6	-0,14	0,25
			Não cotistas	295	-0,35	-0,43	0,58	-1	1	-0,85	-0,43	0
	INF	Alta	Cotistas	191	-0,18	-0,14	0,68	-1	1	-1	-0,14	0,33
			Não cotistas	264	-0,4	-0,5	0,59	-1	1	-1	-0,5	0
ENTRADA Escores z	AMIZADE	Alta	Cotistas	214	-0,13	-0,30	0,95	-1,58	3,44	-0,84	-0,30	0,40
			Não cotistas	291	0,10	0,01	1,01	-1,96	4,07	-0,67	0,01	0,69
EIGENVECTOR	AMIZADE	Alta	Cotistas	214	0.20	0.08	0.26	0.00	1.00	0.02	0.08	0.31
			Não cotistas	291	0.29	0.13	0.32	0.00	1.00	0.04	0.13	0.55
		Baixa	Cotistas	258	0.27	0.18	0.27	0.00	1.00	0.03	0.18	0.41
			Não cotistas	295	0.31	0.22	0.29	0.00	1.00	0.06	0.22	0.48
	INFORMAÇÃO	Alta	Cotistas	191.00	0.16	0.05	0.23	0.00	1.00	0.00	0.05	0.23
			Não cotistas	264	0.23	0.10	0.28	0.00	1.00	0.01	0.10	0.34
		Baixa	Cotistas	254	0.20	0.07	0.27	0.00	1.00	0.00	0.07	0.33
			Não cotistas	275	0.27	0.14	0.30	0.00	1.00	0.02	0.14	0.46

O E-I index de cotistas e não cotistas apresenta diferenças importantes nos cursos de alta concorrência tanto na rede de amizade (U= 25143; p< 0,000) como na de informação (U=20643; p<0,001). Embora ambos os grupos tenham tendência à homofilia, os não cotistas apresentam índices significativamente maiores (Tabela 3.2).

Há diferença na centralidade de grau de entrada de amizade para cotistas e não cotistas nos cursos de alta concorrência (U=26971, p<0,01). Os não cotistas têm maior centralidade de grau de entrada, ou seja, são mais citados pelos colegas da turma que os cotistas.

Na medida de centralidade de *eigenvector*, que considera centrais atores conectados a outros atores prestígio na rede, os não cotistas tem maior centralidade, não importa a concorrência do curso ou a natureza do laço. Ainda assim, a concorrência alta na rede de amizade apresenta a maior significânica (U=25952,50 p<0,001) quando comparada às demais, a saber: rede de amizade baixa concorrência (U=34333,50 p<0,05) e rede de informação para grupos de alta (U=21424,500 p<0,01) e baixa concorrência (U=30209,500 p<0,01).

3.3.2. Posição na rede e associações com Desempenho e Comprometimento Institucional

Esta seção apresenta os principais resultados deste estudo, ao explorar as associações existentes entre os indicadores de desempenho e de comprometimento institucional com a posição dos estudantes nas redes. No primeiro bloco desta seção são apresentadas as análises com desempenho, medido através do coeficiente de rendimento (CR). Na sequência, as análises entre as posições na rede e o comprometimento institucional.

3.3.2.1. Desempenho (CR) e posição na rede

Dentre as posições na rede analisadas e associadas com desempenho, foram encontradas correlações significativas para grau de entrada e E-I index tanto nas redes de amizade como nas de informação (Tabela 3.3).

Tabela 3.3- Correlações entre coeficiente de rendimento (CR) e posições nas redes de amizade e informação.

Posições na Rede x CR					
Grupo	Concorrência	Grau de Entrada Amizade	Grau de Entrada Informação	E-I Amizade	E-I Informação
Cotista	Alta	0,40**	0,37**	0,21**	0,31**
	Baixa	0,29**	0,34**	-0,07	0,00
Não cotista	Alta	0,37**	0,41**	0,14*	0,19**
	Baixa	0,42**	0,47**	-0,16**	-0,07

** p<0,001; *p<0,01

Para cotistas e não cotistas, não importa a concorrência ou a natureza do laço, os alunos mais populares possuem melhor rendimento acadêmico. Esta correlação positiva entre centralidade de grau de entrada e CR é mais intensa para estudantes cotistas de cursos de alta concorrência na rede de amizade, e para não cotistas de baixa concorrência em ambos os tipos de laço. Não sabemos a direção desta associação, se desempenho atrai contatos ou se amigos favorecem o desempenho. É possível que isto varie em relação ao tipo de laço, ao grupo em questão (cotistas ou não cotistas), dentre uma gama de outras variáveis, inclusive idiossincráticas.

Sabe-se que os laços de amizade favorecem o desempenho quando são estabelecidos com estudantes com forte orientação acadêmica, formando uma rede de suporte social que motiva e auxilia nas tarefas da universidade (Tinto, 1975; Tinto 1997). Junto a isso, Schofield, Hausmann e Woods (2010) consideram que estudantes negros com melhor desempenho podem se sentir mais à vontade para estabelecer contato com estudantes brancos. Embora esta delimitação de grupos por raça seja característica da realidade americana, e, no nosso caso, os grupos se distinguem por critérios raciais e sociais, é possível que cotistas com alto desempenho apresentem maior auto-eficácia na integração social.

No caso dos laços de informação, estabelecidos com o intuito de acessar informações sobre as tarefas da universidade, é muito provável que o prestígio na rede se dê em função do desempenho. Exceto no grupo de cotistas e alta concorrência, as redes de informação apresentam correlações positivas ligeiramente mais intensas com desempenho.

As correlações entre E-I index e CR são bastante fracas (Tabela 3.3), apresentando tendência positiva para os cotistas e negativas ou inexistentes para os não cotistas. Apenas para os cotistas de alta concorrência este valor é um pouco mais expressivo, principalmente na rede de informação. Para estes, relações com o grupo externo se associam com melhor desempenho.

Esta tendência à heterofilia nos cotistas associada ao desempenho se assemelha aos resultados do estudo de Schofield, Hausmann e Woods (2010), no qual estudantes afro americanos com altos escores tendem a ter mais relações intergrupais. Ao analisar a percepção de vivência acadêmica de estudantes cotistas da UFBA, Santos (2013) aponta o fator interação social como mais relevante para a satisfação dos cotistas com a formação, quando comparados aos não cotistas. Os não cotistas como grupo majoritário, no sentido de conhecer melhor os trâmites do funcionamento acadêmico, podem ser importante fonte de suporte social para os cotistas.

Nos testes de correlação estas foram as medidas que apresentaram associações significativas. A partir deste momento, demonstramos os índices de posição na rede que apresentaram diferenças importantes nos grupos de alto e baixo comprometimento institucional.

3.3.2.2. Comprometimento Institucional (CI) e Posição na Rede

O comprometimento institucional é um importante preditor de evasão. Embora no ingresso da faculdade seu índice tenha relação com as expectativas anteriores relativas à instituição, ele se modifica ao longo da formação e estas alterações acontecem muito em função da integração social do estudante (Tinto, 1975; Berger & Braxton, 1998). Nesta seção são comparados os grupos de alto e baixo comprometimento (definidos a partir dos quartis) quanto aos índices de E-I index e centralidade. São relatadas as medidas em que foram encontradas diferenças significativas entre os grupos de alto e baixo comprometimento: E-I index e excentricidade para não cotistas (Tabela 3.4).

Tabela 3.4: Estatísticas descritivas de E-I index para não cotistas de alto e baixo comprometimento institucional.

Estatísticas descritivas das posições na redes para grupos de alto e baixo CI NÃO COTISTAS										
Posição	Rede	Estatísticas descritivas	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mín	Máx	Percentis		
E-I index	Amizade	CI						25	50	75
		Alto	-0.25	-0.33	-1	-1	1	-0.75	-0.33	0.14
		Baixo	-0.45	-0.55	-1	-1	1	-1	-0.55	0
Excentricidade	Amizade	Alto	7,16	7,00	5,00	0,00	18,00	4,25	7,00	10,00
		Baixo	5,81	6,00	6,00	0,00	16,00	3,00	6,00	10,00
	Informação	Alto	5,71	6,00	9,00	0,00	18,00	3,00	6,00	9,00
		Baixo	4.15	4	0	0	14	2	4	6

Não cotistas com alto e baixo comprometimento institucional em cursos de alta concorrência, apresentam diferenças significativas na tendência à homofilia (U= 3030,0, p<0,01). Os estudantes não cotistas menos comprometidos com a instituição tem maior homofilia na rede de amizade.

A medida de excentricidade é uma medida que informa a maior distância entre dois nós. Quando um ator tem excentricidade elevada indica que ele é menos central na rede. Identificamos diferenças entre alunos com alto e baixo comprometimento nesta medida (rede de amizade: U= 3067,5, rede de informação: p<0,02 U=2821, p<0,0). Os alunos não cotistas com maior comprometimento institucional tendem a ser menos centrais, nos cursos de alta concorrência.

A posição dos estudantes na rede esteve associada tanto a desempenho como ao comprometimento institucional. No caso do desempenho, esta associação foi mais intensa com centralidade de grau, indicando que os alunos com maior prestígio na rede são os alunos com melhor coeficiente de rendimento. Embora tenha sido uma associação fraca, estudantes cotistas com melhor desempenho mantém mais relações com estudantes não cotistas.

As associações entre comprometimento e posições na rede são intrigantes, pois não encontramos a imbricação apontada na literatura entre comprometimento institucional e integração social. Por um lado, os não cotistas mais centrais na rede tem maior homofilia e menor comprometimento. Uma vez que a política de cotas integra as ações da universidade e os não cotistas muitas vezes a consideram injusta, isto estaria comprometendo o vínculo com

a universidade? Tanto os cotistas são mais comprometidos com a instituição como os não cotistas menos centrais estão no grupo dos estudantes com alto comprometimento. Seria o debate silencioso pró e contra cotas expressando-se na estrutura geral da rede?

3.4. Conclusões

Este estudo se diferencia em apresentar um escopo mais amplo de análise de posições na rede e influências na formação. Primeiro pelo desenho do estudo em abranger cursos de todas as áreas de conhecimento e, dentro destas áreas, considerar os cursos de alta e baixa concorrência. Depois por avaliar a relação entre homofilia e desempenho e comprometimento institucional, quando a maioria dos estudos foca na análise de medidas de centralidade. Outra especificidade importante foi o mapeamento de redes reais, quando a maior parte dos estudos quantitativos utilizam dados de redes virtuais. Por fim, é o segundo estudo no Brasil que utiliza análise de redes sociais como medida de avaliação de integração social na universidade, pois até então esta tem sido medida através de questionários de vivência acadêmica (Almeida, Soares & Ferreira, 2002) que utilizam itens de autorrelato.

Dando sequência ao estudo de Ribeiro et al (2014) que analisa as redes e as relações intergrupais entre cotistas e não cotistas na UFBa, utilizamos o mapeamento das redes para ampliar a base de dados com as medidas de centralidade, desempenho e comprometimento institucional, agregando-as às medidas de homofilia. A avaliação da homofilia no estudo de Ribeiro et al (2014) foi realizada no nível da rede e do grupo de cotistas e não cotistas. No presente estudo esta medida é considerada para cada estudante e permitiu avaliar a tendência de cada um relacionar-se com membros do próprio grupo ou do grupo externo.

A partir deste conjunto de dados e dos recortes por concorrência e tipo de laço, foi possível pensar não apenas na associação entre dados de rede e desempenho e comprometimento. As medidas de centralidade e excentricidade permitiram aprofundar a visão da posição dos cotistas e não cotistas na estrutura da rede como um todo. Este conjunto de dados nos fez perceber além da questão da baixa integração entre cotistas e não cotistas em cursos de alta concorrência. Os subgrupos poderiam estar desagregados, mas, ainda assim, apresentarem perfis de centralidade próximos na estrutura da rede como um todo. Mas os dois grupos apresentam tendências opostas, com os não cotistas mais no centro das redes e os cotistas, na periferia delas (nos cursos de alta concorrência).

Assim como no estudo de Ribeiro et al (2014), as principais diferenças entre cotistas e não cotistas aparece nos cursos de alta concorrência. Nesses cursos, a diferença de renda

entre os grupos é muito mais discrepante quando comparada aos cursos de baixa concorrência. Isto implica na convivência entre classes sociais com backgrounds culturais e educacionais muito distintos. Dos lugares que frequentam aos programas de tv que assistem, existem poucas consonâncias.

Além destas diferenças que já demarcam pertencimentos distintos, a competitividade intrínseca à seleção destes cursos e os debates e acirramentos em torno da reserva de vagas não se extinguem com o término do processo de seleção, apenas não são explícitos. Um grupo que se percebe como injustiçado por que avalia que o mérito define o ingresso na universidade. O outro percebe as cotas como reparação a processos históricos injustos. Esta visão discrepante dos grupos sobre o que é justo, por si só, também acirra as estereotipias e os favoritismos intragrupais.

A necessidade de identificar os participantes do estudo, tanto para detectar a forma de ingresso (cotas ou sistema universal)[34] ou para ter acesso ao coeficiente de rendimento, influenciou na decisão de circunscrever as redes às turmas. Foi preciso limitar as possibilidades de citação aos alunos daquela turma. Assim, nossa medida compõe a noção de integração social na universidade, mas integração social é mais ampla que ela. Além da importância da relação com estudantes de outros semestres (Thomas, 2000) e cursos, a integração social abrange também a qualidade da relação com professores e funcionários.

O vínculo com a universidade, expresso na medida de comprometimento institucional foi avaliado por itens da escala de ajustamento ao ensino superior. Como teste de autorrelato esteve sujeito à desejabilidade social. Além disso, a medida via escala likert geralmente implica em uma concentração no centro da escala. Dada a importância desta medida como preditora de evasão e da sua forte associação com integração social, é preciso aprofundar parâmetros de avaliação deste vínculo através de estratégias qualitativas.

Existem estudos que avaliam o impacto da renda na consecução de suporte social. Lee, Ruan e Lai (2005) compararam redes de suporte social em Pequim e Hong Kong e observaram que em Hong Kong a renda tem papel relevante para obtenção de suporte social. No Brasil, Soares (2008) considerou a influência da pobreza no acesso ao suporte social em redes egocentradas em São Paulo (Brasil). Diante destes resultados, pode ser importante considerar a relação entre a renda dos estudantes cotistas e não cotistas e a posição destes na rede.

---

[34] No instrumento de pesquisa não solicitamos que o estudante informasse se era cotista ou não cotista. Solicitamos o número de matrícula e buscamos no banco de dados fornecido pela universidade o tipo de ingresso e o coeficiente de rendimento.

Tinto (1975, 1997, 2006) sugeriu associar estudos de mapeamento de redes com dados de evasão. Seria interessante observarmos a trajetória dos participantes deste estudo quanto a permanência, tempo de conclusão do curso e evasão, associando estes dados com a posição destes estudantes na rede. Além da identificação do dado de evasão ou permanência, mapeamentos subsequentes das redes dos alunos em um desenho de pesquisa longitudinal e a análise comparativa da dinâmica das configurações das redes ampliará a compreensão dos processos de interação entre os estudantes cotistas e não cotistas.

Associar este estudo com um estudo qualitativo nos permitirá acessar mecanismos processuais, percepções e trajetórias tanto grupais como individuais. É preciso oferecer espaço de escuta aos alunos e avaliar a percepção deles sobre a convivência entre cotistas e não cotistas. Considerar se estes percebem um distanciamento entre os grupos, a que atribuem este distanciamento e o que pensam como estratégias de integração.

4. ARTIGO
PERCEPÇÕES SOBRE A CONVIVÊNCIA ENTRE COTISTAS E NÃO COTISTAS EM UM CURSO DE ALTA CONCORRÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

4.1. Introdução

As universidades pioneiras no processo de adesão ao sistema de cotas (Estatual do Rio de Janeiro, Federal de Brasília, Federal da Bahia, dentre outras) já acumulam uma década ou mais de experiência com o programa. No caso da Universidade Federal da Bahia (UFBA) a adesão ao sistema de cotas completou 10 anos em 2014. O processo foi iniciado em 2002, ano em que foi constituído um grupo de trabalho para elaborar e propor a política de ações afirmativas da universidade. Após um período de avaliação comparando o perfil dos estudantes inscritos no vestibular com os efetivamente classificados, o grupo de trabalho identificou uma desproporção de negros, pardos e alunos oriundos de escola pública inscritos quando comparados com aqueles classificados. Em 2004, a UFBA implantou a reserva de vagas em seu processo seletivo e propões ações concomitantes de preparação para o vestibular, permanência e pós-permanência (Conseppe, 2004; Santos & Queiroz, 2013).

No relatório de implantação das cotas na UFBA, Santos e Queiroz (2005) divulgaram trocas de emails entre professores, tornando público aspectos do debate pró e contra cotas. Os posicionamentos favoráveis defendiam a necessidade de dar acesso a negros e índios na universidade e legitimavam o sistema de cotas como estratégia eficaz de redução da desigualdade social. As opiniões contra foram predominantes e enfatizavam o conceito de raça como não científico; as diferenças entre Brasil e Estados Unidos nas questões referentes à segregação (considerando o Brasil um país mestiço e, portanto, mais ameno neste âmbito); a dificuldade de ingresso como questão social (renda) e não racial; a ênfase no mérito como cerne do ensino superior, sendo as cotas consideradas como oportunismo; e as preocupações com as divisões sociais possivelmente eliciadas pela convivência entre os dois grupos.

A adesão ao sistema de cotas por parte das universidades promoveu a convivência entre pessoas de origens, condição sócio econômica, perfil étnico racial e background cultural distintos, instaurando um ambiente de diversidade. Isto tem impelido a ampliação de contatos intergrupais, o que mobiliza processos identitários estruturantes tanto dos grupos, como de seus membros. Para Hogg (2012) estes processos, se não manejados

adequadamente, podem reproduzir diferenciações de status social e tornar quase impossível alcançar um patamar de igualdade entre os grupos.

Emerge a necessidade de compreender o processo de convivência entre os grupos sob a ótica dos próprios estudantes. Este estudo objetiva caracterizar as percepções de estudantes de direito sobre as cotas na UFBA e suas implicações para a convivência no contexto universitário. O curso foi escolhido por apresentar grande discrepância de renda e baixa integração social entre cotistas e não cotistas, conforme demonstrado no estudo de Ribeiro et al (2014). Para subsidiar a reflexão sobre a convivência entre estudantes cotistas e não cotistas apresentamos a seguir pressupostos da Psicologia Social sobre relações intergrupais.

As relações intergrupais envolvem continuamente disputas por prestígio e status. Elas são sustentadas pelas necessidades das pessoas se sentirem bem sobre si mesmas e sobre seu lugar no mundo (Hogg, 2012). Esta ideia está ancorada na teoria da identidade social que postula que as pessoas definem e avaliam a si mesmas em função dos grupos aos quais pertencem. O processo de categorização social amplia as diferenças entre membros de grupos distintos, ao mesmo tempo em que intensifica as semelhanças entre membros do endogrupo. Denominado de viés intergrupal, opera através da representação estereotipada dos membros do grupo externo. Ausência de interação, de história comum e de identificação pessoal são aspectos que favorecem a emergência do viés intergrupal (Kelly, McCarty, & Iannone, 2013).

Deste movimento surge a diferenciação grupal, que é justamente a polarização entre o endogrupo e o exogrupo, o “nós” e o “eles” (Hogg & Abrams, 2005). O primeiro satisfaz a necessidade de pertencimento e o segundo, satisfaz a necessidade de diferenciação. Grupos muito coesos ou cliques não permitem o ingresso de novos membros facilmente. Ao contrário, aderem a comportamentos de subjugação do exogrupo, mantendo-se como grupo hierarquicamente superior, ao qual é necessário solicitar permissão para inserir-se. Quando se estabelece uma estrutura de poder mais forte torna-se mais fácil excluir aqueles que se situam na parte inferior da hierarquia (Kelly, McCarty, & Iannone, 2013). Assim, cada membro do grupo passa a ser um guardião dos limites do grupo, pois cada nova entrada redefine os critérios de participação no grupo e mobiliza as fronteiras deste ameaçando a sua identidade e a de seus membros (Bourdieu, 1986). Instauram-se assim comportamentos de grupo como conformidade, estereotipia, etnocentrismo e favoritismo, que fazem do grupo externo um protótipo e sustentam um sistema de crenças para garantir a sobrevivência do grupo (Hogg, 2012).

Além da busca por manter uma identidade social favorável, conflitos entre os grupos também podem ser disparadas por discordâncias relativas ao senso do que é justo. Embasada nos princípios da teoria da identidade social, a teoria da justiça considera que senso do que é justo modula as reações das pessoas aos grupos e organizações a que pertencem. Nesta direção, quanto mais relevante for o pertencimento a um grupo, mais percepção do *self* será influenciada por julgamentos de justiça. Este julgamento define o grau de concordância com normas e princípios que regulam as relações e baliza comportamentos de cooperação ou competição no grupo. Mas quando se trata de relações intergrupais, a preocupação com procedimentos de justiça se limita aos membros do endogrupo (Tyler, 2012), o que torna difícil a emergência de comportamentos de cooperação entre grupos distintos. A promoção de relações intergrupais cooperativas depende da criação de entidades inclusivas, mais amplas. Tais entidades precisam representar o ponto de conexão endo e exogrupo, mas ao mesmo tempo não podem ameaçar a identidade destes (Gaertner & Dovidio, 2012).

Pensando no ingresso de estudantes cotistas na universidade como um processo de mobilização de fronteiras intergrupais, este exigiu a reformulação de critérios de ingresso de novos membros. Este movimento colocou em dúvida a própria identidade do aluno de universidades públicas, que reage a esta ameaça através da exclusão destes novos atores que tentam tornar-se membros.

Na sequência, descrevemos estudos que descrevem o cotidiano de universidades públicas brasileiras sob a ótica de estudantes cotistas e não cotistas.

4.1.1. Estudos sobre percepções dos estudantes sobre as cotas

Alguns estudos no Brasil têm sido conduzidos de modo a avaliar a percepção dos universitários sobre as cotas. Menin e colaboradores (2008) analisaram valores associados à percepção de alunos de uma universidade pública paulista sobre estudantes cotistas. 403 alunos, de diferentes cursos e semestres, responderam a uma escala de avaliação dos critérios de ingresso e a uma questão aberta. Nesta, os alunos foram solicitados a descrever alunos negros, ou afrodescendentes, ou provenientes de escolas públicas em algumas palavras (cada estudante recebia um questionário com apenas um público alvo). Associando análises qualitativas e quantitativas de discurso, os pesquisadores identificaram predominante rejeição ao sistema de cotas, considerado como ameaçador quando comparado a outras estratégias de inclusão, a exemplo dos cursos pré-vestibulares gratuitos.

O vestibular foi considerado a forma mais justa de ingresso, sendo este senso de justiça ancorado em valores como igualdade e mérito resultante de esforço próprio.

Tavarnaro (2009) realizou um estudo qualitativo sobre representações sociais de justiça subjacentes ao sistema de cotas raciais. 84 estudantes do 5º ano de direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa responderam um instrumento com questões abertas analisando a pertinência de uma questão judicial sobre cotas raciais. 77% dos alunos consideraram que o sistema de cotas fere o princípio de que todos são iguais perante a lei ao tratar negros de forma diferenciada. Além de considerar que as cotas raciais violam a isonomia, a mesma proporção de alunos qualifica o sistema de cotas raciais como racista. Para a autora, a natureza tecnicista da formação em direito foi apontada como influente no posicionamento acrítico dos alunos e dissociado do contexto em que se insere. Formação em que a representação formal e tecnicista de justiça prevalece diante da função ético social do direito.

Piotto (2010) analisou aspectos subjetivos relatados por estudantes de baixa renda sobre suas trajetórias acadêmicas. Participaram do estudo cinco estudantes de uma universidade pública que atendiam aos seguintes critérios: ser proveniente de curso de alta concorrência; ter realizado metade do curso; filhos de pais com baixa escolaridade; perfil socioeconomico destoante do predominante no curso. Os estudantes selecionados eram brancos, moravam na residência universitária e pertenciam a cursos distintos. Foram realizadas duas entrevistas com cada estudante sobre a vida escolar e universitária. Os estudantes relataram sentimento de não pertencimento ao grupo e dificuldade em conviver com os colegas da universidade por conta da discrepância da renda, da consequente diferença cultural e do clima competitivo, peculiar dos cursos de alta concorrência. Para a autora, apesar dos relatos expressarem solidão e desenraizamento na vivência universitária, expressam também que a universidade representou uma significativa mudança de trajetória nas suas vidas e das suas famílias. Além disso, ressalta a importância da rede de apoio social associada à resiliência dos estudantes para seu ingresso e permanência na universidade.

Um estudo realizado por Valentim (2012), sobre a percepção de egressos cotistas sobre sua trajetória na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Participaram das entrevistas individuais 16 egressos da UERJ, autodeclarados negros, provenientes de cursos de diferentes áreas de conhecimento. A análise do discurso das trajetórias acadêmicas relatadas pelos ex-cotistas, revela o não reconhecimento destes como universitários ‘legítimos’ por parte da comunidade universitária, pelo fato de não terem ingressado por

mérito. Além disso, a figura do cotista esteve associada ao fenótipo negro, o que fez com que este grupo fosse sempre identificado como cotista e carregasse o estigma de aluno desacreditado. A relação com os professores foi caracterizada pela baixa expectativa quanto ao desempenho dos cotistas, atitudes de discriminação, ausência de sensibilidade intercultural no manejo das turmas, não posicionamento diante da política de cotas e falta de abertura para oportunizar elaborações sobre o tema.

Ainda neste estudo, a relação dos cotistas com não cotistas foi de hostilidade e segregação em algumas turmas. Os não cotistas ocuparam uma posição hierárquica superior, exercendo poder e prestígio na condição de universitários por mérito. O percurso acadêmico dos alunos cotistas foi marcado pelo racismo institucional e por dificuldades financeiras. A permanência na universidade e conclusão do curso foram viabilizadas pela assistência estudantil, acesso à biblioteca, atividades de pesquisa e extensão, pelo trabalho concomitante aos estudos e através do suporte social de redes de solidariedade. Estas redes foram constituídas principalmente de familiares e colegas cotistas, de escolas públicas e de baixa renda. Grupos ligados ao movimento estudantil e negro também integraram estas redes de apoio (Valentim, 2012).

Camino et al (2014) estudaram os repertórios discursivos sobre cotas raciais de 105 estudantes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Por ocasião do estudo, a UFPB estava no primeiro ano de adesão ao sistema de cotas imposto pela lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012). Para produzir os repertórios discursivos, os pesquisadores pediam que os alunos se posicionassem por escrito a partir da consigna: escrever sobre o fato dos negros alegarem a necessidade de políticas compensatórias por conta da discriminação por eles sofrida. A análise dos resultados evidenciou quatro classes discursivas, sendo comum a todas elas uma forte oposição às cotas raciais. Na primeira delas, há o argumento da não diferença intelectual entre brancos e negros. A segunda classe discursiva atribui à pobreza e não à raça, as diferenças sociais existentes entre os dois grupos. Portanto, partir destas percepções, os estudantes apontaram que as cotas deveriam estar baseadas em critérios sociais. Nas últimas duas classes foi salientada a possibilidade de o sistema de cotas diminuir a qualidade de ensino das universidades, havendo o argumento de que o melhor seria investir na educação básica.

Embora os estudos sobre cotas indiquem preferência pelos critérios sociais em detrimento dos raciais, o uso do texto sobre negros alegando compensações neste estudo de Camino et al (2014), pode ter contribuído para a predominância da percepção das cotas como raciais e para a emergência de discursos evocando argumentos de isonomia e

justiça. É preciso refletir os motivos da escolha por uma pesquisa sobre cotas raciais quando o sistema de cotas adotado pela UFPB abrange critérios sociais e raciais. Embora o resultado pudesse ser o mesmo, a consigna da pesquisa poderia ter sido aberta sobre cotas e não dirigida a cotas raciais.

Melo, Dantas, Fernandez, Pereira e Chaves (2014) investigaram as representações sociais de graduandos da UFBA a respeito das cotas universitárias. Os 66 participantes do estudo pertenciam a cursos das cinco áreas de conhecimento. Responderam um questionário que abrangia um teste de evocação para as palavras cotas e cotistas e duas perguntas sobre o posicionamento e o grau de conhecimento sobre a política afirmativa de cotas. Os resultados indicam que a política de cotas é percebida como uma política mais racial que social, denotando a crença dos alunos de que estas são dirigidas predominantemente para estudantes negros de escolas públicas. Embora os critérios de origem escolar e renda antecedam o critério racial na lei que regulamenta as cotas[35]. Para os autores, esta percepção racializada da política de cotas pode ter relação com o fato da militância pela reserva de vagas terem sido empreendidos principalmente pelo movimento negro. A análise das questões abertas demonstra a defesa do critério social como mais justo. Apesar disso, avaliam o sistema de cotas como promotor de igualdade e inclusão. Diante de contradições desta natureza no discurso dos participantes, ora a favor, ora contra as cotas, os autores destacam a importância de realizar análises mais aprofundadas relacionando o discurso a dados como renda, origem étnico-racial e curso de origem.

As pesquisas que analisam as percepções sobre cotas, por um lado demonstram que a comunidade universitária mantém dilemas centrais em torno do sistema de cotas, a exemplo das discussões sobre meritocracia, isonomia, reparação histórica, racialização, etc. Por outro lado, da perspectiva dos próprios cotistas, os estudos demonstram como estes dilemas se expressam nas interações cotidianas da comunidade universitária e dificultam a inclusão do cotista, tornando mais árdua sua formação acadêmica.

Dada a importância da repercussão destes dilemas nas interações cotidianas, o estudo apresentado no capítulo dois desta tese investigou os padrões de interação entre grupos de estudantes cotistas e não cotistas na universidade. Tendo como referência os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Redes Sociais, mapeamos as redes sociais de 25

[35] As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html

turmas de nove cursos da UFBA, distribuídos nas cinco áreas de conhecimento. Nesta pesquisa quantitativa e de corte transversal, avaliamos as redes dos cursos distribuídas em três semestres (primeiro, terceiro e quinto). Os resultados indicaram haver baixa interação entre os grupos de cotistas e não cotistas, principalmente nos cursos de alta concorrência. Esta tendência à endogenia e fechamento nos grupos foi mais evidente no grupo de não cotistas.

O estudo apresentado no capítulo três desta tese, com o mesmo conjunto de dados do anterior, analisou associações entre as posições na rede, o desempenho acadêmico e o comprometimento institucional de cotistas e não cotistas. Nos cursos de alta concorrência, os resultados indicam que os alunos com maior desempenho são os alunos mais populares na rede. Além disso, os estudantes cotistas com melhor desempenho tendem a ter mais relações com estudantes não cotistas. Quanto ao comprometimento institucional e a posição na rede, não cotistas de maior prestígio na rede tem maior homofilia e menor comprometimento institucional. Os não cotistas menos centrais e os cotistas têm maior comprometimento com a universidade. Dentre os cursos que participaram do estudo, o curso de direito apresentou os maiores índices de homofilia entre os alunos, concentrando 40% dos índices de maior homofilia por indivíduo em toda a amostra pesquisada. Homofilia se refere à tendência de mantermos relações com outros que nos são semelhantes. Além disso, neste curso também se encontra a maior discrepância de renda entre cotistas e não cotistas.

Para aprofundar a compreensão destes padrões de interação e suas associações com desempenho e comprometimento institucional é preciso compreender o que pensam os estudantes sobre sua convivência e sobre os impactos desta convivência na sua formação. Um estudo piloto realizado por Ribeiro, Peixoto, Bastos, Amaral e Oliveira (2014) identificou a percepção de estudantes de psicologia da UFBA sobre as cotas na UFBA e o padrão de interação entre cotistas e não cotistas. Foram realizados três grupos focais com 27 estudantes, um com alunos cotistas, outro com não cotistas e um terceiro misto. As percepções assumiram direções distintas a depender da composição dos grupos.

Embora a separação entre os grupos seja percebida nos três grupos focais, o grupo de cotistas relata esta separação como algo que impacta negativamente no seu cotidiano na universidade. Já o grupo de não cotistas e o grupo misto não reconhecem (ou não declaram) como algo que acontece nas suas turmas, relatando sempre exemplos de baixa integração em outras turmas e cursos. O grupo de cotistas e o grupo misto consideram as diferenças de renda e de hábitos como principal motivo do distanciamento entre os grupos. No grupo de

não cotistas, um dos alunos estabelece uma associação entre o sentimento de injustiça diante dos critérios de acesso ao sistema de cotas e a separação entre cotistas e não cotistas. Apesar da discussão ter sido centrada na interação entre os estudantes, nos três grupos exemplificam casos em que professores expressaram uma expectativa negativa em relação aos cotistas e foram inadequados no trato com estes em sala de aula (Ribeiro, Peixoto, Bastos, Amaral & Oliveira, 2014).

Este estudo analisa a percepção de estudantes do quinto semestre do curso de direito sobre o sistema de cota e seus impactos na convivência entre alunos cotistas e não cotistas. Diferencia-se do estudo piloto anteriormente descrito por ter sido realizado com os mesmo alunos mapeados nas redes descritas no capítulo dois da presente tese. Dentre os cursos pesquisados, o curso de direito foi escolhido por apresentar altos índices de separação (homofilia) entre estudantes cotistas e não cotistas. Além disso, não apenas os alunos foram alocados em grupos de acordo com o tipo de ingresso (sistema de cotas ou universal), mas principalmente em função dos índices que cada aluno obteve de homofilia e heterofilia (estudo três). Dar voz aos alunos mapeados nos estudos anteriores é uma estratégia para compreender processos subjacentes aos resultados dos estudos quantitativos anteriormente realizados e descritos nos capítulos dois e três.

4.2. Método

Com o objetivo de descrever as percepções dos alunos sobre a integração entre cotistas e não cotistas na universidade foram realizados três grupos focais com estudantes do quinto semestre do curso de direito. Os grupos foram conduzidos por integrantes da equipe de pesquisa (psicólogos ou estudantes de psicologia) previamente treinados na mediação de grupos focais.

Os estudantes escolhidos para os grupos focais, já haviam participado do estudo de mapeamento de redes realizado por Ribeiro, Bastos e Peixoto (no prelo). O critério de seleção foi o tipo de ingresso (cotas ou sistema universal) e o E-I index (homofilia ou heterofilia). O E-I index é uma medida em Análise de Redes Sociais que varia de -1 a +1, e informa se o ator, na sua rede de interações, tende a manter mais relações entre semelhantes (homofilia, valores negativos) ou diferentes (heterofilia, valores positivos). Esta medida foi gerada no estudo de Ribeiro, Bastos e Peixoto (no prelo) e o banco de dados foi disponibilizado para a seleção dos participantes deste estudo. A partir disso, os grupos focais foram planejados com o seguinte desenho: 1) cotistas com tendência à

homofilia; 2) Não cotistas, também com homofilia e; 3) Cotistas e não cotistas com maiores índices de heterofilia. Os parâmetros de heterofilia foram definidos com base nos quartis de E-I index das redes de amizade e informação das turmas pesquisadas.

Para conseguir a participação dos alunos, utilizamos o horário de uma disciplina, com autorização do professor, e distribuímos os alunos previamente selecionados para cada grupo em salas diferentes. Como o estudo foi realizado dois semestres após o mapeamento, haviam alunos que não haviam participado da pesquisa. Estes alunos foram distribuídos nos grupos "puros" de cotistas ou de não cotistas de acordo com o seu tipo de ingresso. Os alunos não sabiam deste critério de distribuição nos grupos, pois fizemos essa distribuição prévia com a lista de alunos matriculados na disciplina. Ao todo participaram 30 estudantes, assim distribuídos: seis no grupo misto, seis no grupo de cotistas e 18 no grupo de não cotistas.

O objetivo da formação de dois grupos "puros" (apenas de cotistas ou não cotistas) foi gerar espaço para expressão de crenças a favor ou contra as cotas sem uma eventual pressão social implícita exercida por estudantes com classificação de ingresso distinta. Embora seja possível que expressem opiniões divergentes sobre o tema, o fato de estarem entre "iguais" reduz o desconforto da discordância. No caso do grupo misto, sua homogeneidade está em ter contato com o diferente. Neste sentido, compreender suas crenças sobre cotas e sobre a integração dos dois grupos pode auxiliar na construção de estratégias de intervenção na melhoria da coesão entre estudantes cotistas e não cotistas.

A discussão sobre as cotas foi orientada por três pontos centrais: as cotas na UFBA, no curso e na turma. O tema da convivência entre os dois grupos foi aprofundado quando emergiu de forma espontânea na fala dos alunos. Uma vez emergido o tema, foram discutidas possibilidades de causas e sugestões de estratégias de enfrentamento.

Analisamos a trajetória discursiva de cada grupo disparada pelas consignas dos mediadores: as cotas na UFBA, no curso e na turma. Isto permitiu refletir sobre associações entre o perfil de composição dos grupos e a natureza do discurso, em função da vivência peculiar de cada um na universidade. Também possibilitou dar visibilidade a falas menos frequentes, mas significativas para a compreensão da relação entre cotistas e não cotistas. Para aprofundar a comparação dos discursos nos três grupos categorizamos as falas com base na percepção dos estudantes sobre: o sistema de cotas; o padrão de interação entre os grupos; os motivos associados a este padrão de interação; e estratégias para integrar cotistas e não cotistas. Após avaliar o percurso de cada grupo focal, cotistas, não cotistas e grupo misto, foram geradas nuvens de palavras de cada grupo focal, construídas a partir do texto das

transcrições das gravações. As nuvens de palavras demonstram as palavras mais frequentes em cada grupo e complementam a observação dos padrões de semelhança e diferença entre os grupos.

4.3. Resultados e Discussão

A distribuição dos alunos nos grupos focais de acordo com o tipo de ingresso e a tendência de cada um a se relacionar com iguais ou diferentes, influenciou na trajetória da discussão e nos conteúdos enfatizados por cada grupo. Por esta razão, antes de mostrar um panorama mais amplo de categorias, optamos por narrar o percurso de discussão de cada grupo: grupo misto, grupo de não cotistas e grupo de cotistas.

4.3.1. O discurso dos cotistas

O grupo de cotistas, a semelhança do anterior, foi formado em sua maioria por estudantes com maior homofilia, ou seja, com tendência a interagir com outros cotistas. Este grupo inicia argumentando em defesa do sistema de cotas e de sua vigência até que a educação básica atinja a qualidade desejada. Os alunos demonstram incômodo com o discurso do senso comum e dos professores de que o sistema de cotas prejudica a qualidade do curso. Denominam esta visão de preconceituosa, e chamam atenção para a ocorrência de uma crise mais ampla no ensino superior no Brasil. Além disso, avaliam como simplista atribuir aos cotistas a responsabilidade pela queda da qualidade, por desconsiderar a influência de aspectos estruturais, como a ampliação das vagas desacompanhada de ampliação do corpo docente e de melhoria da infraestrutura da universidade.

Após argumentarem contra a ideia de que os cotistas reduzem a qualidade do curso, passam a discutir a questão do desempenho do cotista sob dois enfoques. Primeiro dando exemplo de cotistas com alto desempenho. Segundo, questionando a qualidade do processo de avaliação de desempenho na universidade, centrado exclusivamente na eficácia do aluno nas provas escritas, sem considerar outras esferas da formação, como a prestação de serviços à comunidade. Mesmo com um discurso voltado para minimizar questões sobre diferença de desempenho, os alunos comentam sobre o esforço despendido para redigir provas abertas. Comentam que os demais colegas têm mais leitura prévia e treino em redação. Ao serem convocados a refletir sobre as cotas no curso de direito, o grupo caracteriza o curso como elitizado e muito caro, dando exemplos de alunos que evadiram por não ter tido acesso à assistência estudantil. Neste e em vários outros momentos da discussão, o grupo se detém a

falar sobre o alto custo dos livros, a indisponibilidade destes na biblioteca, e como são imprescindíveis para cumprir as tarefas acadêmicas.

Após falar sobre aspectos financeiros, os cotistas comentam sobre a distância na interação com professores e colegas. No primeiro caso, os cotistas ressaltam como os professores expressam predileção pelos não cotistas e valorizam a filiação destes em sala de aula. Além disso, demarcam que a docência não é sua atividade prioritária, o que, associado aos comentários sobre hábitos e gastos, é analisado pelos cotistas como ostentação. Assinalam que alguns professores com uma história de vida mais difícil são a favor das cotas e não diferenciam o tratamento dado a cotistas ou não cotistas.

> *"... tem professores que... de uma forma bem sutil, bem velada,... direcionam... um cuidado maior pra o não cotista. Ai entrega a nota 'uh, parabéns! Qual o nome do seu pai? Você é filho de doutor não sei quem?'."*
>
> *"tem um colega que é dono de fazenda e o pai dele é advogado, ai* (o professor) *olhou pra ele e disse 'porque, por exemplo, se eu for comprar suas fazendas de café, que eu conheço seu pai, conheço. '".*
>
> *"O que recebe como professor é pra colocar gasolina do carro, só."*
>
> *"Infelizmente os professores aqui ainda não se acostumaram com o novo perfil do estudante da Universidade Federal da Bahia."*

Comentam sobre a formação de grupos fechados de estudantes que já se conheciam por serem egressos da mesma escola particular; sobre a não participação de cotistas no grupo que organiza o trote para os calouros e nas festas.

> *"Você percebe uma separação... os meninos que estudam no... Tem uma galera que está aqui que já se conhecia antes, eles fazem parte de um grupo social que os cotistas não fazem parte. Então fica aquela panelinha, aquela galerinha bonitinha na frente que se conhece."*
>
> *"... nunca fizeram parte desse convívio na faculdade, nunca tiveram espaço pra isso, pessoas que moravam na residência, pessoas que se vestiam de forma simples pessoas que não tinham carro, pessoas que não frequentavam essas festas caras que eles vão, que não fazem parte da relação, são pessoas que não tem como entrar, pode ser que tenha uma exceção."*

Um aluno cotista do turno matutino, egresso do colégio militar, considerou "natural" haver certo distanciamento entre os grupos, por conta dos hábitos distintos. Uma das participantes do grupo focal era aluna do noturno e destacou que o contexto do curso noturno era menos elitista e que não percebia a separação entre cotistas e não cotistas. Na sequência

destas falas, surgiu um momento mais tenso no grupo, quando uma aluna cotista do turno da manhã (com baixa participação no grupo focal até então e única participante negra), desabafou sobre uma situação constrangedora vivida em sala de aula. A aluna utilizou o exemplo como argumento para demonstrar que faz diferença ser cotista negro ou pardo:

> *"... tem uma diferença no tom da pele,... as pessoas te olham meio diferente... se você tenta falar alguma coisa todo mundo observa... Às vezes com um olhar de...'não sei'. ou 'ela ta querendo se aparecer' (...) acabo sofrendo esses tipos de retaliações... um professor do noturno... do nada ele parou a aula..., olhou pra mim e disse...: 'venha cá, você é dessa sala mesmo?', ai eu disse... : 'Sou professor.' 'tem certeza?'... Eu me senti constrangida... O professor tinha que pelo menos entender que se aluno ele faz a noite muitas vezes vem de uma historia muito diferente, entendeu? Corro o dia todo... Quando eu chego à sala de aula, eu não estou com o cabelo bonito, eu não estou arrumada... Eu me senti mal, simplesmente eu abandonei a matéria.'."*

O grupo segue a discussão minimizando a existência de discriminação por raça, ao argumentar como os grupos se distinguem na vestimenta e no acesso a tecnologia, bem como isso se reverte em vantagens na formação para os que têm maior poder aquisitivo. Como estratégias para integrar cotistas e não cotistas sugerem que a universidade promova atividades direcionadas para isso, considerando o aprendizado que pessoas de baixa renda podem prover para futuros operadores do direito.

> *"O cotista traz pra universidade outra visão de mundo. Se não tivesse cotista, tava todo mundo igual, um monte de 'patricinha' e 'mauricinho'. Eu quero ampliar meus horizontes, conhecer pessoas que vieram de vários lugares, poder entender a vida de outra forma. Isso é ótimo pra nossa área porque daqui sai magistrado, mas sai com uma visão da vida, pra ele não ficar só com a cabeça branca, que acaba distorcendo tudo, praticando um monte de injustiça. Eu acho que isso foi muito enriquecedor pra gente. Eles deveriam manter uma forma, a UFBA como instituição, de explorar isso e manter essa riqueza que os cotistas trouxeram".*

Para finalizar o relato do percurso deste grupo, destacamos o exemplo metafórico dado por uma das participantes do grupo para relacionar as diferenças entre os grupos e seus impactos na formação:

> *"... existe distinção, sim, existe. Você não pode pôr duas pessoas pra correr (...) disputar a mesma maratona, uma vai descalça e a outra tá com o tênis melhor que tem pra correr."*

4.3.2. O discurso dos não cotistas

O grupo de não cotistas foi formado predominantemente pelos alunos com tendência à homofilia, ou seja, que se relacionavam predominantemente com não cotistas. Quando deparados com a pergunta inicial sobre o que pensam sobre as cotas na UFBA, passam um período silentes e iniciam apenas após alguma insistência do mediador. O grupo inicia com um discurso favorável às cotas, e os alunos justificam a necessidade destas em função da discrepância entre a qualidade do ensino particular e público. Ao considerar a qualidade das escolas públicas ruim, demonstram preocupação com a evasão dos cotistas, por conta de dificuldades financeiras e nas tarefas da faculdade (principalmente a escrita), bem como em função da falta de acompanhamento por parte dos professores. Um dos participantes coloca como vantagem a diversidade na universidade, fala que não repercute no grupo.

> *"Porque talvez o problema da universidade nem seja esse de ser mais difícil, mas uma dificuldade financeira. Porque tem alguns alunos que eu percebo faltar muito, que chegam atrasados, eu tenho essa sensibilidade de perceber: será que essa pessoa esta passando por algum problema? Tem assistência estudantil aqui na UFBA, mas o movimento estudantil sabe que não é suficiente."*

Na sequência, retomam a discussão sobre o sistema de cotas, defendendo que o sistema priorize os critérios social e racial em detrimento da origem escolar (escolas públicas), bem como exista um prazo delimitado de vigência. Embora defendam o critério racial, discordam entre si sobre os parâmetros, se fenotípicos ou genotípicos, estes últimos dependentes da autodeclaração (considerada questionável pelo grupo).

> *"... muitas pessoas que tem boa condição econômica dizem que são negras e entram com as cotas."*

Avaliam que as cotas raciais não estão sendo efetivas, em função da pouca quantidade de negros presentes no curso de direito. Essa discussão sobre a legitimidade dos critérios de inserção pelo sistema de cotas parece muito motivada pelas percepções de injustiça quanto ao ingresso de alunos do Colégio Militar e dos Institutos Federais. O grupo dedica um tempo a esta discussão, defendendo que estudantes das referidas escolas não deveriam ter direito às cotas.

> *"... a maioria dos cotistas vem do colégio militar e ... a maioria deles conseguiriam sem as cotas. Então assim, as cotas que a gente tem que são para*

incluir aqueles que não são favorecidos, mas acaba que o colégio militar tira a vaga de mais duas pessoas que são favorecidas e tiram a vaga de muitas pessoas que vieram de colégio particular, que os pais fizeram esforço para que os filhos estudassem em colégio particular para que passassem em uma universidade pública."

Ao serem questionados sobre a convivência entre cotistas e não cotistas no curso, de imediato relatam que a separação é nítida. Embora percebam a separação, declaram não identificar quem é cotista e não cotista. A declaração de não saber quem é cotista e quem não é tem relação com o desejo de demarcar que não é uma exclusão pelo 'título' de cotista ou não cotista. Antes, defendem que esta separação está muito vinculada às diferenças no padrão de vida, hábitos e lugares frequentados.

"... eu vivo com pessoas mais próximas da minha realidade, isso não quer dizer que eu to excluindo as outras... daqui pra fora você vai querer sair com uma pessoa que goste de ir pro mesmo lugar que você e isso é normal... e eu acho que isso não tem a ver com discriminação. Porque eu acho que eu convivo com varias pessoas diferentes, mas os meus amigos mais próximos são pessoas mais parecidas comigo e isso é normal."

O grupo passa a debater se esta separação entre os grupos acontece em por conta de comportamentos de discriminação. Não chegam a um consenso, mas chegam a elaborar sobre a dificuldade em reconhecer a discriminação, considerando que esta acontece de forma velada.

Ao aprofundar sobre formas de discriminação vivenciadas pelos cotistas, os estudantes fazem uma análise do quanto a falta de suporte institucional representa uma discriminação e perpetua a desigualdade entre os grupos.

"Nosso curso é voltado pra um público e exclui o outro público. Tem professores preconceituosos. fora isso tem eventos da faculdade que são caros,... Isso são modos de discriminação também."

"... não tem espaço na faculdade., ...a partir do momento que você não se identifica com outras pessoas, que você não é bem vindo à faculdade, a faculdade não te dá suporte pra isso, suporte que eu digo em geral, tudo isso é uma forma de discriminação. Ninguém vai te dizer não diretamente: 'não quero ser seu amigo', mas não tem nenhuma oportunidade pra driblar isso."

O curso é caracterizado pelos alunos como elitista, principalmente no turno diurno. O curso noturno é percebido pelos estudantes como mais plural, no sentido de que os membros de diferentes grupos interagem e cooperam. Esta interação é atribuída ao fato de serem pessoas mais velhas, já trabalharem (os torna menos competitivos) e/ou terem um perfil mais acessível ao contato interpessoal. Ao caracterizar o curso noturno, o grupo retoma a postura crítica em relação aos egressos dos colégios Militar e Federal. Esse tom crítico aparece quando exaltam o fato dos estudantes cotistas do noturno serem de escolas públicas denominadas pelo grupo de "normais".

Quando o mediador traz a discussão do curso para o contexto da turma, novamente os alunos demarcam que a separação não acontece em função das cotas. Nesta convocação para falar da própria turma, os alunos retornam a falar dos professores e passam a atribuir as causas da separação a atitudes de preconceito e comportamento excludentes destes em relação aos cotistas.

> *"Existe discriminação... eu ouvi um professor falando 'ah, quem quiser que fale que é mentira, mas a primeira turma de cotista na universidade que foi há 10 anos, quando os professores saiam da sala todo mundo comentou: que turma feia.'...E ele ainda falou: 'e era uma turma muito feia mesmo'."*

Novamente provocados a falar da relação entre os alunos especificamente, os estudantes declaram existir preconceito, discriminação e grupos que se sentem superiores aos outros nas turmas. No entanto, isto é justificado pelos alunos como algo que reflete padrões de comportamento de toda uma sociedade.

> *"Acho que falar de discriminação assim é muito difícil, porque as coisas são muito veladas né, mas a partir do momento que você identifica que é grupos separados certamente existe algo que esta impedindo a integração."*
>
> *"... aqui, os espaços que a gente tem aqui de discussão..., em geral, aqueles que tem talvez uma condição social menor, ficam acuados, você não vê assim, 'ousados', que falam, que abrem a boca... Em geral, essa questão de separação de grupo, não é só de um estar distante do outro, é de um estar em posição... superior ao outro, ou se sentir assim".*

Por fim, ao serem questionados sobre estratégias para lidar com os problemas apontados, os alunos sugerem formação para os docentes e melhoria dos programas de assistência estudantil.

> *"Precisa urgentemente dar um curso de humanidade para os professores."*

4.3.3. O discurso do grupo misto

O grupo misto, com estudantes cotistas e não cotistas, foi composto por alunos que obtiveram índices mais elevados de heterofilia. São alunos que no cotidiano da universidade se relacionam também com pessoas de fora do seu grupo de origem, tomando como referência o tipo de ingresso na universidade (cotas ou sistema universal).

Ao expressarem suas percepções sobre as cotas os participantes denotam uma posição favorável ao sistema de cotas, destacando a importância de conviver com o diferente na universidade, bem como os ganhos para os cotistas e suas comunidades de origem.

> *"... a gente teve um ganho com as cotas muito grande porque você pode ter contato com mais pessoas de outras realidades, eu acho que isso enriquece bastante."*
>
> *"tem muitas pessoas na família que não tiveram acesso a universidade, e aquela pessoa foi a única e que traz uma história diferente pra família."*

Espontaneamente, começam a refletir sobre o desempenho e a argumentar pelo mérito de superar dificuldades na formação básica. De início há certa negação das diferenças entre cotistas e não cotistas, negação que se desfaz no decorrer da discussão.

> *"...entrou na universidade as barreiras começam a cair, porque é um obstáculo muito grande,... mas aqui dentro... em questão de notas, em questão de relacionamento, ... isso vai acabando, as relações vão se tornando mais fluídas, os alunos conseguem aprender, assimilar e a gente não vê uma diferença tão grande de nota ou de relacionamento entre alunos cotistas e não cotistas."*

Após este primeiro momento de ênfase nos benefícios das cotas, os alunos começam a comparar o cotidiano dos não cotistas e dos cotistas e suas implicações para a formação universitária:

> *"Porque a biblioteca disponibiliza dois ou quatro livros, pra uma turma que tem 80 alunos, fora os alunos do noturno..., livros de 200 reais, a universidade precisa pensar muito mais nisso, não é só jogar o aluno aqui dentro..."*
>
> *"... é óbvio que o desempenho de um cotista geralmente vai ser um pouco menor... a última vez que eu fui ao RU eu fiquei aterrorizada, eu sai daqui 10:40, eu cheguei ao RU 12:30, eu terminei de almoçar 14 horas, eu cheguei em casa quase 15... quem perde 4, 5 horas pra almoçar, vai chegar em casa acabada, você tem os pratos, você tem roupa pra lavar, você tem o chão pra limpar, você tem uma casa pra gerir, que horas você vai descansar e que horas você vai estudar?"*

"Pessoas que têm um rendimento melhor porque têm um ambiente mais propício pra que ela desenvolva, ao contrário de outras que encontram um caminho muito mais árduo pela frente."

A avaliação do sistema de cotas passa a ser mais crítica a partir deste momento no grupo. Surge a discussão da necessidade de ações concomitantes ao sistema de cotas, como a melhoria da educação básica e ações de assistência estudantil mais eficazes. Quando convocados a pensar nas cotas no contexto do curso de direito e na própria turma, os alunos logo tratam da distância na interação dos cotistas e não cotistas:

"A turma... tem os seus grupos formados e é nítido... que os grupos são formados por cotistas e grupos formados por não cotistas, existem as pessoas que transitam entre esses grupos, mas... digamos que a regra geral seja de que os grupos são de cotistas e não cotistas."

Ao discorrerem sobre os motivos que conduzem à distância entre cotistas e não cotistas os alunos consideram uma ampla gama de aspectos interligados: diferenças exacerbadas na renda, associação por semelhança de hábitos, origem escolar semelhante, isolamento da faculdade de direito do restante do campus UFBA, cultura de pouca abertura a relacionamentos na faculdade de direito, práticas docentes e composição das turmas por escore.

"... a gente entra na faculdade, vai embora de manhã, entra numa aula vai embora e não tem mais nada pra viver aqui... existem pessoas que procuram e acham e outras que vivem só aquela aulinha vai embora e acabou, e aí impossibilita ter relação."

A gestão da matrícula nas disciplinas do curso através do escore obtido no semestre anterior acaba por agrupar os alunos com notas mais altas em determinadas turmas, bem como os com notas mais baixas em outras. Após refletirem sobre os impactos dessa associação, o grupo avalia como este arranjo perpetua a desigualdade e configura formações distintas para estudantes do mesmo curso.

"... aí vem o sistema de escore pra segregar ainda mais (risos)*."*

"mas existe uma aproximação maior de quem tem escore maior com quem tem escore maior... e geralmente todo semestre pegar aquele dito professor melhor... aí vai tá lá sempre aquelas mesmas pessoas, porque geralmente escore é algo muito difícil de mudar, um décimo acima... é muito difícil de mudar."

"... as vivências acabam sendo diferentes... Nós lá moramos (refere-se às pessoas com quem divide uma residência)*, uma é escore quase nove, outra é escore é sete e*

meio, outra é escore sete. Isso muda muito a percepção da faculdade, o seu escore muda muito as relações que você vai ter."

"O escore aqui é negócio muito difícil e complicado nas relações."

A postura dos professores em sala é bastante criticada pelos alunos. Primeiro por expressarem que a docência não é sua atividade principal por serem juízes, promotores e procuradores. Por conta disso, ostentam com frequência uma realidade financeira muito distinta da dos cotistas. Depois pelo trato claramente desigual entre estudantes cotistas e não cotistas, privilegiando os não cotistas.

"Você sente o preconceito na pele né? Porque você, pobre, ouvir que sua causa não vai poder ser julgada."

"Tem professor que pergunta você mora onde? No vale das Pedrinhas. Eu estava discutindo usucapião..., ele tava falando justamente do Vale das Pedrinhas: 'você sabe que aquela região do vale das pedrinhas...é invasão...'. Isso constrange, sabe?"

"Os professores... não se prepararam para o sistema de cotas, essa é uma faculdade extremamente classista, faz parte dos operadores do direito valorizar...o bem sucedido."

"Tem professores aqui nessa faculdade que não se tocam de que a posição social do alunado mudou. Tem professor. diz: 'olha, não defenda causa de pobre, você ganha mas não leva', isso choca os cotistas pobres que entram e estão ali ouvindo. Isso é a própria perversão do sistema de cotas, entendeu?"

Enquanto discorrem sobre causas da separação entre cotistas e não cotistas, o grupo propõe estratégias como: formação pedagógica para os docentes; promoção de espaços coletivos que viabilizem contato com alunos de outros semestres; cursar disciplinas de outras unidades da UFBA; ampliar o numero de projetos de pesquisa e extensão que agreguem pessoas de classes diferentes. O grupo finaliza retomando a questão das condições desiguais de formação para os dois grupos, considerando que esta desigualdade irá repercutir no mercado de trabalho.

Após esta narrativa do que foi a trajetória da discussão, segue uma análise comparativa dos discursos dos três grupos.

4.3.4. Análise comparativa dos discursos dos grupos focais

Para visualizar o discurso dos três grupos conjuntamente elaboramos um quadro (Figura 4.1) a partir de categorias orientadas pelos objetivos deste estudo, que consiste em compreender a percepção dos alunos sobre: o sistema de cotas; o padrão de interação entre os grupos; os motivos associados a este padrão de interação; e estratégias para integrar cotistas e não cotistas.

Análise comparativa dos grupos Focais

	Cotistas	Não Cotistas	Misto
Sistema de cotas	Favoráveis; Postura de defesa às cotas; Contra a ideia de que as cotas diminuem a qualidade da universidade.	Favoráveis às cotas raciais e sociais; Contra a inserção dos estudantes dos Colégios Militar e Instituto Federal da Bahia.	Favoráveis; Convivência com o diferente; Oportunidade de acesso a estudantes que não cogitavam esta possibilidade.
Interação	Há separação entre os grupos.	Há separação entre os grupos.	Há separação entre os grupos.
Motivos da baixa interação	Diferença exacerbada de renda; Discriminação por parte dos professores; Mesma origem escolar; Associação por semelhança.	Diferença exacerbada de renda; Discriminação por parte de professores e de não cotistas; Associação por semelhança (hábitos); Falta de suporte institucional.	Diferença exacerbada de renda; Discriminação por parte dos professores; Mesma origem escolar; Matrícula das turmas por escore; Associação por semelhança; Cultura de pouca abertura para estabelecer interação em direito; Isolamento da faculdade de direito do restante do campus.

Estratégias para integração	Formação para os docentes; Promoção de atividades de integração por parte da universidade.	Formação para os docentes; Melhoria dos programas de assistência.	Formação para os docentes; Promoção de espaços coletivos que viabilizem contato com alunos de outros semestres; Incentivar alunos a cursar disciplinas de outras unidades da UFBA; Ampliar o numero de projetos de pesquisa e extensão que agreguem pessoas de classes diferentes.

Figura 4.1: Análise comparativa dos grupos focais de costistas, não cotistas e grupo misto.

Embora algumas percepções coincidam, elas adquirem um sentido peculiar no percurso da discussão de cada grupo. Os três grupos focais posicionam-se como favoráveis ao sistema de cotas. No grupo de cotistas, a argumentação adquire caráter de defesa às cotas, ao considera-las necessárias o acesso à universidade uma grande mudança na vida dos cotistas e de suas famílias, como por rebater críticas referentes ao sistema. Os não cotistas também se declaram favoráveis, mas no decorrer do discurso esse posicionamento apresentam ressalvas, tanto por considerarem injusto o acesso de estudantes dos colégios Militar e Federal, como por questionarem a legitimidade da autodeclaração como critério racial. Já o grupo misto, se posiciona favorável, valorizando a convivência com a diversidade e a oportunidade de acesso ao público alvo.

Diferente da tendência encontrada no estudo piloto, os três grupos reconhecem haver separação entre cotistas e não cotistas em suas turmas. Como pertencem a um curso com alto índice de homofilia (Ribeiro et al. 2014), a separação torna-se evidente também para não cotistas ainda que não se impliquem como corresponsáveis neste processo. Neste sentido, atribuem a separação dos cotistas aos professores e à falta de suporte institucional sem refletirem criticamente sobre o comportamento de clausura do seu grupo. Neste sentido, da não implicação, se aproximam do grupo de não cotistas do estudo piloto, por considerarem a distinção entre os grupos como algo que acontece, mas está distante ou não impacta no seu cotidiano.

Sobre motivos apontados pelos grupos, estes são unânimes em considerar as diferenças de renda, a associação por semelhança (muito relacionada à renda) e a discriminação por parte dos professores como causas para a não integração entre os grupos. Em relação aos professores, os estudantes de direito compararam seus professores com professores de outros cursos (os que cursaram disciplinas em outros cursos), destacando que os dos outros cursos tem uma preocupação em integrar os alunos em sala. Além disso, durante toda a discussão nos três grupos focais, os alunos enfatizaram muito que a distinção entre cotistas e não cotistas era uma característica muito emblemática dos professores do curso de direito. No entanto, no estudo piloto (Ribeiro et al. 2014), alunos de psicologia também fornecem vários exemplos de professores com atitudes e comportamentos desfavoráveis aos cotistas, tanto no curso de psicologia como em outros cursos.

Um aspecto relevante no grupo misto foi avaliar o uso do ranking por escore no processo de matrícula do semestre como promotor de segregação. Foi o único grupo que fez esta análise e, além de avaliarem como a prática dispara a competição entre os alunos, demarcam as consequências ao longo do tempo para a formação (melhores alunos com melhores professores). Os alunos identificaram como práticas institucionais fomentam a competição e promovem desigualdade na formação dos seus próprios alunos. Além disso, enunciam e fornecem uma explicação para a relação entre escore e popularidade encontrada no estudo três da presente tese. No referido estudo os estudantes com maior desempenho eram mais centrais nas redes de amizade e informação.

Ainda sobre o grupo misto, chama atenção a abrangência da natureza dos aspectos percebidos pelo grupo misto, considerando aspectos disposicionais, relacionais e organizacionais na compreensão da distância entre os grupos, bem como na sugestão de estratégias para reduzir esta distância. Os alunos do grupo misto, não apenas transitam entre cotistas e não cotistas do seu curso de origem, mas fazem o movimento de cursar disciplinas em outros cursos. Isto demonstra o quanto o trânsito entre os dois grupos e em diferentes cursos, amplia a compreensão destes sobre a distância entre cotistas e não cotistas, bem como sobre perfis de docência mais favoráveis à inserção dos cotistas. Além de evidenciar um benefício da manutenção de relações com membros de outros grupos, demonstra o potencial destes alunos em contribuir para ampliar os laços intergrupais. Já os grupos de cotistas e não cotistas demonstram pouca ou nenhuma implicação pessoal em direção à integração. Antes, concentram a responsabilidade nos professores e na universidade, como organização.

A comparação das nuvens de palavras de cada grupo (Figuras 4.2, 4.3 e 4.4), associadas às trajetórias discursivas de cada grupo, deixa mais evidente algumas peculiaridades sobre as diferentes vivências dos grupos em relação ao sistema de cotas.

Figura 4.2 - Nuvem de palavras grupo de cotistas

Figura 4.3 - Nuvem de palavras não cotistas

Figura 4.4 - Nuvem de palavras grupo misto

Podemos observar algumas palavras muito frequentes que são comuns a todas as nuvens como professor, cotista, faculdade, universidade e cotas. Assim como palavras que aparecem com mais evidência ou apenas em um dos grupos, como livros, matéria, aula, negro, discriminação, fenótipo, colégio e escore. Mesmo as palavras comuns mais frequentes estão muito mais evidentes em um grupo que em outro. Após identificar quais palavras eram mais evidentes em cada nuvem, elaboramos um gráfico (Figura 4.5) que mostra a porcentagem das palavras mais citadas nos grupos[36]:

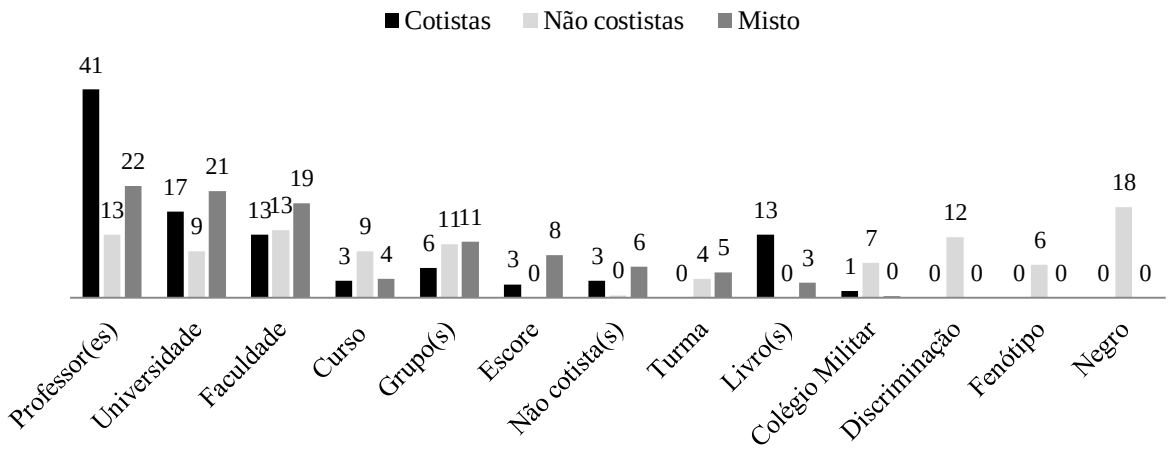

Figura 4.5: Porcentagem das palavras mais citadas em cada grupo

[36] Para calcular a porcentagem, tomamos como referência o somatório deste grupo de palavras mais citadas para cada grupo. A proporção foi feita dentro de cada grupo.

Quando observamos as palavras mais citadas, embora comuns aos grupos, estas podem sinalizar reflexões distintas para cada grupo. A fala sobre o trato desfavorável dos professores com os cotistas é unânime em todos os grupos. O grupo misto e o grupo de cotistas além de dar ênfase à predileção dos professores pelos não cotistas, também mostram constrangimento com a declaração destes de que a docência representa uma renda ínfima e não é prioridade para eles. É possível que para os não cotistas, com renda mais próxima a dos professores, isso não represente incômodo.

O grupo misto cita com maior frequência que os demais as palavras universidade, faculdade, turma, grupo, não cotistas e escore. É possível que isso denote a visão abrangente sobre o sistema de cotas na universidade, percebendo papel das diferentes instâncias no distanciamento entre os grupos. Pode indicar ainda um maior comprometimento institucional deste grupo com a universidade, hipótese que necessita de maior investigação.

A palavra livro(s) aparece no grupo de cotistas com maior frequência e no misto. Embora possa parecer 'banal', isso pode demonstrar que para os não cotistas o acesso a livros não é uma questão problema, assim como talvez não percebam que os cotistas lidam com entraves desta natureza. A situação problema vivenciada pelos não cotistas, fica expressa na ênfase às palavras negro, fenótipo, colégio militar e discriminação. Pensando no contexto da discussão do grupo, a frequência e exclusividade (apenas neste grupo) com que as três primeiras palavras expressam o sentimento de injustiça diante do sistema de cotas como principal questão que mobiliza os não cotistas. A palavra discriminação não aparece nos demais grupos. Eles usam distinção, separação, exclusão ou diferença ao se referir à separação entre os grupos. No caso dos não cotistas esta palavra é inserida por uma intervenção do mediador do grupo e, a partir deste momento, o grupo reage em tom de dilema a esta denominação, evocando-a diversas vezes.

4.4. Conclusões

As discussões dos grupos focais trazem pistas importantes para compreensão do padrão de interação encontrado nas redes mapeadas. Os alunos identificam a separação entre cotistas e não cotistas e enumeram fatores causais desta separação na esfera organizacional e interpessoal.

Na esfera organizacional, boa parte dos professores demarcam a condição de desvantagem e baixo status dos cotistas em sala de aula e não legitimam a condição destes de estudante da UFBA. A gestão da matrícula através dos escores, é uma ação burocrática

institucional que não só amplia a distância na interação entre cotistas e não cotistas, como amplia a diferença na qualidade da formação que cada grupo recebe.

Ao pensar na Universidade como uma organização, e na adoção da política afirmativa de cotas como uma mudança de cultura organizacional, torna-se preciso avaliar os paradigmas desta mudança e o quanto estes foram "assimilados" pelos atores institucionais: professores, gestores, corpo administrativo, alunos e pela própria UFBA. Não se advoga um pensamento consonante sobre a política, mas uma reflexão amadurecida e menos estereotipada dos seus objetivos, consequências e implicações para a universidade e seus alunos. Embora nos relatos sobre a implementação das cotas uma série de medidas além da reserva de vagas fosse mencionada, estas não parecem ter sido efetivadas ou não o foram na amplitude necessária.

Na esfera interpessoal, embora os estudantes tenham indicado as diferenças de renda e hábitos como um dos motivos principais para a distância entre os grupos, uma analise mais cautelosa do discurso dos alunos associada aos resultados do estudo três da presente tese nos faz pensar em mais motivos. O fato dos não cotistas considerarem injusto o ingresso de estudantes do colégio militar os mantém distantes, ainda que estes tenham padrões de vida mais semelhantes, quando comparados aos cotistas vindos das demais escolas públicas. Isto indica que a renda, neste caso, não foi determinante para serem considerados semelhantes. Neste caso, a divisão cotista e não cotista foi predominante, pela importância da discordância quanto às normas de ingresso.

O sentimento de injustiça diante de uma política organizacional, pode minorar o vínculo do não cotista com a universidade. Ele integra uma instituição e considera inadequados ou desiguais os critérios por ela adotados para aceitar novos membros. Esta parece ser uma importante ligação entre o discurso dos não cotistas e o dado de que os cotistas com maior homofilia tem baixo comprometimento institucional.

Embora não tenha sido colocado de forma explícita pelos não cotistas, a questão da raça aparece de forma confusa, oras em defesa de um critério mais racial, oras no questionamento dos critérios que o legitimam (autodeclaração ou fenótipo). Aparece também em dois relatos, um no grupo de não cotistas e outro no grupo de cotistas, que se coadunam. No primeiro, surge o exemplo do professor dizendo que a turma está "feia". No segundo, uma aluna negra relata o questionamento do professor quanto ao seu pertencimento à turma. No decorrer do seu relato, a aluna informa que não pode arrumar o cabelo naquele dia, quase como uma justificativa para seu pertencimento ter sido colocado em dúvida. Estes relatos nos

fazem pensar no papel da variável raça não apenas na separação entre os grupos, mas na hierarquização dos mesmos (bonitos e feios).

A experiência de realizar os grupos focais, tanto no estudo piloto com alunos de psicologia, como neste estudo com estudantes de direito trouxe esclarecimentos sobre a separação entre os grupos. Mostrou principalmente que apesar dos posicionamentos a favor e contra as cotas não se deflagrarem em forma de debate, se expressam na configuração das relações entre eles. A generosidade com que expressaram suas ideias e compartilharam experiência demonstra o potencial da 'simples' abertura de espaço para elaborar sobre o tema. Existe uma abertura ao diálogo, é preciso provocar a emergência deste.

Como agenda para estudos futuros é preciso investigar especificamente a interação dos alunos com os professores citada de forma unânime pelos três grupos como determinante para a inclusão/ exclusão do aluno cotista. Outra análise necessária se faz no âmbito da universidade como organização, para identificar práticas (como o procedimento de matrícula por escore) reificadoras da separação entre os grupos e de suas diferenças na formação (biblioteca deficitária, por exemplo).

Por fim, é preciso investigar a percepção de estudantes de outros cursos e áreas de conhecimento, assim como estudantes pertencentes a contextos menos excludentes (a exemplo do curso de direito noturno) no intuito de conhecer contextos de diversidade com maior integração intergrupal.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A inclusão de grupos minoritários nas universidades públicas objetiva reparar desigualdades historicamente instituídas, permitindo que estes grupos acessem estes espaços e redirecionem sua trajetória. A chamada democratização do acesso ao ensino superior tornou o campus universitário um ambiente de diversidade, no qual convivem grupos de status social muito distintos, principalmente nos cursos de alta concorrência. Quando a diversidade é promovida deliberadamente em um espaço social, é preciso cuidar para que esta diversidade auxilie na obtenção dos resultados almejados e não se reverta em ameaça para os grupos envolvidos.

Este trabalho buscou analisar o processo de integração de cotistas e não cotistas no contexto da universidade. Esta análise foi embasada nas interações que configuram redes sociais informais em diferentes momentos dos cursos em andamento, explorando possíveis relações com a sua formação acadêmica. Nossa pergunta principal foi qual o grau de integração entre cotistas e não cotistas e as influências deste na formação universitária.

Ao analisarmos as interações na rede sob a ótica do tipo de ingresso na universidade, cotistas e não cotistas, encontramos baixa interação social entre estes grupos. O estudo comparativo das redes em cursos de alta e baixa concorrência permitiu percebermos uma associação entre o comportamento de homofilia nas turmas e a alta concorrência. No nível individual, ao avaliar os níveis de centralidade, ficou evidente não apenas que os grupos estão separados, mas que a maioria dos não cotistas encontra-se no centro das redes, e cotistas (boa parte deles), na periferia. Quanto às associações entre posição na rede e desempenho, os alunos mais centrais são os que possuem melhor desempenho acadêmico. No caso do comprometimento, alunos não cotistas com alta homofilia são os menos comprometidos com a universidade.

Pressupostos da psicologia social e da Análise de Redes Sociais permitiram compreender mecanismos psicossociais e estruturais subjacentes ao padrão de interação encontrado nas redes. A análise das falas dos alunos foi integrada a estes referenciais e trouxe grande contribuição à compreensão das associações entre redes sociais e formação acadêmica. Neste sentido ela se constitui como resultado e como sistema interpretativo dos resultados dos estudos anteriores. A Figura 1 faz uma síntese dos principais resultados e os articula com os referenciais teóricos e a percepção dos alunos.

Principais Resultados		Referenciais da Análise de Redes Sociais	Referenciais da Psicologia Social	Percepção dos estudantes de direito
POSIÇÃO DOS GRUPOS E DOS ATORES NAS REDES	Baixa interação entre cotistas e não cotistas	Similaridade é poderosa influência na formação de laços mútuos (Homofilia/ McPherson, Smith-Lovin, & Cook, 2001; Felmlee & Faris, 2013). Subgrupos altamente coesos são estáveis e pouco influenciáveis pelo entorno (Coesão/ Wasserman & Faust, 1994; Freeman 2011; Prell, 2012).	A categorização e a comparação social salientam semelhanças e ampliam as diferenças entre os grupos (Hogg et al, 2004; Ellemers & Haslam, 2012; Gaertner & Dovidio, 2012).	Associação por semelhança (mesma origem escolar, hábitos, renda); Cultura de pouca abertura para estabelecer interação em direito.
	Quanto maior a concorrência do curso maior a separação entre os grupos	Ligação entre homofilia e status social. Dinâmica circunscrita por uma ecologia social hierárquica. (Homofilia/ McPherson, Smith-Lovin, & Cook, 2001).	Ambiente competitivo acirra distância entre os grupos (Teoria da identidade social/ Hogg et all, 2004); O trato interpessoal regido por disputa pelo poder. Empoderamento do outro é percebido como ameaça (Teoria da cooperação competição/ Deutsh, 2012).	Diferença exacerbada de renda; Discriminação por parte dos professores; Alta elitização do curso.
	Não cotistas são mais centrais nas redes.	Recursos são distribuídos diferenciadamente e expressos na posição social e status dos atores (Coesão/ Carpenter, Li, & Jiang, 2012).	As coletividades valorizadas são aquelas congruentes como o modelo cultural dominante. (Lozares, Roldán, Verd, Martí, & Molina, 2011). Mais populares em um ambiente de cultura individualista. Valorização do sucesso financeiro e da independência (Teoria das síndromes culturais/ Triandis & Gelfand, 2012).	Alta elitização do curso; Diferença exacerbada de renda; Discriminação por parte dos professores. Rendimento muda as relações que os estudantes vão ter na faculdade.

COMPROMETIMENTO INSTITUCIONAL	Maior nos cotistas e não cotistas menos centrais.	As interações geram novas realidades sujeitas à apropriação de maneira diferenciada pelos atores. (Carpenter, Li, & Jiang, 2012).	Influência do julgamento dos procedimentos de justiça no senso de pertencimento (Teoria da justiça social/ Tyler, 2012); Construção de uma identidade supra ordenada (Teoria da identidade comum, Gaertner e Dovidio, 2012).	Cotistas: ingresso na universidade como mudança de trajetória de vida Não cotistas de alta homofilia:
	Menor para não cotistas com alta homofilia (alta concorrência).		Influência do julgamento dos procedimentos de justiça no senso de pertencimento (Teoria da justiça social/ Tyler, 2012); Valores individualistas: sucesso é mérito pessoal e resistência a compreender fenômenos no nível do grupo (Teoria das síndromes culturais/ Triandis & Gelfand, 2012).	Sentimento de injustiça diante dos critérios das cotas.
MAIOR COEFICIENTE DE RENDIMENTO	Alunos mais populares	Recursos são distribuídos diferenciadamente e expressos na posição e no status social dos atores (Carpenter, Li, & Jiang, 2012).	Comportamentos de favoritismo com os membros do próprio grupo, expressos em maior generosidade, tolerância e pró-sociabilidade para com eles (Ellemers & Haslam, 2012).	Matrícula das turmas por escore; Alunos de melhor rendimento acadêmico são mais próximos entre si.
	Cotistas com maior heterofilia (alta concorrência).	Laços fracos são abrem espaço para novas influências, difusão de informação e mobilidade. Granovetter (1973)	Construção de uma identidade comum através do bom desempenho (Teoria da identidade comum, Gaertner & Dovidio, 2012).	Matrícula das turmas por escore; Rendimento muda as relações que os estudantes vão ter na faculdade.

Figura 6.1: Síntese dos principais resultados

Os cursos de alta concorrência apresentaram a maior diferença de renda entre cotistas e não cotistas. Além disso, a discrepância em relação à educação também é alta, pois ingressar pelo sistema universal exige alto desempenho por parte dos não cotistas. Nesta

direção, a distância na rede expressa a distância entre as categorias sociais, prejudicando a distribuição equânime do capital social e o estabelecimento de um ambiente cooperativo.

O cenário estudado está imerso em um sistema educacional orientado por valores individualistas, predominantes nas sociedades ocidentais. Neste contexto, valores como meritocracia e competitividade embasam critérios de avaliação das pessoas em relação a si mesmas e aos demais, bem como aquilo que avaliam como justo ou injusto. Assim, as pessoas consideram que o sucesso é uma questão de mérito pessoal e enfatizam direitos individuais. Nesta lógica peculiar, discursos de reparação histórica sustentados por coletivos de movimentos sociais são difíceis de serem aceitos e compreendidos, principalmente por atores que não vivenciaram as perdas reivindicadas.

No caso de estudantes não cotistas de alta concorrência é provável que seu sistema de crenças influencie para que os argumentos de reparação histórica pareçam incongruentes diante da lógica da meritocracia. Isto gera um sentimento de injustiça quanto ao sistema de cotas, que pode estar associado não apenas com o fato dos não cotistas apresentarem maior homofilia, mas também serem menos comprometidos com a instituição. Uma vez que o sistema de cotas é uma política institucional e há um senso de injustiça em relação a esta política, é possível que o seu vínculo com a UFBA seja questionado.

Pensando na inclusão de estudantes cotistas na universidade como um processo de mobilização de fronteiras intergrupais, este processo, ainda em andamento, mobiliza a própria identidade do que é ser estudante da UFBA. Nesse momento, parece que cotistas não têm sido considerados “legítimos” estudantes e que os não cotistas parecem se identificar menos com a universidade. Nesta direção, manejar a construção de uma identidade comum de estudante da UFBA, a despeito das formas de ingresso e das diferenças que os constituem, pode auxiliar no processo de integração entre os grupos.

Os relatos recorrentes sobre a qualidade da interação entre professores e alunos também remetem à questão da natureza identitária do estudante da UFBA. Embora o público alvo da universidade tenha mudado e se diversificado, o discurso dos estudantes revela que parte dos professores mantém as mesmas práticas e demonstram descontentamento com o perfil dos estudantes cotistas. Se pensarmos a figura do professor como representação da universidade como organização, esta postura expressa um cultura de valorização dos não cotistas como modelo esperado de estudante da UFBA. Como constituintes e reprodutores desta cultura suas práticas microcotidianas demonstram esta predileção e demarcam o lugar dos grupos na hierarquia social.

Pensando nos professores como figura de mediação na interação destes grupos, as práticas destes (relatadas pelos alunos) fomentam a competitividade entre os grupos, acirrando a distância entre eles. As estratégias de intervenção nos conflitos intra e intergrupais desenvolvidas pelas teorias da psicologia social expressam a crença das teorias na ação de autoridades legítimas. Os escritos mais recentes de Tinto enfatizam o potencial de práticas de aprendizagem colaborativa em sala de aula para a integração social e acadêmica do aluno. Professores podem ser capazes de construir ambientes cooperativos. Para isso precisam oferecer tratamento equitativo; fortalecer vínculos; criar situações que exigem o compartilhamento de recursos ou enfrentamento conjunto de obstáculos; e recompensar comportamentos cooperativos em sala de aula.

Além do manejo dos professores em sala de aula, os alunos consideram práticas burocráticas institucionais na UFBA como fatores que fomentam uma cultura de competitividade e podem ampliar desigualdades entre os grupos. A classificação dos alunos por escore como critério de prioridade para escolha de disciplinas e turmas tem influência sobre a integração acadêmica e social dos alunos. A prática de hierarquizar os alunos por nota se sustenta diante de outra questão organizacional, estrutural, que é o déficit de professores em relação à quantidade de alunos. Como estratégia para lidar com este déficit, parte das unidades da universidade atribui ao estudante a responsabilidade por conseguir bons professores ou mesmo vagas nas disciplinas exigidas para aquele semestre.

O contingente de alunos com melhor desempenho está concentrado no grupo de não cotistas. Cotistas com melhor desempenho conseguem estabelecer mais laços com não cotistas. É possível que a valorização do alto coeficiente no curso seja uma ponte para a construção de uma identidade comum, a de melhores alunos. De maneira circular, o contato com colegas não cotistas de alto desempenho propicia acesso aos recursos partilhados por estes atores mais centrais.

Uma vez evidenciada a necessidade de ampliar a integração entre cotistas e não cotistas, principalmente nos cursos de alta concorrência, e reconhecidos os benefícios da integração para ambos os grupos, é preciso avançar em estratégias de intervenção nesta direção. Como produto das análises empreendidas nesta tese, estabelecemos recomendações à universidade nos eixos organizacional, pedagógico e assistencial.

Assim como as síndromes culturais circunscrevem e promovem comportamentos competitivos ou cooperativos, os *settings* organizacionais (empresariais ou educacionais) podem fomentar valores destas síndromes no nível micro e influenciar os grupos a adotarem culturas de inclusão da diversidade. As contribuições da psicologia social permitem não

apenas a compreensão dos mecanismos envolvidos na formação dos laços. Fornecem possibilidades de intervenção para fomentar a integração de subgrupos fechados na rede, tornando o acesso ao capital social disponível na rede mais equitativo.

Assim, ao pensar na Universidade como uma organização e na adoção da política afirmativa de cotas como uma mudança de cultura organizacional, torna-se preciso avaliar os paradigmas desta mudança e o quanto estes foram "assimilados" pelos atores institucionais: professores, gestores, corpo administrativo, alunos e pela própria UFBA. Não se advoga um pensamento consonante e/ou acrítico sobre a política. Mas a promoção de espaços de reflexão sobre o sistema de cotas, que permita a construção de percepções menos estereotipadas dos seus objetivos, consequências e implicações para a universidade e seus alunos. Em direção a uma cultura de valorização da diversidade, é preciso identificar e reduzir práticas institucionais que perpetuam a diferença entre os grupos, ao invés de conduzi-los a um status comum, o de estudante da UFBA.

No eixo pedagógico a figura do professor ganha destaque em seu genuíno papel de educador em que fatores como expectativa positiva ou negativa sobre o aluno e o manejo da turma como grupo têm influencia sobre o aprendizado. A promoção mediada do debate sobre cotas, a mediação em sala na ampliação da integração entre os dois grupos (por exemplo incentivo à formação de grupos mistos na realização de trabalhos), o feedback contínuo das necessidades de melhoria dos alunos são exemplos de atitudes pedagógicas favoráveis à inclusão do aluno cotista. Antes de pensar em exemplos operacionais, o professor precisa entrar em contato com suas próprias imagens sobre a política afirmativa e cotas, como estas imagens se expressam na sua prática em sala de aula e avaliar o quanto elas favorecem a formação de todos os seus alunos.

No plano assistencial, embora os programas de assistência existam, a oferta parece ainda não abranger o contingente necessário. Torna-se preciso dimensionar a proporção de estudantes assistidos em relação à demanda e concentrar recursos para diminuir este hiato.

Contribuições do estudo e agenda de pesquisa

Este estudo inaugura o uso de análise de redes sociais como estratégia de avaliação da integração social de estudantes universitários no contexto brasileiro. Os estudos sobre integração social no Brasil têm fornecido resultados importantes ao comparar aspectos da vivência acadêmica de cotistas e não cotistas. No entanto, dados da vivência acadêmica relativos à integração social são identificados com base em itens de autorrelato. Itens de

autorrelato apresentam limitações como representarem o juízo avaliativo da experiência pessoal, sofrerem a influência da desejabilidade social e das distorções interpretativas. Embora o relato das próprias conexões também resulte das percepções individuais dos participantes, a integração destas percepções de laços nas redes fornece uma visão mais próxima do que são as relações no cotidiano. Diante dos resultados encontrados e das reflexões por eles instigadas, delineia-se uma agenda de pesquisa futura.

Do ponto de vista epistemológico foi possível refletir sobre a complexidade do campo de estudos em Análise de Redes Sociais, demarcando pontos de fragmentação e sobreposição de esforços teórico-metodológicos. Nesta direção, ressaltamos contribuições de teorias de relações intergrupais para compreensão de mecanismos de formação de laços e conexões entre diferentes grupos em Análise de Redes Sociais. Diante do volume de teorias que integram tanto a ARS como a Psicologia Social, é preciso dar continuidade a este trabalho de articulação teórico conceitual para dirimir sobreposições e fortalecer a compreensão sobre os fenômenos sociais.

Como noção central na compreensão da formação e manutenção de laços em ARS, a homofilia foi um conceito bastante abordado neste trabalho e a medida de E-I index foi central para as análises das relações entre cotistas e não cotistas. Embora tenha alta qualidade heurística, consideramos a homofilia uma noção difusa por não haver consenso quanto a questões como: fronteiras do que se considera como semelhança; nível de análise deste construto (individual, díade ou grupo); a origem da semelhança, se a associação se estabelece em função da semelhanças ou se no tornamos semelhantes por conta da convivência. Tais questões precisam ser dirimidas por estudos capazes de distinguir a influência da homofilia (ou do que se considera como homofilia), de aspectos como a topologia da rede e de outros mecanismos de formação de laço.

Quanto à natureza das redes mapeadas, buscamos avaliar não apenas laços existentes, mas também laços desejados e indesejados. Os primeiros se situam na esfera do comportamento, e os últimos no campo da predisposição ao comportamento. O mapeamento de quatro tipos de laços pode ser aprofundado em estudos futuros, através de análises sobre laços múltiplos, considerando as díades que compartilham mais de um tipo de laço e os efeitos disso no aumento da homofilia. Pensando na influência da posição na rede para a formação, estudos futuros podem buscar testar modelos preditivos, com o objetivo de explicitar direções entre as variáveis estudadas, mais do que associações. Como contribuição

aos estudos no campo da evasão, sugerimos avaliar a influência da posição na rede na decisão de abandonar o curso.

Do ponto de vista da avaliação da integração social, é preciso expandi-la para as redes de interação com professores e funcionários da universidade. Em adição, é preciso investigar a percepção de atores como estudantes de outros cursos e áreas de conhecimento e estudantes pertencentes a contextos menos excludentes, no intuito de conhecer contextos de diversidade com maior integração intergrupal. Emerge ainda, a necessidade de analisar o discurso dos professores sobre suas experiências e avaliações em relação ao sistema de cotas e à convivência entre cotistas e não cotistas. No âmbito pedagógico, torna-se importante desenvolver pesquisas para avaliar o efeito de práticas de aprendizagem colaborativa na integração social e acadêmica de cotistas e não cotistas.

REFERÊNCIAS E ANEXOS

I. Referências Bibliográficas

Aiello, L. M., Barrat, A., Schifanella, R., Cattuto, C., Markines, B., & Menczer, F. (2012). Friendship prediction and homophily in social media. *ACM Transactions on the Web* (TWEB), 6 (2), 1-33.

Akyol, Z., & Garrison, D. R. (2011). Understanding cognitive presence in an online and blended community of inquiry: Assessing outcomes and processes for deep approaches to learning. *British Journal of Educational Technology*,42(2), 233-250.

Almeida, L.; Soares, A. P. & Ferreira, J. (2002). Questionário da Vivência Académica (QVA-r). Avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. *Avaliação Psicológica*, 2, pp. 81-93.

Almeida, L. S., & Soares, A. P. (2004). Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In E. Mercury & S. A. J. Polydoro (Orgs.), *Estudante universitário: características e experiências de formação* (pp.15-40). Taubaté: Cabral Editora.

Bacharach, S. B., Bamberger, P. A., & Vashdi, D. (2005). Diversity and Homophily at Work: Supportive Relations Among White and African-American Peers. *Academy of Management Journal*, 48 (4), 619-644

Baldwin, T. T., Bedell, M. D., & Johnson, J. L. (1997). The social fabric of a team-based MBA program: Network effects on student satisfaction and performance. Academy *of management journal*, 40(6), 1369-1397.

Banks, J. A., Cookson, P., Gay, G., Hawley, W. D., Irvine, J. J., Nieto, S. & Stephan, W. G. (2001). Diversity within unity: Essential principles for teaching and learning in a multicultural society. The Phi Delta Kappan, 83(3), 196-203.

Berger, J. B., & Braxton, J. M. (1998). Revising Tinto's interactionalist theory of student departure through theory elaboration: Examining the role of organizational attributes in the persistence process. *Research in Higher education*, 39(2), 103-119.

Bisgin, H., Agarwal, N., & Xu, X. (2010). Investigating Homophily in Online Social Networks. *Web Intelligence and Intelligent Agent Technology*, 1, 533-536.

Bonacich, P. (2007). Some unique properties of eigenvector centrality. *Social Networks*, 29(4), 555-564.

Borgatti, S. P., & Everett, M. G. (2006). A graph-theoretic perspective on centrality. *Social networks*, 28(4), 466-484.

Borgatti, S. P., & Foster, P. C. (2003). The network paradigm in organizational research: A review and typology. Journal of management,29(6), 991-1013.

Borgatti, S. P. & e Kidwell, V.L.(2011). Network Theory. Carrington, P. J., & Scott, J. (2011). *The sage handbook of social network analysis.* Los Angeles: SAGE. p.40-51.

Borgatti (2015) http://www.steveborgatti.com/

Borgatti, S. P., Everett, M. G., Freeman, L. C. (2002). UCINET for Windows: Software for Social Network Analysis (versão 6.557). Harvard, MA: Analytic Technologies.

Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In I. Szeman and T. Kaposy (Orgs.). Cultural theory: An anthology. Wiley-Blackwell.

Bott, H. (1928). Observation of play activities in a nursery school. Genetic Psychology Monographs, 4(1), 44-88.

Brasil Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012. Novo Código Civil Brasileiro. Legislação Federal. Sítio eletrônico internet - planalto. gov.br. Recuperado em 08 de abril, 2015, de http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-1/decretos-leis#content

Burt, R. (1992). Stuctural holes: the social structure of competition. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Burt, R. S. (2005). *Brokerage and closure: An introduction to social capital*. New York: Oxford University Press.

Camino, L., Tavares, T. L., Torres, A. R. R., Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2014). Repertórios discursivos de estudantes universitários sobre cotas raciais nas universidades públicas brasileiras. *Psicologia & Sociedade*, 26(spe), 117-128.

Carpenter, M.A., Li, M., & Jiang, H. (2012). Social Network research in organizational contexts: a systematic review of methodological issues and choices. *Journal of management*, 38 (4), 1328- 1361.

Carrington, P. J., & Scott, J. (2011). *The sage handbook of social network analysis.* Los Angeles: SAGE

Cartwright, D., & Harary, F. (1956). Structural balance: a generalization of Heider's theory. *The Psychological Review*, 63 (5), 277-293

Castells, M. (2006). *A sociedade em rede.* São Paulo: Paz e Terra. 8ª ed.

Castilla, E. J. (2011). Bringing Managers Back In: Managerial Influences on Workplace Inequality. *American Sociological Review*, 76 (5), 667-694.

Cho, H., Gay, G., Davidson, B., & Ingraffea, A. (2007). Social networks, communication styles, and learning performance in a CSCL community.*Computers & Education*, 49(2), 309-329.

Consepe, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (2004). Altera a Resolução 01/2002 do CONSEPE. Estabelece reserva de vagas na seleção para os cursos de graduação da UFBA realizada através do Vestibular. Resolução n. 01/04, de 26 de julho de 2004. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001.2004.pdf

Cremer, D., & Tyler, T. R. (2005). Managing group behavior: the interplay between procedural justice, sense of self, and cooperation. *Advances in Experimental Social Psychology*, 37, 151-218. Recuperado em 1 setembro, 2015, de http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0065260105370031

Cunha, E. M. P. (2006). Sistema universal e sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília: um estudo de desempenho. 2006, 98f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, D.F., Brasil.

De Castilho Braz, D.D. (2014). Uma metodologia para a predição de afinidades e formação de grupos de trabalho a partir de redes sociais. Dissertação (Mestrado em Ciências da Computação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Degenne, A., & Forsé, Michel (2004). *Introducing social networks*. London: Sage Publications.

Deutsch, M. (2012). A theory of cooperation competition & beyond. In P. M. Van Lange; A. W. Kruglanski, & E. T. Higgins (Eds). *Handbook of theories of social psychology*. London, UK: Sage Publications.

Ellemers, N., & Haslam, S.A. (2012) Social identity theory. In P. M. Van Lange; A. W. Kruglanski, & E. T. Higgins (Eds). *Handbook of theories of social psychology*, (pp. 379-398), London: Sage Publications.

Felmlee, D., & Faris, R. (2013). Interaction in social networks. In: J. DeLamater & A. Ward (eds). Handbooks of Sociology and Social Research*: Handbook of Sociology Psychology.* 2nd. Springer. P.

Ferreira, M. (2009). Determinantes do rendimento académico no ensino superior. *Revista internacional dhumanitats*, 15, 55-60.

Ferreira, M. C. (2010). A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (especial), pp. 51-64.

Festinger, L. (1949) The Analysis of sociograms using matrizx algebra. *Human Relations II*, pp. 135-158.

Field, A. (2009). *Descobrindo a estatística usando SPSS*. Porto Alegre: Artmed.

Foroni, Y. M. D. F. (2004) Cotas para negros na universidade: um compromisso educativo de promoção de igualdade racial e social. *Pucviva*, 21, 41-47.

Forsyth, E., & Katz, L. (1946). A matrix approach to the analysis of sociometric data: preliminary report. *Sociometry*, 9(4), 340-347.

Fraga, E. (21 de maio de 2013) Rendimento de cotistas em universidades caiu com o passar do tempo. Folha de São Paulo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/04/1270000-rendimento-de-cotistas-em-universidades-caiu-com-o-passar-do-tempo.shtml

Freeman, L. C. (1979). Centrality in social networks conceptual clarification. *Social networks*, 1(3), 215-239.

Freeman, L.C. (2004). *The Development of Social Network Analysis: A Study in the Sociology of Science*, BookSurge Publishing, 2004.

Freeman, L. C. (2011). The development of social network analysis–with an emphasis on recent events. In: Scott, J. & Carrington, P.J. (Eds.). *The sage handbook of social network analysis*. p. 26-54. Los Angeles: Sage Publications.

Friedkin, N. E. 1998. *A Structural Theory of Social Influence*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Gaertner, S. L., & Dovidio, J. (2012). The common ingroup identity model. In: Van Lange, P. M.; Kruglanski, A. W. & Higgins, E. T. (Eds). *Handbook of theories of social psychology* (Vol 2, pp. 439-457). Thousand Oaks, CA: Sage

Ganzert, C.C (2012) Desenvolvimento sistêmico, equidade e interdependência: a busca por um modelo conceitual de gestão do equilíbrio das relações entre agentes econômicos regionais. Tese de Doutorado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Gašević, D., Zouaq, A., & Janzen, R. (2013). “Choose Your Classmates, Your GPA Is at Stake!”: The Association of Cross-Class Social Ties and Academic Performance. *American Behavioral Scientist*, 0002764213479362.

Gonçalves, L.A.O. & Silva, P. B. G. (2003). Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas. *Educação e Pesquisa*, 29(1), 109-123.

Granovetter, M. S. (1973). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, 78 (6), 1360-1380. Recuperado em 1 de setembro, 2015, de http://www.jstor.org/stable/2776392

Guillaume, Y. R., Dawson, J. F., Woods, S. A., Sacramento, C. A., & West, M. A. (2013). Getting diversity at work to work: What we know and what we still don't know. *Journal of occupational and organizational psychology*, 86(2), 123-141. Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/joop.2013.86.issue-2/issuetoc

Guimarães, A.S., Costa, L. e Almeida Filho, N. (2001). Inclusão social nas universidades brasileiras: o caso da UFBA. In: *As cores da desigualdade.* 1 ed. Belo Horizonte : Fino Traço. p.19-41.

Guimarães, A. S. A., da Costa, L. C., Almeida Filho, N., & Newman, K. (2010, March). Social inclusion in Brazilian universities: The case of UFBA. In: International Seminar on Metropolis and Inequalities 24th to 26th, Centro de Estudos da Metrópole/CEBRAP, São Paulo.

Hage, P., & Harary, F. (1995). Eccentricity and centrality in networks. *Social networks*, 17(1), 57-63.

Hanneman, R. A., & Riddle, M. (2005). *Introduction to social network methods*. Riverside, CA: University of California.

Harary, F. e Norman, R.Z. (1953) *Graph theory as a mathematical model in social science*. Ann Arbor, Mich.: Institute for Social Research.

Haythornthwaite, C., Kazmer, M. M., Robins, J., & Shoemaker, S. (2000). Community development among distance learners: Temporal and technological dimensions. *Journal of Computer Mediated Communication*, 6(1), 0-0.

Hogg, M. A. (2012). Intergroup Relations. In: J. DeLamater, & A. Ward (eds). Handbooks of Sociology and Social Research: Handbook of Sociology Psychology. 2nd. Springer

Hogg, M. A., & Abrams, D. (2005). Intergroup behavior and Social Identity. In: M. A. HOGG & J. COOPER (2.ed). *The sage handbook of Social Psychology*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Hogg, M. A., Abrams, D., Otten, S., & Hinkle, S. (2004). The social identity perspective: intergroup relations, self conception, and small groups. *Small Group Research*, 35(3), 246-276.

Homans, G. C. (1951). *The Human Group*. London: Routledge and Kegan Paul.

Hommes, J, Rienties, B., De Grave, W., Bos, G., Schuwirth, L., & Scherpbier, A. (2012). Visualising the invisible: a network approach to reveal the informal social side of student learning. *Advances in Health Sciences Education*, 17(5), 743-757.

Huang, Y., Shen, C., & Contractor, N. S. (2013). Distance matters: Exploring proximity and homophily in virtual world networks. *Decision Support Systems*, 55(4), 969-977. . Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167923613000158

Kadushin, C. (2012). The psychological foundations of social networks. Kadushin, C. *Understanding Social Networks: Theories, Concepts, and Findings*. Oxford University Press

Kandel, D. B. (1966). Status homophily, social context, and participation in psychotherapy. *American Journal of Sociology*, 71(6), 640-650. Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://www.jstor.org/stable/2774684?seq=1#page_scan_tab_contents

Kandel, D. B. (1978). Homophily, Selection, and Socialization in Adolescent Friendships. *American Journal of Sociology*, 84(2), 427-436. Recuperado em 18 de novembro, 2015, de http://www.jstor.org/stable/2777857?seq=1#page_scan_tab_contents

Kelly, J. R., McCarty, M. K., & Iannone, N. E. (2013). Interaction in small groups. In J. Delamater and A. Ward (Eds.), *The Handbook of Social Psychology* (2nd edition, pp. 413-438). NY: Plenum Publishers

Krackhardt, D., & Stern, R. N. (1988). Informal networks and organizational crises: An experimental simulation. *Social psychology quarterly*, 51(2), 123-140. Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://www.jstor.org/stable/2786835?seq=1#page_scan_tab_contents

Kohlsdorf, M., & Costa Júnior, Á. L. (2009). O autorrelato na pesquisa em psicologia da saúde: desafios metodológicos. *Psicologia Argumento*. 27(57):131-139, abr.

Lazarsfeld, P. F., & Merton, R. K. (1954). Friendship as a social process: A substantive and methodological analysis. In: Berger, M., Abel,T. & Page, C. (orgs) *Freedom and control in modern societ.* New York: Octagon Books.

Lee, R. P., Ruan, D., & Lai, G. (2005). Social structure and support networks in Beijing and Hong Kong. Social Networks, 27(3), 249-274.

Lewin, K. (1936) *Principles of Topological Psychology*. New York:McGraw Hill.

Lozares. C., Roldán, P. L., Verd, J. M., Martí, J., & Molina, J.L. (2011). Cohesión, Vinculación e Integración sociales en el marco del Capital Social. Redes -Revista hispana para el análisis

Luce, R.D. & Perry, A.D. (1949). A method of matriz analysis of group structure. *Psychometrika, XIV*, pp. 94-116.

Macambira, M. O. (2014) Redes sociais e o vínculo com a organização: como a estrutura das relações explica o comprometimento, entrincheiramento e o consentimento. Tese de doutorado em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Marenco, D. Rendimento de cotistas em universidades caiu com o passar do tempo. Folha de São Paulo. 28 de abr de 2013. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/04/1270000-rendimento-de-cotistas-em-universidades-caiu-com-o-passar-do-tempo.shtml

Marin, A., & Wellman, B. (2011). Social network analysis: an introduction. In: Scott, J. & Carrington, P.J. (Eds.). *The sage handbook of social network analysis*. Los Angeles: Sage Publications.

Marques, E., & Bichir, R. (2011). Redes de apoio social no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Novos Estudos* - CEBRAP, (90), 65-83.

Marsden, P. V. (2011). Survey methods for network Data. In: J. Scott & P. J. Carrington (Eds.). *The SAGE handbook of social network analysis*. (pp. 370-388). London: Sage Publications.

Martins, P.H. (2004). As redes sociais, o sistema da dádiva e o paradoxo sociológico. In:. Martins, P.H &. Fontes, B.A.S.M (Eds.), *Redes Sociais e Saúde: Novas possibilidades Teóricas* (pp. 21-48). Recife: Universitária UFPE.

Mayer, A., & Puller, S. L. (2008). The old boy (and girl) network: Social network formation on university campuses. *Journal of public economics*, 92(1), 329-347.

McPherson, J. M., & Smith-Lovin, L. (1987). Homophily in voluntary organizations: Status distance and the composition of face-to-face groups. *American sociological review*, 52 (3), 370-379. Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://www.jstor.org/stable/2095356?seq=1#page_scan_tab_contents.

McPherson, M., Smith-Lovin, L., & Cook, J. M. (2001). Birds of a feather: homophily in social networks. *Annual Review of Sociology*, 27, 415-444. Recuperado em 11 de setembro, 2015, de http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.27.1.415

Mead, G. H. (1934). *Mind, self and society* (Vol. 111). University of Chicago Press.: Chicago.

Melo, C., Dantas, G., Fernandez, Z., Pereira, M., & Chaves, A. (2014). Representações sociais de estudantes da UFBA sobre as cotas universitárias. *Psicologia e Saber Social*, 3(1), 5-69.

Mendes Junior, A. A. F. (2013). Três ensaios sobre ações afirmativas no ensino superior brasileiro: Acesso, progressão e simulações de diferentes políticas de cotas para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil.

Menin, M. S. D. S., de Morais Shimizu, A., da Silva, D. J., Cioldi, F. L., & Buschini, F. (2008). Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: confronto de valores. *Educação e pesquisa*, 34(2), 255-272.

Miller, D. L. (1973). G. H. Mead. Self, language, and the world. Austin: Texas.

Moreno, J. L. (1953). *Who shall survive? Foundations of sociometry, group psychotherapy and sociodrama* (2nd ed.). Beacon, NY: Beacon House. (Revised and expanded version of 1934 1st ed.)

Moreno, J. L., & Jenning, H. H. (1938) Statistics of social configurations. *Sociometry,* 1 (3-4), 342-374.

Oliveira, C.F. (2012). As Redes de colaboração dos Pesquisadores da Pós-graduação de Psicologia Organizacional e do Trabalho (PO&T) no Brasil. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Peixoto, A.L.A., Ribeiro, E.M.B.A., Bastos, A.V.B., & Ramalho, M.C. (2013). Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. III Colóquio de Gestión Universitaria en Américas. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114822

Peixoto, A. L. A.; Ribeiro, E. M. B. A.; Brito, F. S. (2015). A Diversidade nos Grupos sob o Enfoque da Análise de Redes Sociais. In: Antonio Virgilio Bittencourt Bastos; Elisabete Loiola; Helder Pontes Regis. (Org.). *Análise de Redes Sociais no Contexto Organizacional*. 1ed. Salvador: EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia, pp. 505-520.

Piotto, D. C. (2010). Universitários de camadas populares em cursos de alta seletividade: aspectos subjetivos. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 229-242.

Portes, A., & Vickstrom, E. (2011). Diversity, social capital and cohesion. *Annual review of sociology*. 37, 461-479. Recuperado em 11 de setembro, 2015, de http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-081309-150022

Prell, C. (2012). *Social network analysis: history, theory and methodology*. London: Sage Publications.

Putnam, R.D (2000). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.

Queiroz, D. M.; Santos, J.T. Ações Afirmativas para Negros no Ensino Superior e Desempenho de Estudantes. In: Costa, L. F.; Messeder, M. L. (org.). *Educação, Multiculturalismo e Diversidade.* Salvador: EDUFBA, 2010.

Ribeiro, E. M. B. A., Bastos, A. V. B., Peixoto, A. L. A., Miranda, J. G. V., Cruz, F. V., Amaral. L. L. L., Oliveira, L. M. G., Arruda, M., & Souza, V. A. S. (2014). Análise de redes sociais e processos de integração grupal: avaliando os impactos da política afirmativa de cotas em uma universidade pública (Relatório de Pesquisa/2014). Salvador: PROUFBA. Disponível em: http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15630

Ribeiro, E. M. B.A. ; Peixoto, A.L.A. ; Bastos, A.V. B. ; Amaral, L. L. L. ; Oliveira, L. M. G. (2014). A convivência entre estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Federal da Bahia. In: XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 2014, Florianópolis. XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária.

Rostila, M. (2010). Birds of a feather flock together – and fall ill? Migrant homophily and health in Sweden. *Sociology of Health & Illness*, 32 (3), 382–399. Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9566.2009.01196.x/full

Rossoni, L., Júnior, I. F., & Hocayen-da-Silva, A. J. (2009). Administração de Ciência e Tecnologia: A Produção Científica Brasileira entre 2000 e 2005. *Revista de Administração da Unimep-Unimep*, 7(3), 1-23.

Rossoni, L. e Graeml, A. (2009) A Influência da Imersão Institucional e Regional na Cooperação entre Pesquisadores no Brasil. REDES - *Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 6, (n.d). Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://revista-redes.rediris.es

Santos, P.V.S. (2013). Adaptação à universidade dos estudantes cotistas e não cotistas: relação entre vivência acadêmica e intenção de evasão. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Ba, Brasil. Disponível em: http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/14513

Santos, J. T. D. & Queiroz, D. M. (2013). O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In: Santos, Jocélio Teles dos (org.) (2013). O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA. p.37-65.

Santos, J. T. & Queiroz, D.M. (2005) As cotas na UFBa: Relatório Final. Disponível em: http://200.18.45.28/sites/afirme/docs/Artigos/es05.pdf

Santos, Luis Gabriel Abravanel dos, Rossoni, Luciano, & Machado-da-Silva, Clóvis Luiz. (2011). Condicionantes estruturais dos relacionamentos intraorganizacionais: uma análise da influência sobre relações de comunicação e decisão. RAM. *Revista de Administração Mackenzie*, 12(1), 139-168.

Schofield, J. W., Hausmann, L. R. M., YE, F., & Woods, R. L. (2010). Intergoup friendship on campus: predicting close and casual friendships between White and African American first-year college students. *Group processes & intergroup relations*. 13(5), 585-602.

Shrum, W., Cheek, N. H. & Hunter, S. M. (1988). Friendship in School: Gender and Racial. *Sociology of Education*, 61 (4), 227-239.

Skitka, L. J., & Wisneski, D. (2012). Justice theory and research: A social functionalist perspective. In J. Suls & H. Tennen (Eds.). *The Handbook of Psychology 2nd Ed* (pp. 420 – 428). Hoboken, NJ: Wiley

Scott, John. 2000. *Social network analysis*. A handbook, 2nd ed. London: Sage

Soares, N. (21 de outubro de 2011) Sistema é recente nas universidades brasileiras, mas já dá ótimos resultados, contrariando aqueles que ainda se opõem a esse tipo de ação afirmativa. *Revista forum semanal*. Disponivel em: http://revistaforum.com.br/digital/56/a-realidade-das-cotas/

Soares, R. B. (2008). Pobreza, segregação e redes sociais: um estudo sobre o impacto da remoção dos moradores da favela Guinle, Guarulhos/SP. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, SP, Brasil.

Sousa, H., Bardagi, M.P., & Nunes, C. H. S. S. (2013). Autoeficácia na formação superior e vivências de universitários cotistas e não cotistas. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 253-261.

Sowell, T. (2004). Affirmative action around the world: an empirical study. New Haven: Yale University Press.

Spady, W. G. (1970). Dropouts from higher education: An interdisciplinary review and synthesis. *Interchange*, 1(1), 64-85.

Stouffer, S. A. (1953). Measurement in Sociology. *American Sociological Review*, 18(6), 591-597. Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://www.jstor.org/stable/2088111?seq=1#page_scan_tab_contents

Schwarz, N. (1999). Self-Reports. How the questions shape the answers. *American Psychologist*, 54, 93–105.

Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. *The social psychology of intergroup relations*, 33(47), 74.

Tavarnaro, V. G. (2009). Representações de justiça dos alunos do quinto ano do curso de direito da UEPG a partir da análise do sistema de cotas raciais. Dissertação de Mestrado em educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, PR, Brasil. Disponível em: http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=412

Thomas, S. L. (2000). Ties that bind: A social network approach to understanding student integration and persistence. *Journal of Higher Education*, 75(5) 591-615.

Titzmann, P. F. (2014). Immigrant adolescents' adaptation to a new context: Ethnic friendship homophily and its predictors. *Child Development Perspectives*, 8(2), 107-112. Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/cdep.12072/full

Titzmann, P. F., Silbereisen, R. K. & Schmitt-Rodermund, E. (2007). Friendship homophily among diaspora migrant adolescents in Germany and Israel. *European Psychologist*, 12 (3), 181-195. Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://econtent.hogrefe.com/doi/abs/10.1027/1016-9040.12.3.181

Tinto, V. (1975). Dropout from higher education: A theoretical synthesis of recent research. *Review of educational research*, 45(1), 89-125.

Tinto, V. (1997). Classrooms as communities: Exploring the educational character of student persistence. *Journal of higher education*, 68(6) 599-624.

Tinto, V. (2006). Research and practice of student retention: what next?.*Journal of College Student Retention: Research, Theory & Practice*, 8(1), 1-19.

Torres, A. R. R, & Camino, L. (2011). Grupo social, relações intergrupais e identidade social. In: L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia Social: Temas e Teorias* (pp. 215-239). Brasília: Technopolitik.

Triandis, H. C. & Gelfand, M. J. (2012). A Theory of individualism and colletivism. In: Van Lange, P. M.; A. W. Kruglanski, & E. T. Higgins (Eds). *Handbook of theories of social psychology* (Vol. 2, pp. 498-517). London: Sage Publications.

Tyler, T.R. (2012). Justice theory. In Van Lange, P. M.; A. W. Kruglanski, & E. T. Higgins (Eds). *Handbook of theories of social psychology* (Vol 2, pp. 344-361). London: Sage Publications.

Valentim, D. F. D. (2012). Ex-alunos negros cotistas da UERJ: os desacreditados e o sucesso acadêmico. Rio de Janeiro, 234p. Tese de doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Van Lange, P. M.; Kruglanski, A. W. & Higgins, E. T. (Eds) (2012). Handbook of theories of social psychology (Vol 2, pp. 439-457). Thousand Oaks, CA: Sage.

Tinto, V. (1994). Building learning communities for new college students: A summary of research findings of the Collaborative Learning Project. Pennsylvania State University, National Center on Postsecondary Teaching, Learning, and Assessment.

Warner, W. L. (1963). Yankee city. Yale University Press.

Warner, W. L. & Lunt, P. S. (1941).*The Social Life of a Modern Community.* New Haven, CT: Yale University Press.

Warner, W. L. & Lunt, P. S. (1942). *The Status System of a Modern Community.* New Haven, CT: Yale University Press.

Wasserman, S., & Faust, K. (1994). Social *Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wheller, L. (2008). Kurt Lewin. *Social and Personality Psychology Compass*, 2 (1), 1638-1650.

Wimmer, A. (2008). The making and unmaking of ethnic boundaries: A multilevel process theory. *American journal of sociology*, 113(4), 970-1022. Recuperado em 18 de setembro, 2015, de http://www.jstor.org/stable/10.1086/522803

Wimmer, A., & Lewis, K. (2011). Beyond and below racial homophily: ERG models of a friendship network documented on facebook. *American Journal of Sociology*, 116 (2), 583-642.

II. Anexos

Anexo 1 : Instrumento de Pesquisa

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Pense sobre a sua interação com os colegas desta turma:
(No caso de colegas que possuem nomes repetidos na turma informe o sobrenome)

Escreva o nome dos colegas da turma que você considera seus amigos (“amigos” aqui significa dizer os que você tem mais afinidade/proximidade)
Escreva o nome dos colegas da turma que você procura pra ter informações sobre as tarefas do curso
Escreva o nome dos colegas da turma que você não tem contato, mas gostaria de ter
Escreva o nome dos colegas da turma que você não tem contato e não gostaria de ter

Para a questão a seguir informe seu grau de concordância usando de 1 a 5, sendo:
1: menor grau de concordância e **5:** maior grau de concordância

Pense sobre o significado da UFBA para você:

Grau de concordância	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
Eu me sinto bem em ser estudante desta universidade.					
Eu me sinto fazendo parte desta universidade.					
Para mim é um orgulho estudar nesta universidade.					

Dados Sócio Demográficos

Número de matrícula: | | | | | | | | |

Idade:

Sexo: F ( ) M ( )

Ingresso na UFBA:
( ) CPL ( ) BI ( ) Outros_____

Naturalidade:_____

Mora em Salvador em função da universidade?: ( ) Sim ( ) Não
Se sim, qual a cidade de origem: _____

N° de irmãos(ãs):

Cor:
( )Parda ( ) Amarela (oriental)
( ) Preta ( )Vermelha (indígena)
( )Branca ( )Outros:

Escolaridade do pai
( ) Analfabeto ( ) 2° grau incompleto
( ) 1° grau completo ( ) 3° grau completo
( ) 1° grau incompleto ( ) 3° grau incompleto
( ) 2° grau completo ( ) Pós Graduação

Escolaridade da mãe
( ) Analfabeto ( ) 1° grau incompleto
( ) 1° grau completo ( ) 2° grau incompleto
( ) 2° grau completo ( ) 3° grau incompleto
( ) 3° grau completo ( ) Pós Graduação

Informe em quantidade de salários mínimos a Renda familiar aproximada (incluir renda própria, quando houver):

Você é o primeiro em sua família de origem (pai, mãe, irmãos) a cursar uma faculdade?
( ) Sim ( ) Não

Participa de algum programa de assistência estudantil? ( ) Sim ( ) Não

Se sim, especifique:

Anexo 2: Renda familiar aproximada

Renda familiar aproximada por grupo e concorrência do curso Nº de salários mínimos				
Concorrencia	Alta		Baixa	
Medidas	Cotistas	Não cotistas	Cotistas	Não cotistas
Média	5,40	14,03	3,03	5,38
Mediana	4,00	12,00	2,90	4,00
Moda	2	10	3	3
Desvio padrão	5,06	8,81	2,08	4,40
Mínimo	1	1	1	1
Máximo	30	40	12	35
25	2,00	7,00	2,00	2,58
50	4,00	12,00	2,90	4,00
75	6,75	20,00	3,00	7,00
N	136	179	183	186

Renda familiar aproximada Nº de salários mínimos	
Medidas	Estudantes
N	684,0
Média	7,0
Mediana	4,0
Moda	3,0
Desvio padrão	7,07
Mínimo	1,0
Máximo	40,0
25	2,5
50	4,0
75	10